

Nota da SIP sobre o subsídio aos jovens

Pág. 10/Semana

O desemprego continua a crescer no distrito de Setúbal

Pág. 8/Semana

CGTP-IN comenta Cavaco Silva

Apelaremos à luta sempre que os direitos dos trabalhadores sejam postos em causa

Pág. 9/Semana

América Central:

Crescem apoios a Plano de Paz

Pág. 11/Semana

Intervenção da NATO agrava tensão no Golfo

Pág. 12/Semana

«Avante!» — Os resultados das eleições de 19 de Julho criam uma situação nova no País. Como caracterizá-la?

Álvaro Cunhal — A situação decorrente dos resultados eleitorais de 19 de Julho é certamente mais grave para os trabalhadores e as massas populares e mais complexa e perigosa para a democracia do que situações anteriores.

um
de a
púb.
lho,
das
Estai
ofens.
de dir
co, po
tuação
ticos es
mais re

**ENTREVISTA
ÁLVARO
CUNHAL**

Págs. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7/Semana

os com
umbém
da Re-
de Ju-
umas
ação.
o da
oria
úni-
ac-
rá-
com um
eleitoral. Não existe, pelo menos por agora, uma contradição visível entre o Governo e o Presidente da República, ao contrário do que sucedeu em situações anteriores. São aspectos que indicam a maior complexidade da situação e da luta dos democratas após as eleições de 19 de Julho.

«A» — O 19 de Julho significa então o triunfo da contra-revolução?

A.C. — Não. É mais um avanço e perigoso avanço do processo contra-revolucionário. Não o seu triunfo. Haverá mais dificuldades para o povo e os democratas defenderem a democracia portuguesa mas apesar da maioria que alcançou, a liquidação da democracia não será tarefa fácil para o Governo e a reacção.

Novo Governo, velha política

O novo Governo de Cavaco Silva tomou posse. Prepara-se agora para a apresentação e debate do seu programa na Assembleia da República.

Acerca deste décimo primeiro governo constitucional do Portugal de Abril numerosos comentadores começaram por sublinhar um aspecto: dificilmente se pode considerar correcto chamar-lhe *novo*.

De efectivamente novo há, de facto, quase só a nova e confortável maioria de que passou a dispor na Assembleia da República. Poder-se-ão acrescentar alguns secretários de Estado que entram pela primeira vez em funções — e pronto. Quanto ao resto, não é nova a política, não são novos os protagonistas.

Constitui seguramente uma das mais gigantescas mistificações da vida política portuguesa a forma como, graças a uma pertinaz manipulação da comunicação social, o PSD em geral e Cavaco Silva em particular conseguiram montar a encenação de um partido e de um governo isento de quaisquer responsabilidades na situação do País, nas anteriores governações e surgido em estado de imaculada pureza e bulhosa novidade.

E nada há de mais falso.

Nas mais diversas situações e coligações, o PSD tem tido responsabilidade ao nível do governo praticamente sem interrupção nos últimos doze anos. Durante largos períodos, a primazia no Executivo pertenceu-lhe mesmo e, em qualquer dos casos, a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que caracterizou este extenso período da nossa vida colectiva contou com a participação activa daquele partido e dos seus dirigentes — pese embora as sucessivas modificações e convulsões nos seus órgãos de cúpula.

Individualmente considerada, a esmagadora maioria dos membros mais destacados do actual elenco ministerial tem ocupado lugares governativos em que desempenhou papel preponderante na execução da política que agora vituperam e na criação da situação económica e social do País de que agora se pretendem ilibar.

O próprio Primeiro-Ministro, que tenta apresentar-se como isento de quaisquer responsabilidades anteriores, ocupou já cargos-chave e exactamente na área económica. E o caso do ministro Álvaro Barreto é verdadeiramente paradigmático.

Na verdade, desde 1979 que, sem interrupção, Álvaro Barreto faz parte de todos os governos, independentemente das suas maiorias e lideranças.

Num sugestivo exemplo de capacidade de sobrevivência política, um homem sobre o qual se acumulam acusações pouco edificantes (nomeadamente quanto a escandalosos favoritismos e negociatas nas entregas de reservas na zona de intervenção da Reforma Agrária) conseguiu ocupar cargos nos governos Mota Pinto, Sá Carneiro, Balsemão, Mário Soares e no anterior Executivo de Cavaco!

Foi ministro da Indústria, da Integração Europeia, do Comércio e da Agricultura. É com este «veterano» da política da direita que se pretende apresentar uma imagem de alheamento

das anteriores governações, uma imagem de modernidade.

E, igualmente importante, quando não foi ministro, Álvaro Barreto ocupou, por nomeação do Estado, lugares nos conselhos de gestão da Setenave, da Lisnave, da TAP e da Soporcel. Caberia perguntar como se justifica que sejam brandidos por estes executivos os «prejuízos» do sector público quando esse mesmo sector público tem sido gerido pelos homens que, hoje enquanto ministros, vituperam as gestões por que foram responsáveis enquanto gestores!

Algumas operações de cosmética política de duvidosa seriedade, mas eventual e perigosa eficácia assinalam a constituição do segundo Governo de Cavaco Silva. E, entre elas, há que destacar a obviamente demagógica formação do Ministério da Juventude.

Trata-se de uma evidência de que a acção sobre a juventude ocupa lugar privilegiado na estratégia da direita e do seu Governo. Já antes das eleições o Executivo se desmultiplicara em operações eleiçoeriras e declarações bombásticas que, embora não tenham resolvido as dificuldades dos jovens a braços com o desemprego ou o *numerus clausus*, nem por isso deixaram de merecer das trombetas propagandísticas a conveniente e mistificadora berraria.

Proceder à constituição de um Ministério da Juventude é, à evidência, uma operação propagandística. É de elemental clareza que a solução dos problemas juvenis não passa pela existência de uma estrutura ministerial própria, mas sim por uma acção política coordenada e integrada que abrange os mais diversos sectores da vida nacional e da governação — da educação à indústria, da saúde à agricultura — que, como não podia deixar de ser, mantêm a sua existência e autonomia.

O Ministério da Juventude não passará assim de um pomposamente intitulado gabinete que promoverá operações subsidiárias visando essencialmente a acção propagandística e a criação de uma ilusão de acrescida atenção aos problemas da população mais jovem.

E que não se hesita no recurso a todos os meios para este trabalho acaba de ser de novo confirmado esta semana com a «operação subsidio de desemprego para os jovens». A comunicação social diligentemente serventária do Governo multiplicou-se numa gigantesca berraria sobre a publicação no «Diário da República» dos diplomas sobre o assunto. Para o público mais desprevenido, aí temos uma medida que se ficaria a dever a este Governo, ainda nos seus primeiros passinhos... E, entretanto, tal medida, com votos contra do PSD, foi aprovada pela anterior Assembleia da República, de composição política bem diferente da actual e que o anterior Executivo de Cavaco Silva acusou de o impedir de governar, de obstaculizar a sua acção, etc, etc.

Porque é que tardou todos estes meses a publicação é caso que interessaria averiguar. Mas não faltará quem prosaicamente suponha que o objectivo de tal atraso era exactamente insinuar esta ilegítima paternidade que os grossos títulos agora pretendem fomentar...

Dentro de dias o novo Governo PSD apresentará o seu programa para debate no Parlamento. Em rigor, só então se saberá que programa Cavaco Silva se propõe concretizar.

Mas a verdade é que existem já elementos que permitem prever com segurança quais serão as grandes linhas que pautarão a sua acção — e não são tranquilizadores.

O Manifesto Eleitoral do PSD divulgado durante as últimas eleições constitui natural índice quanto aos projectos do partido ora maioritário e a sua leitura claramente indicia que não tardará a desilusão para quantos tenham dado o seu voto a Cavaco Silva procurando uma estabilidade da vida económica, social e política do País: os objectivos indicados não provocarão tal estabilidade, constituirão pelo contrário e sem qualquer dúvida graves factores de desestabilização e crise na sociedade portuguesa.

Nem sempre é fácil descortinar na elíptica linguagem dos documentos programáticos da direita portuguesa os seus efectivos objectivos políticos. A direita sabe que eles não contam com o real apoio do povo português, sabe que caminharia para o desastre eleitoral e político se aparecesse perante o eleitorado arvorando com clareza os fins que se propõe atingir. Mas, apesar de tudo, é possível descortinar o essencial.

O PSD de Cavaco Silva não oculta, na verdade, que, no eixo dos seus objectivos imediatos está a destruição do regime democrático saído da Revolução de Abril mediante a acção governativa e uma revisão constitucional que subverta o essencial do edifício político e económico consagrado na Constituição.

O Manifesto Eleitoral do PSD afirma sem rodeios que o Governo se propõe entregar todas as áreas rentáveis do sector público ao capital privado, deixando para o Estado exclusivamente os serviços que, pelas suas características deficitárias, não interessam aos anseios do lucro do capital.

O Manifesto Eleitoral não oculta o objectivo de revisão total da Lei de Bases da Reforma Agrária e total desmantelamento das UCPs e Cooperativas, levando até ao fim a ofensiva ilegal prosseguida ao longo da última década contra os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo.

O Manifesto Eleitoral do PSD anuncia com toda a clareza a revisão das leis laborais no sentido de facilitar a vida ao patronato, de limitar os direitos e garantias dos trabalhadores.

O Manifesto Eleitoral do PSD claramente declara que o Governo e a sua maioria no Parlamento tentarão alterar toda a legislação eleitoral (não só para as eleições legislativas, mas também para as autárquicas e presidenciais) no sentido de eliminarem o princípio constitucional da representação proporcional e garantirem a manutenção da direita no Poder mesmo contra as inevitáveis quebras eleitorais futuras.

O Manifesto Eleitoral do PSD vai ao ponto de declarar despuorida e taxativamente que «o PSD abrirá a televisão à iniciativa privada», arrogando-se assim ao partido ou ao seu Governo uma competência que não só pertencerá ao Parlamento como, ainda por cima, requer para se concretizar a alteração de um ditame constitucional que só poderá ser obtida com uma maio-

Resumo

12

Quarta-feira

São dados por concluídos os estudos e projectos da Petroquímica e Gás de Portugal para a construção do gasoduto nacional, a ligar à rede europeia que utiliza o gás natural produzido na Holanda, Noruega, URSS ■ Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, em Maio havia 321 mil desempregados inscritos nos centros de emprego e eram 55, em média, os desempregados candidatos a cada oferta de um posto de trabalho ■ Uma amostragem da Direcção-Geral de Turismo indica que 4,5 milhões de portugueses não gozaram férias em 1986, mais de metade por falta de posses ■ Segundo a Angop, Angola aceitará acelerar a retirada gradual das tropas cubanas se os EUA e a África do Sul cessarem toda a ajuda à UNITA e as agressões a Angola, e se aceitarem o plano da ONU para a independência da Namíbia ■ O Presidente da Nicarágua encontrou-se com representantes da Igreja Católica e dos 11 partidos da oposição legalmente constituídos com vista à integração numa Comissão Nacional de Reconciliação.

13

Quinta-feira

Reúne-se hoje pela primeira vez a nova Assembleia da República eleita em 19 de Julho. O debate do programa do governo ficou marcado para 26 e 27 de Agosto ■ Nove empresas portuguesas que a imprensa não identifica foram incluídas numa lista, elaborada pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU, de entidades que colaboram «com consequências nefastas» com o regime do apartheid ■ A taxa de desemprego no distrito de Setúbal continua a crescer: segundo a USS, no primeiro trimestre de 87 ultrapassou 11,3% ano ■ O petróleo bruto encarece nos mercados de Nova York e Londres em consequência da escalada de tensão no Golfo. Em Nova Iorque, o preço do barril para Setembro atinge os 21 dólares ■ Ronald Reagan declara-se responsável pelo chamado caso Irangate, «na medida em que um presidente deve ser protegido contra a verdade». Foi, disse, vítima dos seus ex-atores, que o não informaram do desvio para os «contras» nicaraguenses dos fundos obtidos com a venda de armas do Irão. Reafirmou na altura a intenção de continuar a ajudar aos contras ■ Daniel Ortega visita Cuba para conversações sobre os acordos recentemente firmados entre os chefes de Estado centro-americanos

14

Sexta-feira

Segundo o INE, o índice de preços no consumidor, principal indicador da taxa de inflação, foi em Julho de 10,1% ■ A Setenave vendeu finalmente a 3 empresas estrangeiras os graneleiros S-107/108/109 por um total de 21,3 milhões de dólares. A empresa perdeu assim cerca de 54

milhões de dólares, processo que se arrastou durante cerca de dez anos ■ O Bispo de Setúbal afirmou ontem nas Nações Unidas que Timor «é um caso exemplar da vergonha internacional». Acusou a Indonésia de «pretender escravizar e mesmo fazer desaparecer» o povo timorense, e denunciou «a passividade dos portugueses». «O reconhecimento e o respeito pela identidade do povo de Timor-Leste, disse, é o limite mínimo» ■ Treze membros do ANC foram condenados a prisão perpétua por um tribunal da cidade do Cabo, acusados de terrorismo. Nos subúrbios da cidade, manifestações de protesto foram reprimidas pela polícia ■ Repressão também sobre os mineiros em greve: 60 foram feridos junto a uma mina a Oeste de Joanesburgo.

15

Sábado



Adeus, Silva Resende!

A eventual transferência para Beja dos 72 caças-bombardeiros F-16 norte-americanos que se encontram na base espanhola de Torrejón «pode originar medidas de resposta» — afirma o major-general soviético Rair Simonian ■ Silva Resende e os restantes membros da presidência da Federação Portuguesa de Futebol foram demitidos por esmagadora maioria dos votos (441 em 446) das associações de futebol reunidas em Assembleia Geral. Assim se põe termo a um dos mais conturbados períodos do futebol federativo português, que o caso Saltillo e a posterior recusa da grande maioria dos jogadores qualificados em integrarem a selecção nacional levaram à ruptura ■ Novas adesões — agora de refinadores de ouro — à greve dos mineiros sul-africanos: estão neste momento em greve cerca de 350 mil trabalhadores de 52 minas de ouro e carvão, um sector que exporta anualmente 14 mil milhões de dólares — cerca de 75% do total das exportações da África do Sul ■ Manobras militares conjuntas EUA-Egipto mobilizando cerca de 20 mil fuzileiros e soldados têm início na fronteira Egipto-Líbia ■ O P. Trabalhista da Nova Zelândia confirma em eleições legislativas a maioria absoluta que já detinha. Questão central da política que defende é a desnuclearização do Pacífico Sul.

16

Domingo

Manuel Cunha, da Sicasal, vence a 49.ª Volta a Portugal em Bicicleta ■ Em Portugal, revela o Instituto Nacional de Estatística, os casamentos aumentam, os divórcios diminuem. Em 1986, ano a que se refere a informação, 74% dos casamentos realizaram-se segundo o rito católico. Relativamente ao mesmo período, a natalidade decresceu em cerca de 3% ■ Um agente da Judiciária foi hoje morto em Lisboa, durante uma troca de tiros com elementos das FP-25, que ripostaram quando a brigada em que o agente se integrava interceptou o carro em que seguiam

■ A Índia comemora 40 anos de independência. Rajiv Gandhi condena o terrorismo e a corrupção, faz apelo à unidade nacional e à responsabilidade no trabalho, apela a um movimento nacional de «guerra à fome» ■ Cem manifestantes antigovernamentais foram presos por ocasião da passagem do 42.º aniversário da divisão da Coreia. Prossegue entretanto no país o movimento grevista, afectando cerca de 300 empresas em Seul, Sabuk, Changsong e outras regiões ■ Um projecto de reorganização até ao ano 2000 da saúde pública foi ontem publicado na imprensa soviética, para debate público até 1 de Outubro. Uma campanha nacional contra o tabagismo será lançada já no próximo ano.

17

Segunda-feira

O governo decorrente das eleições de 19 de Julho, presidido por Cavaco Silva, tomou hoje posse no Palácio da Ajuda ■ A partir de hoje, o mercado interbancário de títulos, em que participam actualmente o Banco de Portugal e 36 instituições de crédito, passa a reger-se por novas regras de funcionamento. Uma delas dá à banca a possibilidade de efectuar depósitos a prazo a 180 dias e com um juro de 15,93 junto do Banco de Portugal ■ Os camionistas filipinos paralisaram ontem, em protesto contra o aumento dos preços da gasolina ■ Segundo dirigentes da Federação Internacional de Jornalistas, com sede em Bruxelas, «o Chile corre o risco de ocupar o primeiro lugar entre os países mais repressivos do mundo» ■ O «New York Times» revela que um mês depois de os EUA terem bombardeado Trípoli, em 1986, um grupo de funcionários americanos aprovou planos para estabelecer contactos com representantes libios «que queriam melhorar as relações com o Ocidente». Na operação teriam estado envolvidos os operacionais do Irangate nomeadamente North e Poindexter.

18

Terça-feira

É publicada no «Diário da República» a lei que institui um subsídio social de desemprego para jovens candidatos ao primeiro emprego. A lei foi aprovada pela AR há 4 meses e teve os votos contra do PSD e do CDS ■ É sepultado no Rio de Janeiro o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, falecido ontem ■ Os investimentos estrangeiros em Portugal cresceram 170% de Janeiro a Julho, atingindo 31,4 milhões de contos, revela um relatório do IIE ■ A situação na urgência do hospital de S. José é «insuportável» — alerta um abaixo-assinado assinado por 78 médicos daquele serviço ■ Um atentado à granada no Parlamento do Sri Lanka faz um morto e quinze feridos; o presidente do país não sofreu ferimentos ■ A Assembleia Popular da Bulgária aprova reformas políticas e económicas e remodela o governo e a administração regional ■ O Rádio Clube Português de Paris recebe ordem de encerramento.

ria parlamentar de 2/3 de que Cavaco Silva não dispõe!

Mas o exemplo é sugestivo da arrogância subversiva com que o novo Executivo se prepara para abordar a governação, se prepara para partir para a nova etapa do plano subversivo de destruição do Portugal de Abril.

Contudo, desde o próprio dia 19 que Cavaco Silva tem sido de manifesta prudência verbal, tem evitado esta arrogância presente na sua acção governativa e propagandística anterior às últimas eleições e que se mantém na postura e exigências actuais de alguns sectores mais impacientes da sua área de apoio.

Aparentemente, seria de esperar o contrário. Seria de esperar que a confortável maioria obtida no Parlamento reforçasse tal arrogância, fizesse abater cuidados e demagogias, revelasse a efectiva marca de classe da política de direita e dos seus executores.

Quase se verifica, afinal, o contrário. Chega a parecer que a maioria absoluta acabou a constituir um poderoso factor de condicionamento, uma imposição de prudência. O que não deixa de ser verdade.

A direita não ignora quanto de transitório e circunstancial existe no resultado eleitoral de 19 de Julho. A um fluxo que traz consigo o que não fora previsto pode seguir-se um refluxo que leva consigo muito daquilo com que se conta. No fundo, se Cavaco Silva se podia sentir mais liberto para governar contra quem contra ele votara, acaba condicionado em governar já contra quem por ele votou. Os resultados de uma desilusão, de um rápido desmascaramento podem ser imprevisíveis e isto assusta a direita, recomenda-lhe prudência.

Curiosa demonstração de que, uma vez mais, o eixo da vida política se encontra nas massas! Por vias contraditórias, de formas sempre diferentes, a requererem sempre a análise concreta da realidade concreta. Mas que acaba a ser uma demonstração, quase pelo paradoxo, da evidente verdade que a base eleitoral do novo Governo não corresponde de forma alguma à sua base social e política.

O que acaba por ser uma demonstração clara de que às forças democráticas em geral e ao PCP em particular continua aberto um vasto campo de acção política possível e indispensavelmente necessária. Um campo de acção lá onde as batalhas determinantes se travam — junto das massas.

Existem, na verdade, condições objectivas que dão força às direcções apontadas logo após as eleições pelo Comité Central do PCP:

«Nas novas condições criadas à democracia portuguesa pelos resultados eleitorais de 19 de Julho, o Comité Central sublinha a firme determinação do PCP de continuar a luta em defesa da Constituição, das liberdades e direitos dos cidadãos, das conquistas de Abril, da legalidade democrática; por um desenvolvimento nacional conforme com as necessidades e aspirações do povo e do País; pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral; pela defesa da soberania e da independência nacionais e da Paz entre os povos».

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Junho: 30 413

Semana

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 712

20 de Agosto de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL



- A situação após as eleições
- A revisão da Constituição
- A moção de censura e a demissão do Governo
- Ainda os resultados das eleições
- Apoio eleitoral e apoio social e político
- Estabilidade governativa e desestabilização
- Mudanças no quadro partidário
- A política de alianças
- O debate nos plenários
- O PCP voltado para o futuro
- A renovação da Direcção
- A realização do XII Congresso
- Democracia interna
- O comunismo é o futuro da humanidade

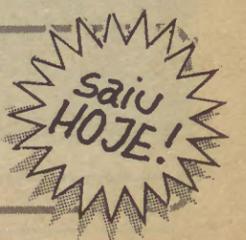
Páginas 2, 3, 4, 5, 6 e 7



Proletários de todos os países UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS





O futuro no prego

Poucos dias antes da tomada de posse do novo (?) Governo de Cavaco, pouco tempo depois da vitória de Cavaco nas eleições, um acontecimento trágico pareceu dar o tom — a negro — do que tem sido e vai ser uma prática política que cria as condições da desgraça. Uma criança, de apenas treze anos, perde uma perna num acidente horrível. Não estamos aqui a falar do «fait-divers» sangrento a gosto de jornal sensacionalista. Não foi na estrada que isto aconteceu. Não foi na sequência do folgado natural das crianças que o acidente sobreveio. Foi a trabalhar.

O trabalho infantil não aparece agora. Há muito que os jornais falam dele, lhe expõem as mazelas, lhe desvendam os pesadelos. O «Avante!» foi o primeiro jornal a chamar a atenção para este facto indesmentível — neste país, onde vive a democracia de Abril, onde a revolução democrática abriu novas e melhores condições para o mundo do trabalho e, assim, para garantir uma vida melhor às crianças e ao futuro, a política desastrosa dos sucessivos governos de direita, ao mesmo tempo que fechava na gaveta as esperanças e empenhava o futuro, mandou novamente as crianças para o mundo infernal da exploração. Nas fábricas e fabriquetas, nas obras — para não falar nos campos onde a agricultura dos mais pobres se arruína —, as crianças trabalham.

Horas e horas, nas furnas da ilegalidade, as crianças são exploradas. Patrões sem escrúpulos, com as costas quentes apoiadas no Governo de Cavaco, enchem os bolsos à custa do suor infantil. O salário das crianças é pequeno, mas o seu esforço não é desprezível. E tem-se revelado tão eficaz que, da sombra clandestina da fabriqueta, o trabalho infantil já se deixa mostrar pelo País todo. O escândalo e o horror deste acidente (ou crime?) que aconteceu numa fábrica de Aveiro não parece ir pôr um termo na exploração das crianças.

Ao mesmo tempo que a Inspeção do Trabalho se revela e confessa impotente, ao mesmo tempo que o patronato prossegue na senda do despedimento, encorajado pelo Governo de Cavaco, o recrutamento de mão-de-obra infantil aumenta. Os próprios pais das crianças, colocados em situações de miséria, são obrigados a curvar-se perante as exigências da fome e a deixar os filhos à voragem capitalista.

Por seu lado, o Governo cala-se. Não falou quando era minoritário. Cerra a boca quando tem a maioria. Isto quanto à realidade.

Quanto ao resto, embora a moderação aconselhada por uma conjuntura que já se lhe anuncia desfavorável lhe molde o discurso, continua, através dos seus suportes de propaganda, a encher a boca de juventude.

Criou, imagine-se, um ministério para a juventude. Criou, imagine-se, um ministério para o emprego. Resolveu, assim, o problema de emprego de dois ministros. E fez publicar, no dia seguinte à tomada de posse, um diploma que, quatro meses atrás, a oposição aprovara contra o PSD, concedendo aos jovens um subsídio de desemprego. O processo de procurar atribuir-se méritos que lhe não cabem é tão velho quanto os outros processos todos — o de continuar o desmantelamento de empresas, o de facilitar os despedimentos, o de fechar os olhos ao trabalho infantil e aos seus desastres e crimes. Na sequência do anterior — e daqueles em que participou de um modo ou de outro — este Governo do PSD vem empenhando o futuro do País. A começar pelas crianças. Para elas, por elas, havemos de tirar o futuro do prego.

■ LM

A situação após as eleições

«Avante!» — Os resultados das eleições de 19 de Julho criam uma situação nova no País. Como caracterizá-la?

Álvaro Cunhal — A situação decorrente dos resultados eleitorais de 19 de Julho é certamente mais grave para os trabalhadores e as massas populares e mais complexa e perigosa para a democracia do que situações anteriores em que governos com uma política de direita dispunham também de apoio maioritário na Assembleia da República. Na sua reunião de 22 e 23 de Julho, o Comité Central apontou algumas das importantes diferenças da situação. Estamos num estágio mais avançado da ofensiva contra-revolucionária. A maioria de direita é mais larga, de um partido único, portanto com maior liberdade de actuação institucional. Os partidos democráticos estão mais fracos, divididos e com um mais restrito apoio eleitoral. Não existe, pelo menos por agora, uma contradição visível entre o Governo e o Presidente da República, ao contrário do que sucedeu em situações anteriores. São aspectos que indicam a maior complexidade da situação e da luta dos democratas após as eleições de 19 de Julho.

«A» — O 19 de Julho significa então o triunfo da contra-revolução?

A.C. — Não. É mais um avanço e perigoso avanço do processo contra-revolucionário. Não o seu triunfo. Haverá mais dificuldades para o povo e os democratas defenderem a democracia portuguesa mas apesar da maioria que alcançou, a liquidação da democracia não será tarefa fácil para o Governo e a reacção.

«A» — As forças de direita proclamam que com o 19 de Julho, Abril acabou...

A.C. — Vontade não lhes falta mas querer não

é poder. Abril foi a conquista das liberdades democráticas depois de 48 anos em que estiveram suprimidas. Foi a paz e o fim das guerras coloniais. Foi a instituição dos direitos dos trabalhadores e o rápido melhoramento das suas condições de vida. Foi a liquidação do capitalismo monopolista, dirigente e suporte da ditadura fascista. Foram as nacionalizações e a reforma agrária correspondendo às necessidades objectivas do País e à vontade do povo. Foi a instituição de um Poder Local democrático, descentralizado e de raiz popular. Foram grandes conquistas do povo português, que ficaram consagradas na Constituição da República como partes integrantes do regime democrático. A sua defesa é a defesa da democracia.

«A» — O PCP afirma que a vitória do PSD coloca sérios perigos para o regime democrático. Que perigos no concreto?

A.C. — Quando falamos em perigos para o regime democrático não queremos com isso dizer que no actual período da vida nacional paire sobre o País a ameaça de uma nova ditadura fascista. Falamos em perigos para o regime democrático português e quem define o que é o regime democrático português não é o PSD, nem a CIP, nem a CAP, nem a CEE, mas a lei fundamental do País que é a Constituição. O Governo anuncia o propósito de prosseguir a ofensiva contra as conquistas democráticas que são parte integrante do regime. É correcto afirmar que a vitória do PSD coloca sérios perigos para o regime democrático.

«A» — As liberdades democráticas estão também em perigo?

A.C. — Sim, estão. Não no sentido de podem ser totalmente liquidadas com a instauração de uma ditadura fascista. Não no ponto de vista formal do seu reconheci-

mento. Mas no sentido de podem ser limitadas, restringidas, condicionadas, discriminadas, regulamentadas e em certas situações reprimidas de forma que a sua natureza democrática ficaria completamente não só comprometida como adulterada. É isso que há a esperar do novo Governo em áreas como o direito de organização, a comunicação social, os serviços de informação, as leis eleitorais e outras.

Além do mais, as liberdades democráticas prespõem igualdade no direito ao seu exercício. E essa já não é a situação de facto. Se é reconhecida a liberdade sindical, mas o Governo estimula e protege (como já sucede) que em centenas de fábricas estejam proibidas quaisquer actividades dos sindicatos da CGTP, tal liberdade deixou de ser assegurada. Na nova situação criada pelos resultados das eleições de 19 de Julho, a defesa das liberdades e direitos dos cidadãos é uma tarefa fundamental. E uma das formas mais importantes de defender as liberdades e direitos é exercendo-os, mesmo quando o Governo ilegalmente o queira impedir.

A revisão da Constituição

«A» — É previsível que o Governo PSD por um lado, continue a tomar medidas inconstitucionais e ilegais, e por outro lado avance o seu projecto de revisão da Constituição.

A.C. — Certamente o fará. E por isso há que considerar em dois planos a luta contra tal actuação e tais projectos. Se o Governo continuar a enveredar por medidas inconstitucionais e por isso mesmo subversivas lutaremos com todos os meios legais ao nosso alcance (iniciativas institucionais, acção política, luta de massas) para impedi-lo. Quanto à revisão da Constituição, nem o PSD sozinho nem com o apoio do CDS está em condições de realizá-la, uma vez que para isso são necessários dois terços de votos na Assembleia da República e o PSD e o CD'S não os têm. Sem o apoio do PS, o PSD não poderá fazer a revisão da Constituição que Cavaco anuncia e que seria não nova revisão, mas a revogação, não alterações ao regime democrático português, mas a sua destruição. Nestas circunstâncias, o PS é chamado a tomar decisões de grande responsabilidade e é necessário que todos os so-

cialistas tomem plena consciência do que significaria a colaboração do seu partido numa tal operação contra-revolucionária.

«A» — Dizem alguns que o PSD ganhou as eleições e por isso tem direito a realizar o seu programa.

A.C. — Um novo Governo resultante de uma nova maioria pode legitimamente ter o seu programa próprio, pode modificar a política. Mas obrigatoriamente no quadro do regime. Não é de admitir que sempre que se forma uma nova maioria seja posto em causa o regime democrático.

A moção de censura e a demissão do Governo

«A» — Verificado o agravamento da situação resultante das eleições de 19 de Julho, para alguns observadores põe-se a questão de saber se foi justo colocar na ordem do dia a demissão do Governo sem estarmos seguros de uma alternativa.

A.C. — A questão diz respeito ao Governo de Cavaco Silva e pode pôr-se também em relação a governos anteriores cuja demissão reclamámos e que foi conseguida pela luta do povo e pelo funcionamento das instituições. Não há apenas que considerar o que se passou mas o que se poderia ter passado. A nosso ver foi inteiramente justo, em 1986, quando o Governo lançava a sua ofensiva inconstitucional, ilegal e subversiva reclamar a sua demissão.

«A» — Entretanto, demitiram-se governos mas os que lhes sucederam foram ainda piores.

A.C. — Não se pode dizer que os que vieram em substituição dos demitidos foram sempre piores. Em alguns casos com a demissão de governos com uma política de direita interromperam-se e paralisaram-se planos contra-revolucionários que se lançavam na fase final da sua ofensiva. Assim foi, por exemplo, o caso dos governos «AD». Se nestes anos decorridos não tivéssemos lutado pela demissão de governos que avançavam para a liquidação final das conquistas democráticas, há muito estas teriam sido liquidadas. E com elas o regime.

Outra reflexão se impõe. É naturalmente mais fácil ver passivamente

PCP

aquilo que se passa do que ter uma ideia daquilo que se poderia ter passado. É necessário pensar o que teriam feito esses governos se não tivessem sido demitidos. Alguns foram demitidos no último momento, quando se preparavam para o assalto final, como o governo da «AD» que tinha Freitas do Amaral como ministro da Defesa.

«A» — **E no que respeita ao Governo de Cavaco. Os resultados das eleições de 19 de Julho não porão em causa a oportunidade da apresentação e aprovação da moção de censura que provocou a queda do governo e as eleições antecipadas?**

A.C. — Essa questão foi levantada por vários camaradas nos plênários. Para formar uma opinião é necessário ter em conta três aspectos. O primeiro, como simples lembrança, é que a moção de censura não foi apresentada pelo nosso Partido mas pelo PRD. Podia ter sido por nós mas não foi.

O segundo é que se o governo não tivesse sido demitido, demitia-se ele próprio para preparar eleições antecipadas, como cuidadosamente preparava e de certa forma anunciava com a campanha que desenvolvia, dizendo que a Assembleia da República não o deixava resolver os problemas do povo, designadamente das camadas mais desfavorecidas.

O terceiro é que existiam condições reais para que, demitido o governo, pudesse afastar-se Cavaco, o PSD e o CDS do Poder e formar-se um novo governo, na base da maioria constituída por 140 deputados dos partidos democráticos. A concretização dessa possibilidade esteve à vista pois os três principais partidos da oposição (PS, PCP e PRD) defenderam a constituição de um novo governo na base da Assembleia existente.

«A» — **O Presidente da República recusou encerrar a formação de um tal governo. Não era de prever tal atitude?**

A.C. — Era a atitude mais previsível. Mas dado as atitudes decididas assumidas pelo PCP e o PRD se da parte do PS tivesse havido uma posição firme no sentido da formação de um governo, este poderia ter sido formado. O PS perdeu uma oportunidade única que lhe caía de bandeja nas mãos. Foi um erro em termos de defesa do regime democrático. Foi um erro no que respeita ao próprio PS. Há muitos socialistas que também assim pensam.

«A» — **De qualquer forma, os resultados das eleições parecem indicar que a correlação de forças na Assembleia da República não correspondia à correlação de forças dos partidos no plano eleitoral. O PSD passou de 88 para 148 deputados...**

A.C. — Os resultados de eleições não antecipadas teriam sido completamente diversos se se tivesse afastado Cavaco e o PSD do Poder, se não se tivesse dissolvido a Assembleia, se se tivesse formado um governo que pudesse aproveitar a conjuntura económica internacional favorável para o nosso país para resolver alguns dos graves problemas nacionais. Mesmo admitindo a convocação de eleições antecipadas, os resultados teriam sido muito diferentes se, em vez de deixar ficar o governo demitido a usar e abusar dos poderes, recursos, meios de comunicação social, o Presidente da República tivesse promovido a formação de um governo de gestão, sério e isento conforme o nosso Partido lhe sugeriu.

«A» — **Objectam alguns que o facto de não terem sido alcançados**

os objectivos traçados, mostra que não foram definidos correctamente...

A.C. — Não dão mostras de grande sabedoria política aqueles que, conforme com uma já antiga observação, dizem que só se devem traçar objectivos possíveis e só são possíveis aqueles que são alcançados. Se ao longo da sua história, e mais concretamente no 25 de Abril, o Partido tivesse seguido tal critério, não só ter-se-ia condenado à expectativa, à inércia, à passividade, ao seguidismo, como a democracia portuguesa teria sofrido ainda mais fortes golpes, se é que não teria sido liquidada.

«A» — **E agora? Existem possibilidades reais de impedir que o novo Governo do PSD destrua o regime democrático?**

A.C. — Naturalmente que existem. Como sublinhou o Comité Central, Portugal continua vivendo em liberdade, apesar das novas ameaças que pesam sobre ela. O povo português, incluindo a maior parte dos que votaram no PSD, quer que a democracia continue pois, se a direita ganhou as eleições, não ganhou o povo contra Abril. As instituições democráticas estão em condições de funcionar. O Poder Local conserva a sua vitalidade e a sua força. Os trabalhadores e outras classes laboriosas estão fortemente organizados. O PCP está de pé, firme e activo. Estamos prontos para a luta, lutaremos e estamos certos de que os trabalhadores, grande parte do povo português, os democratas, milhares de eleitores que votaram no PSD lutarão também. Ao nosso lado.

Ainda os resultados das eleições

«A» — **Serão suficientes as causas atribuídas**

pelo Comité Central para a baixa de votos da CDU em relação aos votos da APU?

A.C. — Creio que foi correctamente apontada a origem fundamental da diminuição dos votos: a abstenção, sobretudo nos distritos onde é maior a influência do Partido. Nesses distritos a perda de votos quase iguala o aumento da abstenção. Creio também que foram justamente apontadas as três causas fundamentais da abstenção relativa à CDU: férias, emigração sazonal e falta de confiança na perspectiva de um governo democrático.

Houve certamente eleitores que tinham votado na APU e que votaram noutros partidos, incluindo o PSD. Mas em número relativamente reduzido. Daí a conclusão que boa parte das perdas de votação pela CDU não corresponde a uma nova opção política e a uma deslocação do eleitorado para outros partidos, mas sim à abstenção circunstancial.

«A» — **Isso significa que tudo está bem na acção do Partido? Que não houve deficiências e erros que possam ter sido uma das causas da diminuição de votos?**

A.C. — Não. Nem tudo está bem na acção do Partido. Há debilidades e deficiências diversas em muitos dos aspectos da nossa actividade: direcção, quadros, organização, informação e propaganda, ligação com as massas, luta ideológica, etc. Se não houvesse tais debilidades e deficiências, que estamos determinados a vencer e ultrapassar, poderíamos ter tido melhores resultados eleitorais. Mas se alguém diz que os resultados eleitorais em 19 de Julho indicam que a estratégia do Partido está errada, então seremos conduzidos a perguntar se a revolução portuguesa com as transformações que realizou

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL

foi um erro, pois desde o 25 de Abril a vida política nacional, a luta de classes, as alianças, as eleições, têm tido como eixo central a revolução democrática e a estratégia do PCP é inseparável da revolução democrática que o Partido com o povo, com os militares, com outros democratas, realizou e que desde o início do processo contra-revolucionário tem defendido.

«A» — **Não creio que algum camarada ponha em causa a revolução de Abril e a sua defesa, a Constituição e o regime democrático.**

A.C. — Essa posição é aliás fundamental para compreender todos os outros fenómenos da vida portuguesa e para poder ajuizar correctamente da orientação e da acção do Partido.

«A» — **A diminuição de votos é apenas uma diminuição da influência eleitoral ou também uma diminuição da influência social e política?**

A.C. — A diminuição de votos, mesmo pela abstenção ou pelas causas apontadas, reflecte uma diminuição de influência mesmo que conjuntural, no que respeita à capacidade de convencimento e de mobilização. Mas no essencial continuamos a ter uma muito dinâmica influência social e política na vida nacional. Mesmo no que res-

peita a eleições, além de lembrar que elegemos 31 deputados, e que somos a terceira força na Assembleia da República, não creio que a diminuição de votos seja uma perda irrecuperável.

«A» — **Pensas portanto que o PCP recuperará e aumentará a sua votação em futuras eleições?**

A.C. — Certamente. Mas a recuperação não nos cairá do céu. Será necessário trabalhar e lutar.

«A» — **Ouvem-se da parte de alguns camaradas críticas muito agressivas em relação a trabalhadores, a reformados e a outros eleitores cujos interesses o nosso Partido defende e que entretanto votaram no PSD que é grande responsável das suas dificuldades e problemas. Será justo dizer, como dizem alguns, que não há que defender mais os interesses dessa gente?**

A.C. — Não, de forma alguma. Nós continuaremos defendendo os interesses dos trabalhadores e de todos os que são vítimas da exploração e da política de direita, e portanto também naturalmente daqueles que votaram no PSD.

«A» — **Admitindo-se que houve eleitores, mesmo que em número**



PCP

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL

limitado, que tinham votado na APU e eram da área da influência do PCP e agora votaram no PSD, como considerar tal atitude?

A.C. — Cremos que se não trata de uma mudança de opção política mas de um voto determinado por razões conjunturais. É um erro grave, sobretudo uma ilusão. Mas não dramatizamos e consideramos incorrecto que se ponha um ferrete naqueles que assim procederam. Muitos continuarão conosco, estou certo.

«A» — E em futuras eleições?

A.C. — Se agora se repetissem, muitos deles já não votariam no PSD e possivelmente alguns votariam na CDU.

Apoio eleitoral e apoio social e político

«A» — O Partido tem insistido em que os ganhos eleitorais do PSD não traduzem o ganho de um apoio social e político ao programa que o governo do PSD irá realizar. Em que se fundamenta tal opinião?

A.C. — Em numerosas razões. É absolutamente certo que no milhão de votos ganhos pelo PSD, uma grande parte dos eleitores são trabalhadores, são agricultores, são reformados, são pessoas de outros sectores sociais que se deixaram iludir pelas medidas demagógicas e eleitoralistas do Governo de Cavaco Silva, mas que dentro em breve verificarão precisamente o carácter demagógico e eleitoralista dessas medidas, uma vez que os seus graves problemas não serão resolvidos e muitos deles serão previsivelmente agravados.

«A» — Porque previsivelmente?

A.C. — Porque conhecemos a estratégia da política contra-revolucionária, a acção do Governo Cavaco Silva antes da sua demissão em 1986 e

o «Manifesto Eleitoral» do PSD que anuncia o que será o programa do Governo. O Governo está decididamente voltado para a restauração dos grupos monopolistas, para a acumulação de capitais que é necessariamente o resultado da exploração dos trabalhadores e da ruína dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. O Governo quer a restauração dos latifúndios. O Governo está decididamente voltado para a continuação da entrega de Portugal e dos interesses portugueses aos interesses e imposições dos países desenvolvidos da CEE. O povo português e em primeiro lugar os trabalhadores pagarão caro uma tal política.

«A» — A conclusão parece clara: muitos dos que votaram no PSD dentro em pouco estarão lutando contra o governo do partido em que votaram.

A.C. — Exacto. Estamos certos de que estaremos ao nosso lado na acção que desenvolvermos e nas lutas que travaremos em defesa dos interesses do povo, do País, da democracia, da independência nacional, muitos daqueles que em 19 de Julho votaram no PSD — e noutros partidos naturalmente.

«A» — Assim, é de admitir que o PSD venha a perder no futuro muitos dos votos que ganhou nestas eleições?

A.C. — Não somos só nós que temos essa ideia. O próprio PSD parece ter consciência de que a votação maioritária que agora alcançou teve um carácter conjuntural e que é previsível que virá a perder grande parte dela. Por isso adoptou um tom moderado depois das eleições, para não provocar uma demasiado rápida ruptura entre o governo e a grande parte do seu eleitorado. Por isso como medida cautelar insiste no plano de uma nova lei eleitoral que, contra o princípio da proporcionali-

dade, possa garantir ao PSD, ou pelo menos à direita no seu conjunto, a continuação da maioria na Assembleia da República; mesmo quando em futuras eleições perder a maioria de votos. No «Manifesto Eleitoral» do PSD afirma-se o propósito de instaurar «condições acrescidas para a formação de maiorias estáveis, assegurando um equilíbrio ponderado (...) entre os valores da fidelidade de representação e da estabilidade institucional». Quer dizer: o PSD tem o propósito de impor uma lei eleitoral com um sistema que lhe dê a possibilidade de eleger os seus deputados com muito menos votos do que serão necessários para eleger os deputados da esquerda.

A ideia vem de trás. A insistência já depois das eleições revela a consciência de que o PSD está condenado a perder apoio, não só social e político, mas também eleitoral, de grande parte daqueles que nele votaram em 19 de Julho.

«A» — O que quer dizer que a base de apoio à política do governo será muito mais reduzida do que o apoio eleitoral que acaba de ter.

A.C. — Exacto. E essa é uma das suas principais fraquezas.

Estabilidade governativa e desestabilização

«A» — Essa fragilidade do apoio à política do governo de grande parte dos que votaram no PSD poderá comprometer a estabilidade do governo? A campanha de Cavaco Silva e do PSD adoptou como tema central a estabilidade e com a maioria dos votos e dos deputados parece que se criaram condições para uma maior estabilidade governativa.

A.C. — Para a estabilidade governativa no imediato, sim, embora a maioria na Assembleia da República não baste para garanti-la como mostrou a queda do segundo governo da «AD» e de outros governos. Mas, embora no imediato, a maioria na Assembleia da República aponte para uma estabilidade governativa durante os 4 anos da legislatura da Assembleia, de nenhuma forma indicia estabilização económica e estabilidade social. Pelo contrário. Com o programa avançado pelo PSD no seu «Manifesto Eleitoral» a estabilidade governativa poderá tornar-se um factor de instabilidade económica e social.

«A» — Podes exemplificar?

A.C. — A chamada flexibilização da legislação laboral, as ofensivas que o governo se propõe intensificar contra as empresas nacionalizadas e contra a reforma agrária, os planos relativos aos baldios e aos rendeiros, a continuação da submissão dos interesses portugueses aos interesses da CEE e outros objectivos do previsível programa do governo, provocarão desmantelamento, falências e encerramento de empresas, mais despedimentos, mais factores de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, ruína de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; em resumo, o agravamento de problemas da economia portuguesa e das condições de vida de largos sectores da população. Isto traduz-se em instabilidade económica e em instabilidade social.

«A» — Consequências no fim de contas do processo contra-revolucionário...

A.C. — Quaisquer transformações profundas nas estruturas socioeconómicas de um país provocam sempre abalos, perturbações e prejuízos ao processo produtivo e no aparelho económico. É porém uma evidência que o processo contra-revolucionário português que se desenvolve há 11 anos e o novo governo se propõe prosseguir, causou abalos, perturbações e prejuízos ao processo produtivo e no aparelho económico nacionais incomparavelmente mais graves que os ocasionados momentaneamente pelas grandes transformações democráticas da revolução de Abril. A política anunciada por Cavaco Silva é por sua natureza desestabilizadora, porque desestabilizador é o processo contra-revolucionário.

«A» — O PSD tem o plano de revisão da Constituição e portanto de criação de uma nova legalidade...

A.C. — A revisão da Constituição tal como pretendem Cavaco e o PSD — ou seja a substituição de um regime por outro regime — significaria não a estabilidade, mas a desestabilização geral.

«A» — Essa situação é inevitável?

A.C. — Não. Pode e deve evitar-se. E para tal impõe-se actuar para que não seja feita a revisão da Constituição tal como Cavaco e o PSD e as forças mais reacçãoárias pretendem. Tudo faremos para isso.

Mudanças no quadro partidário

«A» — Os resultados das eleições de 19 de Julho introduziram importantes modificações no quadro partidário. Tanto os dirigentes do PS, como comentadores da direita e de outras áreas afirmam que a queda do PRD, a baixa de votos da CDU e os ganhos do PS confirmam a tese da «bipolarização» e da «alternância» defendidas pelo PS. Como comentas estas afirmações?

A.C. — Dizendo que não são correctas. O PS registou um ligeiríssimo avanço numérico. Dado porém que só recuperou 59 000 votos dos 851 000 votos e 5 dos 38 deputados que tinha perdido em 1985, tem de dizer-se que o PS sofreu efectivamente uma grande derrota, dada a sua pretensão proclamada de «bipolarização», de «hegemonização da esquerda» e de «alternância». Os resultados eleitorais do PS confirmam o que sempre dissemos: que o PS sozinho não constitui qualquer alternativa. Para participar numa solução de governo o PS tem de aliar-se ou com a direita ou com a esquerda. Tem optado sempre pela aliança com a direita.

«A» — Depois da derrota das eleições de 1985, o PS fez uma viragem à esquerda. A substituição recente de alguns dirigentes do PS não indicará uma nova viragem à direita?

A.C. — A história tem-se repetido sempre. Nas campanhas eleitorais o PS apresenta-se como alternativa à direita. Realizadas as eleições colabora com ela. Agora é sem dúvida mais difícil para o PS porque, para acordos com a direita, o PS com 60 deputados face aos 148 do PSD arrisca-se em termos institucionais à amizade da panela de barro com a panela de ferro. O PS só não será engolido pela direita na medida em que adopte uma política de esquerda.

«A» — Essa ideia é contrariada por alguns comentadores que apontam uma contradição entre o nosso apelo a que o PS adopte uma política de esquerda e o facto de que para enfraquecer a direita é necessário tirar-lhe eleitorado e para isso é necessário que o PS anuncie uma política mais à direita.

A.C. — Não é com uma política de direita

mas de esquerda que se podem ganhar os votos de centenas de milhares de trabalhadores, de agricultores, de intelectuais, de mulheres, de jovens, de pequenos e médios comerciantes e industriais que votaram no PSD.

«A» — A queda vertical da votação no PRD nas eleições de 19 de Julho não significa que não se verificou a perspectiva que o PCP considerava existir para esse partido na vida política nacional?

A.C. — O sensacional resultado eleitoral do PRD nas eleições para a Assembleia da República de 6 de Outubro de 1985 tinha provado estar certa a tese do PCP, aprovada no X Congresso realizado em Dezembro de 1983, segundo a qual existia um vastíssimo campo social politicamente vazio que oferecia condições objectivas para a criação de novos partidos democráticos. Obtido tal resultado eleitoral, o futuro do PRD passou a depender em grande parte de factores de ordem subjectiva, isto é, da capacidade política, organizativa e propagandística do novo partido. A queda vertical do PRD nas eleições de 19 de Julho confirmou o que já claramente se podia observar: que esses factores de ordem subjectiva se não verificaram.

«A» — Segundo há pouco disseste, o ganho eleitoral de 1 100 000 votos pelo PSD não corresponde ao ganho de um apoio à real política que o governo vai realizar. Significa isso que dentro de um prazo curto de tempo existirá novamente um vastíssimo campo social politicamente vazio e potencialmente capaz de apoiar novos partidos?

A.C. — A observação é pertinente. Sendo previsível que uma grande parte, se não a maior parte, desse eleitorado venha dentro em pouco a distanciar-se e muito provavelmente a opor-se ao Governo do PSD na luta social e mesmo na luta política, isso poderá significar de facto a repetição da situação referida: um vasto campo social politicamente vazio. Apenas de momento não se verificam as condições muito particulares que deram origem à formação e ao imediato êxito eleitoral do PRD. Daí se deduz que temos nós que actuar, com mais prontidão, eficácia e poder de convencimento, para atrair aqueles que virão a afastar-se do PSD, assim como dos outros partidos, naturalmente.

PCP

«A» — E o MDP? Queres dizer alguma coisa sobre o MDP e os outros pequenos partidos?

A.C. — Sem negar o direito de os pequenos partidos concorrerem às eleições, confirmou-se que o voto nesses partidos foi o voto inútil.

A política de alianças

«A» — Os resultados das eleições, pela distribuição social dos votos e pela nova correlação de forças partidárias obriga à reflexão sobre a política de alianças do Partido. Está a ser considerada a modificação da actual política?

A.C. — A política de alianças insere dois aspectos essenciais: as alianças de classe e as alianças dos partidos.

No que respeita às alianças de classe, o X Congresso do nosso Partido realizado em fins de 1983 indicou que constituem objectivamente base de apoio para uma alternativa democrática os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais e parte considerável dos quadros técnicos e aquilo que se tem chamado as camadas mais desfavorecidas da população. Esta base — cujos diversos componentes, interesses, influência e relacionamento exigem na actualidade uma análise aprofundada — define o sistema de alianças da classe operária na luta por uma alternativa democrática.

Quanto à aliança do PCP com partidos, não somos nós que inventamos os outros e não vemos outra possibilidade que não seja procurar a convergência, a cooperação e a unidade com os outros partidos democráticos, com os seus militantes e apoiantes, sem esquecer a cooperação e a unidade com democratas

cuja intervenção na vida política se realiza fora dos partidos e sem esquecer a importância da cooperação estreita com os democratas que participam connosco na CDU (Os Verdes, a ID e os independentes).

«A» — O PCP defende a cooperação e a unidade dos democratas, mas a verdade é que se encontra praticamente isolado no quadro partidário. Todos os outros grandes partidos têm tido e continuam a ter formas de cooperação ou colaboração entre si. Mas todos eles declaram não querer cooperar com o PCP. A que se deve uma tal situação? Não resultará, como alguns dizem, de menor acerto dos objectivos políticos do PCP? O defeito será dos outros ou será do PCP?

A.C. — A diferença fundamental que conduziu a um relativo isolamento do PCP no quadro partidário — mas não o isolamento em relação aos trabalhadores, ao povo, às massas — resulta do facto de o PCP, ao contrário dos outros partidos, defender firmemente os interesses dos trabalhadores e das massas populares contra a exploração e a opressão capitalistas e as conquistas da revolução de Abril contra as ofensivas que todos os governos nos últimos 11 anos têm conduzido contra eles. Não se trata de defeito mas de virtude.

A luta política em Portugal nos últimos 11 anos tem tido como centro as conquistas democráticas do povo português alcançadas com a revolução de Abril e que são parte integrante do regime democrático português: uns a quererem destruí-las e liquidá-las, outros a defendê-las. Os partidos da direita com a colaboração do PS têm procurado ao longo destes anos destruir essas conquistas, destruir o regime democrático. O PCP tem lutado

na sua defesa.

Seria fácil alcançar cooperação estreita, entendimento, acordos, unidade do PCP com outros partidos se o PCP traísse os trabalhadores, traísse a revolução, traísse as suas conquistas de significado histórico, traísse a luta heróica que levou à instauração do regime democrático que foi consagrado na Constituição da República.

Aliás os outros partidos dizem-no claramente. Dizem que o entendimento com o PCP não é possível precisamente porque o PCP é um partido consequente, um partido que sempre esteve, está e estará com o povo laborioso e jamais será um instrumento do capital para o explorar e oprimir.

«A» — Tal posição não exclui a possibilidade de uma aproximação e uma aliança com o PS e outros partidos democráticos?

A.C. — Creio que não. Muitos socialistas e militantes de outros partidos democráticos desejam a unidade tal como nós. Tudo faremos para conseguí-la nos mais variados sectores da vida nacional.

«A» — As posições de direita do PS tornam legítima a dúvida acerca da possibilidade de um acordo entre o PCP e o PS. Insistindo o PCP na necessidade desse acordo não estará a prosseguir um objectivo inatingível e a semear ilusões?

A.C. — Lutamos pela unidade dos democratas, mas não semeamos ilusões. As posições de direita do PS são o caminho para novas alianças e colaboracionismos com a direita. A luta em defesa dos interesses do povo, do País e do regime democrático só pode fazer-se na base de uma política democrática e em aliança com as outras forças democráticas e não

na base de uma política antidemocrática de colaboração com as forças antidemocráticas.

O que esta situação põe cada dia com maior relevo é o papel do PCP na vida política nacional como o mais sólido combatente pelos interesses populares e nacionais, pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional e pela paz.

O debate nos plenários

«A» — Depois da reunião do CC de 22 e 23 de Julho realizaram-se numerosos plenários em que se debateu a situação decorrente dos resultados eleitorais. Que podes dizer acerca desses plenários?

A.C. — Os plenários realizados podem caracterizar-se pelos traços seguintes: grande interesse e afluência na generalidade dos casos, numerosas intervenções procurando aprofundar a análise crítica dos acontecimentos e as causas mais profundas dos resultados, a preocupação pela nova situação política, a exposição de ideias e propostas relativas à actividade futura do Partido de forma a melhorar e a reforçar todas as áreas da sua actividade, e, traço fundamental, o espírito militante, a vontade geral de ultrapassar dificuldades e de reforçar o Partido e a sua intervenção na vida nacional.

«A» — Não queres referir algumas dessas opiniões, críticas e sugestões?

A.C. — A problemática abordada inclui os mais variados problemas relativos à evolução da situação política, às posições e actividade do Partido, à sua estratégia e tática, ao sistema de alianças, aos métodos de organização e propaganda, ao reforço da sua Direcção. Muitos destes problemas serão naturalmente objec-



to de análise a fazer nos trabalhos preparatórios do XII Congresso do Partido que o CC acaba de marcar para o 1.º semestre de 1988.

«A» — O que dizes significa que a Direcção do Partido toma nota das opiniões expressas pelos militantes e as considera objecto e motivo de reflexão?

A.C. — Sem dúvida que constituem motivo de reflexão. Os militantes têm o direito e podemos dizer o dever de expor as suas opiniões, as suas propostas, as suas críticas. A Direcção tem o dever de procurar colher nessas opiniões, propostas e críticas contribuições para o melhoramento do trabalho do Partido. Há porém alguma coisa mais que é também necessário dizer. Que a Direcção não se limita nem pode limitar a registar e a classificar as opiniões expressas, a reflectir sobre elas numa atitude passiva. A Direcção tem também o dever de expor a orientação do Partido e, se julgar necessário, de contrabater análises, opiniões e propostas que considere incorrectas.

«A» — Mas não haverá casos em que camaradas responsáveis respondem em termos desabridos, rotulando logo ideologicamente e acusando de desvios camaradas que expressam ideias divergentes?

Como comentas tais atitudes?

A.C. — Reafirmando o direito e mesmo o dever de todos os militantes exporem nas suas organizações e nas reuniões do Partido as suas opiniões e as suas críticas, e considerando incorrectas atitudes que, em vez de estimularem a exposição franca de pontos de vista, tenham efeitos de intimidação. Mas cabe fazer um comentário mais. Por vezes aparece um ou outro camarada que desenvolve livremente opiniões críticas em termos muito incisivos mas quando as suas opiniões são rebatidas por camaradas de organismos de direcção queixam-se de que lhes querem tapar a boca. Sendo certo que camaradas com tarefas de direcção não podem querer tapar a boca a nenhum militante, decerto nenhum militante julgará correcto tapar a boca a camaradas com tarefas de direcção.

Quanto ao que dizes acerca de «desvios», é mau caracterizar logo como «desvio» uma opinião divergente. Entretanto é justo que o Comité Central tenha advertido, no documento saído da sua última reunião, da necessidade de combater o sectarismo e o oportunismo que encontram na situação presente novos estímulos. Sectarismo e oportunismo não são rótulos para colar abusivamente a este ou àquele camarada, pois no Partido não há caça às bruxas.



PCP

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL

São uma classificação política e ideológica justificável, não para servir de arma de controvérsia num debate, mas para caracterizar determinadas ideias, posições e atitudes.

Creio também ser justo chamar a atenção dos camaradas para não se deixarem insensivelmente influenciar por essa inundação de análises e ideias tendenciosas lançadas por analistas e comentaristas, adversários declarados do Partido, actualmente muito em voga como inteligências encaradas.

«A» — Falas sempre com ironia dos analistas e comentaristas...

A.C. — Não de todos, evidentemente. Além do mais nos tempos que correm ser analista e comentador político ao serviço da direita é uma profissão e não das menos rentáveis. Simplesmente sucede que entre tais profissionais aparecem uns sujeitos cuja embóia é proporcional à superficialidade e cuja inteligência se movimenta no sentido do bico das gaivotas que pairam no espaço: está sempre voltada para onde sopra o vento. Esses, não podemos evidentemente levá-los a sério.

O PCP voltado para o futuro

«A» — Como vai o PCP de frente para o futuro na nova situação?

A.C. — Para já, o Comité Central definiu como direcções fundamentais de acção do Partido a acção institucional, a luta de massas, o reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários, a luta pela unidade democrática e o reforço do Partido.

«A» — No que respeito ao reforço geral do Partido o CC aponta o reforço do trabalho de direcção, o empenhamento no trabalho de organização, o enriquecimento do estilo de trabalho, a ligação com as massas e a intensificação da luta ideológica. Estas tarefas têm sido apontadas em numerosas ocasiões. Por isso há quem diga que, sendo a situação diferente, seria necessário apontar tarefas diferentes e não as mesmas de sempre.

A.C. — De sempre são algumas direcções de actividade do Partido. Mas não as tarefas concretas a realizar nessas direcções e acerca das quais aliás o documento do CC dá indicações significativas.

No quadro da orientação geral traçada, todo o Partido é chamado a dar provas não apenas de empenhamento, mas de reflexão e de criatividade.

«A» — Está em curso uma grande campanha para criar a convicção ao nível das massas de

que o PCP está em declínio irreversível, que não tem possibilidades de recuperação, que está condenado a desaparecer da cena política portuguesa...

A.C. — Tais campanhas não constituem facto novo e original. No tempo do fascismo o governo anunciou muitas vezes que o PCP tinha sido liquidado. E desde o 25 de Abril que se repetem as previsões de quedas bruscas de influência do PCP. Combatem-se tais campanhas com a nossa informação, com a nossa acção, com os resultados delas, com o desenvolvimento real do nosso trabalho, com o aprofundamento da nossa ligação com as massas.

«A» — Acreditas não apenas no reforço do Partido nos aspectos que acabas de referir mas na recuperação eleitoral?

A.C. — Não acredito apenas, confio.

A renovação da Direcção

«A» — Tanto no Partido como fora dele fala-se muito na renovação da Direcção. Pensa-se, como é natural, no elevado número de camaradas que ultrapassaram os 60 e mesmo os 70 anos de idade e que há dezenas de anos são membros dos organismos mais responsáveis do Partido. A renovação significa a substituição desses camaradas?

A.C. — As próprias leis da natureza impõem sem dúvida no momento próprio a substituição de camaradas, mesmo que antes, por razões de trabalho, não sejam substituídos. Importa porém sublinhar a esse respeito três questões: a primeira é, além da elevada e demonstrada dedicação, a extraordinária e rica experiência que têm muitos desses camaradas, experiência que lhes permite dar uma contribuição à actividade do Partido muito valiosa e de muito difícil substituição. A segunda é que a diminuição das condições de trabalho por motivo de idade é muito diferente de pessoa para pessoa. A terceira é que nos últimos Congressos têm sido eleitos para os organismos de Direcção do Partido numerosos camaradas mais jovens. No X Congresso, no total de 165 membros do CC eleitos, 92 tinham menos de 40 anos e 122 menos de 45. Dos 25 membros da Comissão Política e do Secretariado eleitos 11 tinham menos de 40 anos.

«A» — É previsível que do próximo Congresso resulte uma renovação profunda da Direcção, ou seja, dos seus organismos dirigentes?

A.C. — Creio ser necessária uma renovação mais rápida e operativa que em Congressos anteriores.

«A» — Como será realizado o trabalho para apurar quadros a saírem e quadros a serem propostos para os organismos de direcção?

A.C. — Adianto por agora apenas uma ideia geral. Na apreciação dos quadros é necessário ter em conta aspectos públicos das suas características, das suas qualidades e defeitos. Saber o que pensam deles os seus companheiros de trabalho, aqueles que os conhecem também na vida social. Mas, quando se fala da composição da Direcção, é necessário ter em conta também a prova que consideramos a mais conclusiva daquilo que são e representam no Partido e para o Partido: a actividade corrente que desenvolvem e a sua disponibilidade revolucionária

que só os organismos responsáveis conhecem em profundidade.

«A» — Ninguém contesta as qualidades e a experiência de camaradas que estão na Direcção do Partido há dezenas de anos. Surge entretanto uma dúvida: esses camaradas não terão tendência para aplicar nas novas situações ideias e métodos que foram válidos em situações diferentes?

A.C. — A observação é inteiramente válida, seja para camaradas da direcção central, seja para camaradas de direcções regionais e locais. Há de facto camaradas com muitos anos de Partido e com larga experiência e que apresentam na sua actividade alguns traços típicos negativos. A dificuldade em compreender as modificações da vida social e da problemática política, a tendência para responder a situações novas com soluções que foram correctas para situações diferentes, a estagnação dos conhecimentos, a forma rotineira de actuar, a sistemática reserva e subestimação dos quadros mais jovens são alguns desses traços. Importa porém referir, por um lado, que há quadros novos com essas mesmas características negativas. E por outro lado que há quadros que em muitos camaradas a longa e rica experiência possibilita precisamente o contrário: a análise e correcta avaliação das novas situações e dos novos fenómenos, a busca criativa das soluções adequadas, a actualização dos conhecimentos, a luta contra a rotina e ainda o apreço real, a valorização e a promoção efectivos não só dos quadros mais novos mas dos quadros jovens. Trata-se de orientações a nosso ver indispensáveis para que o Partido possa responder à situação que vivemos para reforçar-se e para

ter na vida nacional o papel que só ele, como único real partido dos trabalhadores, poderá desempenhar.

«A» — Certa imprensa tem feito grande especulação acerca de divergências existentes na Direcção do Partido. São mesmo indicados nomes e referidas intervenções nas reuniões do Comité Central...

A.C. — Tal especulação não tem o mínimo fundamento. É produto de invenções que mostram a falta de seriedade e a indignidade dos métodos de quem as lança a público.

«A» — Os chamados analistas políticos de que há pouco falámos, ao mesmo tempo que dizem que a direcção operária histórica está ultrapassada, falam da «nova vaga» de quadros do Partido, utilizam mesmo a expressão «jovens turcos» e citam exclusivamente intelectuais. Por isso é oportuno perguntar: poderá vir a ser alterada a composição dos organismos dirigentes?

A.C. — Creio que ninguém pode tomar a sério as análises que da vida e dos quadros do nosso Partido fazem declarados anticomunistas. Pena é que haja gente muito próxima de nós, até camaradas, que à força de lerem e ouvirem tais análises e prenúncios, acabam por acreditar que eles contêm qualquer coisa de válido.

Na preparação do XII Congresso será sem dúvida estudada com grande atenção e rigor a grande composição dos órgãos de Direcção. Sem qualquer contencioso ou oposição entre quadros velhos e quadros novos. A renovação da direcção dar-se-á com uns e com outros. A direcção operária histórica, como dizem, não está esgotada. Tem quadros de grande valor

que continuam a ser indispensáveis ao Partido. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos, têm-se desenvolvido e dado grandes provas de dedicação e capacidade numerosos outros quadros. «Nova vaga» é uma expressão equívoca. Mas, se com ela se quer significar o número avultado de quadros valiosos, mais jovens, que se têm destacado na luta, e que por razões óbvias constituem uma forte reserva para a renovação da Direcção, então há que dizer que, entre eles se contam naturalmente intelectuais, mas contam-se também numerosos quadros operários de grande valor que será necessário chamar a maiores responsabilidades.

«A» — Quer dizer que se manterão critérios de classe na composição da Direcção?

A.C. — A renovação da Direcção não significa a mudança da sua composição social. O PCP afirma-se justamente o partido da classe operária e de todos os trabalhadores. O espírito de classe e uma política de classe constituem uma sólida raiz de uma política democrática e de uma política patriótica.

«A» — Já agora, uma pergunta que fazemos apenas porque o assunto tem dado lugar a grandes especulações. Referimo-nos ao que se tem dito sobre a tua substituição como secretário-geral do Partido. Queres dizer alguma coisa sobre isso?

A.C. — Os inimigos do Partido há muito estão com pressa que isso aconteça. Como que para os contrariar, nem o Partido nem a natureza lhes têm feito a vontade. É naturalmente uma questão que, por razões óbvias, não é de agora, mas de há já alguns anos. Tem sido examinada com res-

ponsabilidade e serenidade pois um dia terá que ser resolvida. Para já não está na ordem do dia.

A realização do XII Congresso

«A» — O Comité Central anunciou para Outubro o começo dos trabalhos preparatórios do XII Congresso do Partido. Isso significa que se vai realizar no Partido uma análise profunda da situação e dos problemas nacionais, da actuação partidária nos mais variados aspectos, e ainda da situação e problemas internacionais. Terá também de realizar-se, como é já norma, um amplo e profundo debate que absorverá tempo e energias. Como conciliar um tal trabalho com as tarefas práticas que o Partido tem diante de si?

A.C. — O estudo necessário, a análise dos problemas, o debate e todos os outros aspectos dos trabalhos preparatórios do Congresso não poderão naturalmente afastar o Partido de uma intensa actividade em defesa dos interesses do Povo e do País, da luta social e política, da intervenção na vida nacional requerida pela grave situação criada pela continuação de um governo de direita reforçado pelos resultados das eleições de 19 de Julho. Todas as questões deverão ser examinadas e debatidas na preparação do Congresso. Mas não vamos transformar as organizações e as reuniões em clubes de discussão permanente, abandonando ou menosprezando as tarefas concretas imediatas de carácter político, social, cultural, organizativo, informativo, propagandístico, de quadros, de ligação com as massas, em torno das quais aliás se podem e devem debater experiências, métodos e soluções.

A partir de Outubro começaremos os trabalhos preparatórios do XII Congresso. Mas também a partir de Outubro teremos a intensificação da luta do nosso partido no plano institucional, designadamente na Assembleia da República, na actividade e nas organizações de massas, na acção política, no reforço da vida interna e na realização de grandes iniciativas, algumas das quais estão já previstas. Teremos, entre várias tarefas já definidas, que dar maior apoio às actividades sindicais, dar resposta aos graves problemas da agricultura portuguesa, aprofundar a posição do Partido na defesa da independência nacional, dinamizar o movimento e organizações da juventude e das mulheres.

Todo esse imenso trabalho que temos por diante será também uma contribuição de alto valor para a preparação do XII Congresso.

Democracia interna

«A» — As reuniões e debates do Partido realizam-se segundo princípios democráticos. Em relação ao XII Congresso, será de prever uma renovação da democracia interna?

A.C. — No que se refere a democracia interna do Partido, creio que a nossa tarefa não é tanto de renovação, como de aplicação universal no Partido de princípios, métodos, formas de trabalho democrático de que o PCP tem grande experiência e de que em muitos aspectos é pioneiro. O trabalho colectivo como princípio básico não apenas do trabalho de direcção mas de toda a actividade, a concepção do Partido como de um grande colectivo em que é princípio vital a participação activa dos militantes

na acção e nas decisões, o direito e dever de cada militante expor livremente as suas opiniões, divergências e críticas, no organismo ou organização a que pertence, a eleição dos organismos dirigentes, a prestação de contas do trabalho realizado — são aspectos essenciais da democracia interna do Partido, que não só não contrariam como constituem uma base ideológica e prática indispensável do centralismo democrático.

«A» — Consideras que esses princípios constituem de facto a realidade actual da vida partidária?

A.C. — No geral e fundamental, sim. É porém verdade que se verificam em tais e tais organizações e da parte de tais e tais camaradas atropelos à democracia interna.

«A» — Podes citar alguns?

A.C. — Sim. Há organismos e camaradas que, em vez de promoverem a participação das organizações e dos militantes no apuramento das situações e na definição das orientações, ganharam o hábito de resolverem tudo por si sós, sem ouvirem os outros. Há casos de fortes manifestações de individualismo. Há organismos e camaradas com grande dificuldade em ouvir opiniões divergentes e críticas, sobretudo quando lhes dizem pessoalmente respeito. Há casos em que camaradas que têm opiniões diferentes ou criticam os dirigentes são desde logo vistos com má vontade. São situações e comportamentos que é necessário corrigir e que estamos em condições de corrigir.

«A» — Em alguns outros partidos comunistas adoptaram-se novos métodos democráticos

no Comité Central e em Congressos, admitindo-se tendências, plataformas, grupos com os respectivos líderes e maiorias e minorias correspondentes. Em alguns partidos as reuniões e debates são abertos à televisão e imprensa. Têm-se estudado essas experiências? Que poderão elas conter de útil para o nosso Partido? Poderá o nosso Partido adoptá-las?

A.C. — Certamente que não. A profunda e real democracia interna no nosso Partido nada tem a ver com um

democratismo imitado do parlamentarismo burguês. As experiências referidas conduziram, não ao debate democrático, não ao apuramento colectivo e democrático de orientações e decisões, mas à cristalização de posições, a confrontos entre grupos candidatos à hegemonia política no Partido e entre chefes de grupos candidatos a líderes do Partido. O resultado de tais experiências está à vista. Envolvimento dos partidos em intermináveis, absorventes e estereis debates, concentração das energias na vida interna, afastamento das actividades práticas, perda de ligação com as massas, e como consequência de conflitos insomnáveis processos administrativos, expulsões, ciúses e até criação de novos partidos. Não seguiremos certamente tais caminhos.

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL

O comunismo é o futuro da humanidade

«A» — Na campanha anticomunista é agora lançada e repetida à sociedade uma nova tese: O projecto comunista seria uma coisa do passado e o capitalismo modernizado asseguraria afinal o futuro e o progresso da humanidade. Queres comentar?

A.C. — Não é de hoje que os defensores do capitalismo procuram afirmar a sua perenidade. Mas a simples observação da evolução do mundo desde a revolução de Outubro de 1917, que deu origem ao primeiro Estado de operários e camponeses, mostra que nestes 70 anos o capitalismo tem perdido posições atrás de posições, e países atrás de países, continentes inteiros, e que a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos, na qual o ideal comunista intervém como factor ideológico propulsor, tem registado em todos os continentes, embora num processo acidentado e irregular, progressos e vitórias de alcance histórico. O capitalismo, tal como a sociedade escravagista e o feudalismo, está condenado a desaparecer. Enquanto existir capitalismo o comunismo é o futuro da humanidade.



Trabalhadores

O desemprego continua a crescer no distrito de Setúbal

— alerta a União dos Sindicatos

No distrito de Setúbal o desemprego aumentou 11,3 por cento no primeiro trimestre de 1987 em relação a igual período do ano passado — revela um estudo da União dos Sindicatos deste distrito. O total de desempregados inscritos nos centros de emprego de Setúbal no final de Março de 1987 atingia «um número próximo dos 49500», mais cinco mil que em Março de 1986. As ofertas de trabalho nos centros de emprego de todo o distrito eram, em Março último, 291.

O problema do desemprego e do seu crescimento no distrito de Setúbal foi colocado num breve encontro que uma delegação da USS teve na semana passada com o delegado do governo, Dr. Luís Morales.

José Encarnação e Manuel Pisco Lopes entregaram ao delegado do governo um *dossier* referente ao debate efectuado em Julho sobre a situação do emprego e perspectivas de desenvolvimento do distrito de Setúbal. Manifestando as preocupações principais do movimento sindical quanto à situação social no distrito, os representantes da União dos Sindicatos de Setúbal alertaram para os milhares de postos de trabalho que estão em perigo em grandes empresas — nomeadamente na Siderurgia, na Quimigal e na Setenave — e para a «ausência de medidas de política económi-

ca e social que, no mínimo, façam estancar» o aumento do desemprego.

O PROSET

Na reunião foi também abordado o PROSET (Projecto de Desenvolvimento da Península de Setúbal). A União dos Sindicatos — segundo a nota que distribuiu à imprensa — «adiantou algumas apreciações genéricas, designadamente quanto à necessidade de equacionar, no âmbito da operação integrada, a questão das grandes unidades industriais do sector público com um peso preponderante no distrito, à necessidade de coordenação de medidas concretas que não existem e à definição de formas institucionais de acompanhamento, onde as organizações sindicais estejam representadas».



Setúbal vive uma grave situação social. O Governo responde com demagogia e propaganda, agravando na prática as condições de vida dos trabalhadores do distrito

Entrepósito Industrial

de Setúbal

Prorrogada por mais um mês a decisão do Governo sobre o pedido de despedimento

A Secretaria de Estado do Emprego respondeu afirmativamente a uma solicitação da administração do Entrepósito Industrial Metalomecânica (SA), de Setúbal, para a prorrogação por mais 30 dias do prazo para a decisão sobre um pedido de despedimento colectivo de 300 trabalhadores.

A Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical daquela empresa afirmam em comunicado

O prazo para o Ministério do Trabalho se pronunciar sobre o pedido de despedimento colectivo terminava no dia 14 de Agosto, coincidindo com a data em que os trabalhadores iniciavam as suas férias.

A Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical do Entrepósito deram no

dia 13 uma conferência de imprensa em que alertaram para as consequências sociais do pretendido despedimento colectivo e reafirmaram a posição de que a empresa é viável. «Foi entregue ontem na Secretaria de Estado do Emprego um projecto de cooperativa para o sector da metalomecânica» — infor-

que «continua em aberto a possibilidade de se encontrar soluções alternativas ao despedimento». No entanto, os organismos representativos dos trabalhadores do Entrepósito frisam mais uma vez que «a atitude correcta do governo seria a de, pura e simplesmente, proibir o despedimento colectivo e pressionar os accionistas da empresa a pôr em prática medidas para a sua viabilização».

mou Hélio Bexiga, da CT.

Um processo fraudulento

Na nota de imprensa em que anunciavam o encontro com os órgãos da comunicação social os ORTs lembravam que «a administração do Entrepósito Industrial viu

rejeitada a sua primeira pretensão quanto ao pagamento das dívidas da empresa ao Estado (segurança social e finanças públicas)»; a intenção dos administradores era saldar essas dívidas com a entrega ao Estado das instalações do sector de metalomecânica, «entretanto deliberadamente desactivadas».

Perante esta nega, a administração alterou a sua proposta de entrega de instalações. Segundo a referida nota os responsáveis do Entrepósito propuseram a «constituição de uma nova empresa só para a actividade de frio» e a continuação do Entrepósito «só com as instalações da metalomecânica».

De acordo com esta nova proposta as dívidas ao Estado deveriam ser pagas, na sua totalidade, «pelo Entrepósito Industrial em resultado da sua exploração, locação ou venda». Mas manteve-se o pedido

de despedimento colectivo.

«Como poderá então o EIM fazer a sua exploração? Que sentido tem uma empresa nova sem trabalhadores? Cria-se uma empresa para morrer logo à nascença?» — perguntam a CT e a Comissão Intersindical do Entrepósito Industrial, acrescentando que «estes factos que relatamos e que estão expressos em documentação própria na posse do Ministério do Trabalho e dos ORTs não nos permitem tirar outra conclusão a não ser que se trata de um processo de despedimento colectivo fraudulento».

— em causa
300 postos de trabalho

Trabalhadores

CGTP-IN comenta discurso de Cavaco Silva

Apelaremos à luta sempre que os direitos dos trabalhadores sejam postos em causa

«A CGTP-IN considera oportuno reafirmar que, no respeito pela Constituição e pela legalidade democrática, não deixará de organizar o protesto dos trabalhadores sempre que, por acção do Governo e/ou patronato, os seus legítimos direitos sejam postos em causa» — afirma a central sindical num comunicado à imprensa em que comenta o discurso do Primeiro-Ministro no acto da tomada de posse do 11.º Governo.

Afirmando que o discurso de Cavaco Silva nada de novo acrescentou às «usuais características populistas», a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses chama a atenção para que «a estrutura do Governo adoptada indicia uma orientação sobre a política laboral que motiva as maiores preocupações dos trabalhadores e da CGTP-IN», referindo-se concretamente à transformação do Ministério do Trabalho e Segurança Social «num Ministério do Emprego e Segurança Social».

O Governo desvaloriza o papel dos trabalhadores

Aquela alteração na estrutura do Governo leva a CGTP-IN a afirmar que o executivo de Cavaco Silva «defende uma filosofia desvaloriza-

dora do papel dos recursos humanos no desenvolvimento do País e da necessidade de uma política laboral e social global e articulada»; e isto «sabendo-se a gravidade que assumem os problemas sociais em Portugal, reconhecendo-se a necessidade imperiosa de uma acção do Estado correctora das injustiças e desigualdades sociais e da sobreexploração das camadas mais desprotegidas, conhecendo-se a injustiça na distribuição do rendimento nacional entre o capital e o trabalho e até entre as actividades produtivas e actividades especulativas».

Mesmo que se desse o caso de o Governo «querer, finalmente, corresponder às reivindicações da CGTP-IN, dignificando o funcionamento dos tribunais do trabalho, ficam sem enquadramento orgânico adequado importantes políticas da responsabilidade do Estado, nomeadamente o direito à negociação colectiva, a hie-

ne e segurança no trabalho, a garantia dos interesses dos trabalhadores e a salvaguarda da liberdade sindical» — lembra o comunicado.

Quanto à referência feita no discurso ao diálogo social, a

central considera-a «ainda mais grave» que a extinção do Ministério do Trabalho e afirma que se pode «legitimamente concluir que, para o Primeiro-Ministro, o diálogo social é necessário se corresponder nas suas conclu-

sões aos objectivos e intenções do Governo».

Comentando as «ameaças veladas» feitas por Cavaco Silva à luta dos trabalhadores, a CGTP-IN «considera oportuno reafirmar que, no respei-

to pela Constituição e pela legalidade democrática, não deixará de organizar o protesto dos trabalhadores sempre que, por acção do Governo e/ou patronato, os seus legítimos direitos sejam postos em causa».



O 1.º de Maio de 1987 em Aveiro

Acidente de trabalho aos 13 anos

Dias antes estava tudo normal segundo a Inspeção de Trabalho

Saul Jorge Teixeira, de 13 anos, trabalhava na fábrica de louças Faianças do Canal de S. Roque, em Aveiro. Na terça-feira, 11 de Agosto, como tantas vezes até esse dia, estava a empurrar barro branco com o pé para o interior de uma máquina transformadora. Foi colhido por um dos cilindros do aparelho. Ficou gravemente ferido nas pernas. A esquerda teve que ser amputada e, de acordo com as últimas notícias, pode também ficar sem a perna direita.

O Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeirás de Aveiro tinha alertado há muito a Inspeção Geral do Trabalho para o facto de que naquela empresa não estavam a ser respeitadas a legislação laboral e as normas de higiene e segurança no trabalho, denunciando também a existência de situações ilegais de trabalho à hora e exploração de mão-de-obra infantil.

Ainda no dia 30 de Julho a delegação de Aveiro daquela Inspeção enviava um ofício ao sindicato informando que, em visita aquela fábrica, só tinha sido detectada uma trabalhadora ao serviço (!), cuja

situação estava normal.

«Sabe-se, contudo, — denuncia um comunicado do sindicato — que a entidade patronal fechou os trabalhadores ilegais na casa de banho, nomeadamente outras 4 crianças que lá trabalhavam, o que poderá indiciar que as entidades patronais têm conhecimento antecipado das inspecções».

Esta tragédia vem mais uma vez chamar a atenção para o problema da exploração do trabalho infantil em Portugal. O movimento sindical unitário tem denunciado este flagelo e tem exigido medidas efectivas para lhe pôr termo. O «Avante!» já

em Junho de 1986 publicava uma extensa reportagem sobre a exploração de menores no Minho.

A Inspeção Geral do Trabalho chegou a aplicar multas (?) de cinco ou seis contos a empresas que empregavam menores. Mas, na maior parte das vezes, não tomava conhecimento das irregularidades.

Na fábrica do Canal de S. Roque estava tudo «normal» poucos dias antes do acidente com o pequeno Saul. Quem responde por outros acidentes que possam ocorrer devido à violação das leis que proíbem a exploração de menores e estabelecem normas de higiene e segurança no trabalho?

Mais uma vez, a política do governo tem sido lavar as mãos para que o patronato se mexa à vontade. Mais uma vez, a única garantia de que as ilegalidades serão denunciadas continua a ser a luta dos trabalhadores e das suas organizações.

Vila da Feira

Amorim e Filhos manda corticeiros de férias sem dinheiro mas com ameaças

A empresa corticeira A. Paulo Amorim e Filhos, de Vila da Feira, mandou para férias centena e meia de trabalhadores sem lhes pagar a respectiva retribuição. De acordo com o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, aqueles trabalhadores re-

ceberam apenas 50% do subsídio de férias.

O sindicato condena ainda o comportamento de Roberto Costa, representante do patronato e antigo presidente da associação patronal da cortiça: ao anunciar a novidade aproveitou para advertir

que «não admitiria» movimentações na empresa.

Os trabalhadores afirmam a sua disposição de não se deixarem amedrontar e não cederem a chantagens, lutando contra a imposição da lei da selva na empresa.

Só 43% dos portugueses tiveram férias em 1986 segundo a Direcção-Geral do Turismo

Um estudo da CEE revela que 56 por cento dos cidadãos de países da Comunidade Europeia saíram em férias uma ou mais vezes no ano passado. Entretanto, a Direcção-Geral de Turismo divulgava os resultados de um inquérito mostrando que quatro mi-

lhões e meio (57%) de portugueses maiores de 15 anos não tiveram férias em 1986; metade destes casos foram justificados por falta de posses.

Dos trabalhadores que gozaram férias (43%), apenas um terço recebeu o respectivo

subsídio. Esta percentagem desce para 22 por cento no interior Norte do País.

Em 1979, 57 por cento dos trabalhadores que tiveram férias atingiram os 30 dias. Em 1985 esse valor desceu para 50 por cento e em 1986 ficou-se pelos 45%.

Trabalhadores

Administração dos CTT pretende queimar tempo na revisão do AE

— acusa a comissão negociadora sindical

Na reunião de 13 de Agosto com os representantes dos trabalhadores dos CTT a administração voltou a recusar qualquer proposta de alteração no que respeita ao clausulado do acordo de empresa em negociação. Em relação à matéria salarial, propôs aumentos de 7,5 por cento para subsídios.

A comissão negociadora sindical (FCT/SNTCT/SINTEL) considera que os valores da administração estão ainda «muito distantes» de poderem ser considerados válidos para um acordo.

O facto de a administração nomeada pelo governo ter retardado a apresentação da sua contraproposta quase um mês (o prazo legal expirou a 2 de Julho) e as posições que assumiu nas duas reuniões de negociação entretanto realizadas levam a comissão negociadora sindi-

cal a acusar os responsáveis dos CTT e o governo de pretenderem «ir boicotando o processo negocial com o intuito de queimar proposadamente tempo» — como se lê no último comunicado da CNS aos trabalhadores.

No final da reunião de 6 de Agosto e após os repre-

sentantes dos trabalhadores terem exigido uma proposta que pudesse ser considerada séria, a administração alterou a sua contraproposta inicial de 7% de aumentos nas tabelas salariais para — imagine-se! — 8%.

Na mesma declaração a CNS solicitou também a apresentação de valores concretos para os aumentos dos subsídios de refeição, armas, infantários, pequeno-almoço, condução e chefias não integradas e pediu o esclarecimento da posição da administração quanto à reconversão dos sistemas de diuturnidades em anuidade e quanto à implementação do subsídio de insularidade.

A estas questões — que, como recorda a CNS, compõem normalmente o acordo de empresa salarial — a administração ficou indiferente. Só na reunião de 13 de Agosto viria com as propostas referidas de aumentos de 7,5 a 8 por cento para diuturnidades, chefias não integradas e subsídios de refeição, infantário e ama-

A unidade é decisiva

Quanto ao clausulado do acordo de empresa, que a administração dos CTT se

recusa a alterar, a comissão negociadora sindical lembra que «a prática tem mostrado que há cláusulas cuja redacção necessita clarificação, assim como há cláusulas que necessitam ser adaptadas e melhoradas».

Mas, denunciam os organismos representativos dos trabalhadores, não é esse o espírito com que os responsáveis dos CTT participam na negociação. Como acusam no comunicado, para a administração «o único objectivo é plorar o acordo de empresa» e também, se pudesse, deixar a redacção por forma a permitir que cada chefia o interpretasse

«à sua maneira, como se não existisse AE».

A CNS afirma-se disposta a não permitir «que esta manobra resulte» e anuncia que vai propôr o alargamento do calendário das negociações, revelando que já está marcada uma reunião extra para analisar apenas a matéria respeitante aos cargos de direcção e chefia.

No entanto, lembra a CNS, «o resultado das negociações depende essencialmente da unidade e determinação dos trabalhadores em torno das suas organizações para a defesa e melhoria dos seus direitos e regalias».

Vitória dos trabalhadores na Escola Superior Agrária de Coimbra

No passado dia 6 de Agosto foi publicado o decreto-lei 307/87, que desbloqueia a situação na Escola Superior Agrária de Coimbra.

Os trabalhadores não docentes deste estabelecimento de ensino obtiveram assim uma importante vitória na sua luta para a publicação

de um diploma que lhes permitisse a progressão nas carreiras profissionais.

O Sindicato da Função Pública da Zona Centro sublinha, no entanto, que só com a publicação da lei orgânica da escola e do respectivo quadro de pessoal ficarão totalmente resolvidos os problemas.

Não há ESEs privadas

Os candidatos à admissão no curso de educadores de infância da «Escola Superior de Educação Santa Mafalda» estão a ser enganados — denuncia o Sindicato dos Professores do Norte, acrescentando que aquela escola os está a utilizar para, «através da política do facto consumado, pressionar e acelerar a privatização das escolas superiores de educação». O sindicato afirma que é

«falsa e enganosa» a publicidade que tem sido feita no «Jornal de Notícias» e esclarece que não existe em Portugal nenhuma escola superior de educação privada: «diversas escolas particulares e de formação de educadores de infância requereram ao MEC a sua passagem a escolas superiores de educação com carácter particular, contudo ainda nenhuma recebeu autorização para tal».

PCP

Nota da SIP sobre o subsídio aos jovens

Tendo em conta que notícias hoje divulgadas por diversos órgãos de comunicação social relativamente à publicação no «Diário da República» de um diploma sobre atribuição de subsídio a jovens à procura de primeiro emprego podem fazer supor que se trataria de uma medida governamental, a SIP do PCP considera indispensável sublinhar:

1. O referido diploma legal é uma lei aprovada pela Assembleia da República na anterior sessão legislativa com os votos favoráveis dos partidos da oposição na sequência de uma proposta apresentada em Novembro de 1985 pelo PCP a que se seguiram propostas de outros partidos.

2. O PSD votou contra a aprovação desta lei. Este esclarecimento impõe-se porque o carácter nebuloso, equívoco e incompleto de algumas notícias sobre este assunto podem favorecer a atribuição ao Governo de méritos que lhe não cabem.

Camaradas Falecidos

Guilhermino Ramos

No passado sábado, faleceu o camarada Guilhermino da Conceição Ramos, com 71 anos de idade. Membro da Comissão de Freguesia de Almada do PCP, o camarada Guilhermino Ramos era muito respeitado e querido da população de Almada, terra onde desempenhou cargos importantes no Movimento Associativo. Além de ter sido jogador de andebol no «Almada», foi também treinador e dirigente deste clube. Era actualmente o vice-presidente da Assembleia Geral da Academia Almadense. O camarada desempenhou também tarefas importantes no Poder Local, tendo pertencido à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, logo após o 25 de Abril.

Joaquim Carneiro

Com 73 anos de idade, faleceu na passada sexta-feira o camarada Joaquim Carneiro. Comerciante, homem muito conhecido e de grande prestígio em Cascais, o camarada militava na respectiva Organização de Freguesia do PCP e foi ele quem cedeu ao Partido as instalações onde se encontra o Centro de Trabalho o que muito ajudou ao desenvolvimento do Partido no concelho. O camarada agora falecido, membro do PCP há muitos anos, desde há muito mantinha actividade política, nomeadamente desde o tempo do Socorro Vermelho Internacional, organização a que esteve ligado.

Aos seus familiares e amigos, o «Avante!» manifesta o seu pesar.

Nacional

Évora organiza III Bienal de Desenho

Com o intuito de proporcionar aos interessados o conhecimento directo de obras de mais de cem dos melhores artistas nacionais no domínio do desenho, continua patente ao público até ao final do mês, no Palácio D. Manuel, em Évora, a III Bienal Nacional de Desenho.

Habitualmente realizada pela «Cooperativa Árvore», do Porto, a bienal realiza-se este ano pela primeira vez em Évora, por iniciativa do seu Município, através da Divisão de Acção Sócio-Cultural.

Organizada em três áreas, a exposição agrupa numa primeira parte os trabalhos de novos artistas que ilustram as mais recentes tendências e movimentos de pesquisa do desenho contemporâneo. Na segunda zona — «desenhos portugueses do século XX» — concebida como antologia, figuram obras de alguns dos autores mais representativos deste século, podendo ser apreciados nomeadamente trabalhos de Júlio Resende, Júlio Pomar, Lima de Freitas, Jorge Pinheiro, Mário Cesariny, José de Guimarães, Ângelo de Sousa e Jorge Martins.

A terceira zona da exposição, de acordo com uma nota informativa chegada à nossa redacção, abrange o desenho de arquitectura, representado, entre outros, por Álvaro Siza, Fernando Lanhas, Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Tomás Taveira.

II Torneio de Voleibol na Costa da Caparica

Organizado pelo Clube de Campismo do Concelho de Almada e pela Câmara Municipal realiza-se de 28 a 30 próximos, na Praia da Saúde, Costa da Caparica, o II Torneio Internacional de Voleibol de Praia.

Aberto a todos os praticantes da modalidade constituídos em equipas, o torneio visa o desenvolvimento e o melhor conhecimento da prática desportiva, oferecendo simultaneamente, de acordo com a opinião dos promotores, «uma alternativa saudável ao preenchimento dos tempos livres».

Pretendendo contribuir também para a divulgação

do movimento campista e para a promoção turística da Costa da Caparica, o torneio será disputado em dois escalões, agrupando respectivamente as equipas com cinco ou mais jogadores federados nas categorias de seniores ou de juniores e as equipas até quatro jogadores igualmente federados.

Aguardando-se a presença de cerca de 240 atletas e de 15 árbitros num total de 40 jogos, o torneio decorrerá frente ao parque de campismo na Praia da Saúde, em zona autorizada e demarcada na parte do areal correspondente à baixa-mar.

Acampamento da JCP em Gaia 22-30 Agosto

desporto — vídeo — cinema — música
convívio — restaurante — bar

Iniciativa da Organização do Ensino Secundário do Porto da JCP

Internacional

América Central

Crescem apoios a Plano de Paz

«Um passo decisivo» para encontrar uma solução para os conflitos na região e para «construir, à margem das pressões e interferências externas, o futuro de dignidade a que aspiram os nossos povos», eis como os países do grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) e do «Grupo de Apoio» (Argentina, Brasil, Peru e Paraguai) classificaram conjuntamente o acordo de paz assinado no passado dia 7 pelos presidentes dos países da América Central (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador).

Tal acordo, assinado na capital da Guatemala, retoma no essencial as grandes linhas do plano de paz proposto por Oscar Arias, presidente da Costa Rica, constituindo uma esperança para que finalmente seja encontrada uma plataforma que restitua o sossego a uma região marcada por constantes ingerências do imperialismo norte-americano.

Provocação de Reagan

Acolhido com satisfação e crescentes apoios, este plano de paz apenas encontrou reservas da Casa Branca, facto que decorre das posições insistentemente expressas por Ronald Reagan, mais interessado em defender posições de força e em manter o apoio aos «contras» da Nicarágua do que propriamente em participar numa solução negociada para os problemas da região.

Esta atitude do presidente norte-americano terá estado aliás na origem da recente demissão de Philip Habib, embaixador itinerante para a América Central, por discordâncias quanto a aspectos da política da Casa Branca para a região.

No comunicado conjunto dos oito ministros dos Negócios Estrangeiros tornado público no final da reunião de 11 p.p., informa-se que os presi-

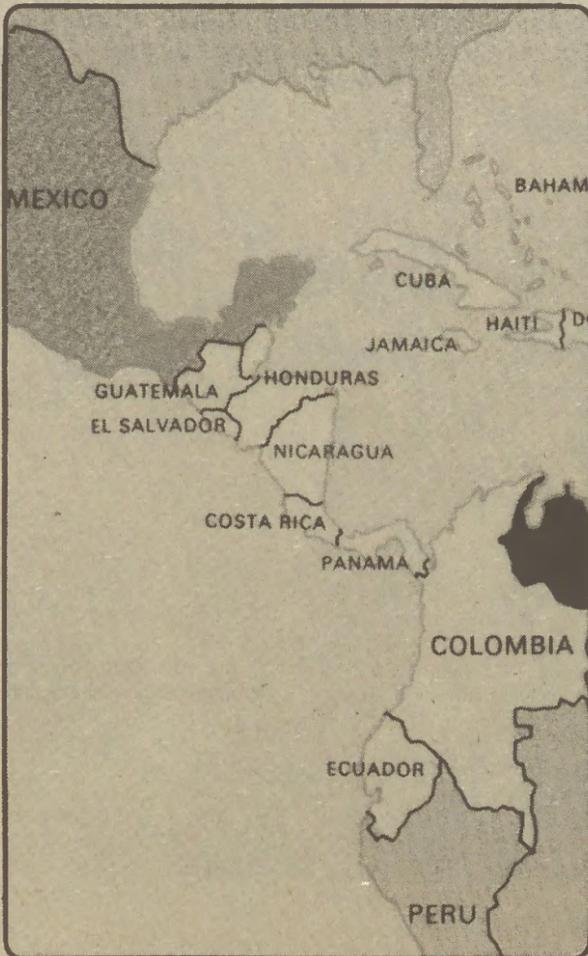
dentos dos países do grupo de Contadora e do «Grupo de Apoio» realizarão anualmente a partir de agora cimeiras destinadas a «examinar os problemas políticos e económicos regionais», a primeira das quais terá lugar já no próximo mês de Novembro.

No comunicado — que não contém uma única referência ao «plano Reagan» divulgado dois dias antes do acordo de paz, numa jogada de antecipação que alguns observadores consideram uma provocação ou uma manobra destinada a anular os esforços de entendimento finalmente conseguido — salienta-se ainda que a dívida externa dos países latino americanos «não pode ser paga com o sacrifício dos respectivos povos».

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela afirmou ainda, na mesma ocasião, esperar que com esta atitude conjunta seja finalmente rompida a «tradição que nos levava a reuniões convocadas pelo presidente dos Estados Unidos».

Governo de consenso nacional

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador tornou entretanto pública uma declaração onde exige a formação



de um «governo de consenso nacional», única forma em seu entender de começar a cumprir o acordo assinado entre os cinco presidentes dos países da América Central.

Na sequência de declarações de Napoleon Duarte em que reafirmou continuar a receber ajuda militar dos Estados Unidos, os guerrilheiros da FMLN afirmam ainda na sua declaração que o governo pró-americano «não tem capacidade para levar por diante um verdadeiro processo de democratização» no país.

Em Manágua, prosseguem

entretanto os esforços para encontrar medidas concretas que levem à aplicação do acordo de 7 de Agosto, diligências iniciadas na passada semana no decorrer de uma reunião de Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, com o presidente da Conferência Episcopal e com representantes de 11 partidos da oposição legalmente constituídos. Nessa, recorde-se, reunião, Daniel Ortega apresentou uma proposta formal de criação de uma comissão para a reconciliação nacional na Nicarágua.



Para a FMLN a formação de um «governo de consenso nacional» constitui a única forma de cumprir o acordo de paz assinado pelos presidentes dos países da América Central



Daniel Ortega apresentou uma proposta de criação de uma comissão para a reconciliação nacional da Nicarágua

Solidariedade com a Líbia

O ataque recentemente perpetrado contra as fronteiras do Sul do território da Líbia, mais exactamente na região da Auzu, continuam a suscitar reacções de condenação por parte de diversas entidades e organizações. É o caso do «Secretariado Internacional de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central, a Palestina», que em comunicado agora tornado público considera esta agressão «uma forma de ameaçar a segurança e a paz na região e no mundo», constituindo simultaneamente um desrespeito «às normas da Organização de Unidade Africana, entidade que ainda recentemente, após a sua última reunião, apelara «para a resolução do problema chadiano de uma forma pacífica».

No comunicado onde apela à solidariedade das forças democráticas, o Secretariado Internacional assinala ainda que esta agressão «faz parte de um plano imperialista» que tem por objectivo atacar a Líbia, constituindo ao mesmo tempo «um prolongamento da agressão norte-americana», iniciada em 1986.

Sul-coreanos contra lock-out

Na sequência de um lock-out decretado pelo grupo Hyundai, cerca de 20 mil trabalhadores sul-coreanos em greve ocuparam na passada segunda-feira sete empresas e estaleiros daquela companhia.

Considerada a maior companhia exportadora do país, a Hyundai decretou o lock-out na sequência de um apelo de greve lançado por um comité sindical recentemente constituído pelos trabalhadores para substituir o sindicato controlado pelo governo.

Representando os 100 mil trabalhadores das 12 empresas que formam a Hyundai, o comité sindical foi declarado «ilegal» pela direcção da companhia, facto não aceite pelos trabalhadores que exigem agora a demissão do presidente do grupo e a abertura de negociações com o seu comité sindical.

A greve nestas empresas veio juntar-se às existentes em 301 outras em todo o país, tendo entretanto sido já alcançados acordos depois de vários dias de luta nas companhias de transportes urbanos de Kwangju e de Tajeun e nas minas de Sauk.



Guerra das estrelas

De acordo com uma notícia divulgada segunda-feira última pelo «New York Times» o Pentágono está a construir em Colorado Springs um centro de super computadores para investigar e analisar os projectos incluídos na chamada «guerra das estrelas».

Com um custo orçado em mil milhões de dólares este centro onde trabalharão 2300 militares e peritos em computadores está integrado na concretização da primeira fase do projecto de militarização do espaço lançado pela administração da Casa Branca.

O novo centro, que ocupará uma área superior a um campo de futebol, ainda segundo aquele jornal, representa a aplicação de uma das seis directivas elaboradas recentemente por um Conselho Superior do Pentágono com vista a acelerar os trabalhos da «iniciativa de defesa estratégica».

Angola apresenta novas propostas de paz

Angola deu recentemente a conhecer uma nova proposta de paz na qual se compromete a acelerar a retirada gradual das tropas cubanas do seu território se os Estados Unidos e a África do Sul cessarem toda a ajuda à Unita, acabarem com as agressões contra território angolano e aceitarem o plano da ONU para a independência da Namíbia.

O conteúdo desta proposta, divulgado pela agência Angop, refere que a «aceitação da implementação da resolução 435/78 (do Conselho de Segurança) pela África do Sul implica acções concretas em colaboração com a SWAPO e o secretário-geral da ONU para o início da aplicação dessa resolução».

A agência noticiosa angolana salienta que desde que estas condições sejam satisfeitas, Angola e Cuba estão na disposição de reduzir «em prazos mais curtos e em contingentes maiores do que os propostos há três anos, as tropas cubanas «estacionadas a Sul do paralelo 13». A Norte desse paralelo, distante cerca de 500 quilómetros da fronteira com a Namíbia, refere ainda a Angop, a presença militar cubana é assunto bilateral de Angola e Cuba, não negociável, pois, nesta fase.

Internacional

Intervenção da NATO agrava tensão no Golfo

Com a deslocação no início desta semana de mais dois draga-minas britânicos e de uma fragata e um porta-aviões (e respectivo grupo de combate) norte-americanos para a zona do Golfo e imediações, o número de navios de guerra de países da NATO nesta agitada zona do Médio-Oriente poderá atingir dentro de poucas semanas a meia centena, o que constitui a maior concentração naval desde a guerra da Coreia.

Esta presença massiva de forças navais de países da NATO — a pretexto de procurar manter livre na zona a circulação dos petroleiros que abastecem entre 40 e 60 por cento das necessidades em petróleo dos países da Europa Ocidental — revela bem o grau do seu crescente e deliberado envolvimento num conflito onde a tensão tem subido perigosamente de tom, justamente à medida e na sequência dessa intervenção.

A decisão de Margaret Thatcher de enviar estes navios para apoio às operações de dragagem de minas no Golfo, a exemplo aliás do que fez a França, surge na sequência de anteriores tomadas de posição tornadas públicas no decorrer da última semana pelas autoridades norte-americanas apontando para um reforço da ingerência e da presença militar da NATO na região.

Caspar Weinberger, secretário norte-americano da Defesa, dera já a conhecer no início da passada semana as diligências efectuadas pelo seu país no sentido de tentar convencer os aliados a criarem uma «força internacional» unificada que procedesse à desminagem das águas do Golfo. O ministro italiano da Defesa produziu declarações no mesmo sentido, mostrando-se disponível para uma tal operação, a qual, em seu entender, necessitaria apenas da condição de dispor de «portos de apoio» e de uma «decisão colegial» do governo.

Opinião absolutamente contrária têm, entretanto, os dirigentes iranianos, os quais tornaram já extensivas à Grã-Bretanha e à França as ameaças que têm dirigido aos Estados Unidos. Mir Hussein Mussavi, primeiro-ministro iraniano, afirmou mesmo que Paris e Londres são «cúmplices de todas as agressões dos Estados Unidos» e de serem eles os responsáveis pela criação no Golfo de «uma tensão que não existia».

Exemplo dessa crescente tensão são de resto as declarações de Ronald Reagan proferidas já esta semana quando afirma a necessidade de «demonstrar que os esforços de intimidação, bem como as ameaças iranianas contra o Kuwait e outros países não beligerantes do Golfo não funcionam». A resposta do presidente iraniano, Ali Khamenei, não se fez esperar, tendo dito nomeadamente que «se nos atacarem e danificarem os nossos recursos económicos não ficaremos passivos e, com a nossa fé em Deus e a força do nosso povo, ripostaremos vigorosamente e faremos frente a todas as conspirações».

Enquanto crescem as ameaças mútuas um navio de abastecimento de petroleiros afundou-se no passado fim-de-semana à entrada do estreito de Ormuz, depois de ter chocado com uma mina, elevando assim para seis o número de navios que nos últimos três meses no Golfo e regiões vizinhas, embateram em minas.

Em resultado do agravamento da tensão militar, de referir ainda que as exportações de petróleo através do Golfo baixaram dez por cento nos primeiros dez dias deste mês relativamente a igual período do mês de Julho, enquanto que o preço do petróleo a prazo continuava a registar sensíveis subidas.



A crescente deslocação dos navios de guerra dos países da NATO para o Golfo poderá atingir dentro de poucas semanas a meia centena, o que constitui a maior concentração naval desde a guerra da Coreia

Repressão não abate a luta dos mineiros sul-africanos

Resistindo a toda a espécie de pressões e manobras tendentes a minar a sua unidade e organização e a um fortíssimo aparelho policial que não se coíbe de utilizar os mais brutais e violentos meios repressivos, os mineiros sul-africanos prosseguiram esta semana a sua luta pela satisfação de várias reivindicações, entre as quais se encontra a exigência de aumentos salariais.

Entrada na sua segunda semana, esta greve envolve cerca de 340 mil mineiros de perto de quatro dezenas de minas de ouro e carvão de todo o país, trabalhadores que numa afirmação de grande combatividade se mostram dispostos a lutar contra a intransigência das entidades patronais em negociar as suas legítimas reclamações.

Desde o início da greve — a maior da história da África do Sul —, e de acordo com um balanço ainda incompleto, foram já efectuadas cerca de 250 prisões e feridos mais de 200 trabalhadores na sequência de operações policiais.

Visando sobretudo os dirigentes sindicais dos mineiros que acataram a palavra de ordem de greve ilimitada, as forças repressivas têm procurado esmagar a greve através de acções violentas que têm incidido sobretudo nos bairros mineiros. Os incidentes mais graves ocorreram no final da passada semana na mina de ouro de Vaal Reefs, a sudoeste de Joanesburgo, tendo o corpo de guardas de segurança da mina forçado a entrada nas instalações onde vivem os mineiros, disparando balas de borracha e gases lacrimogéneos.

Contrariamente ao pretendido pelas autoridades a repressão que se abateu sobre os mineiros tem acentuado a sua combatividade, fazendo crescer igualmente o número de apoios e a sua determinação em levar a luta por diante até à satisfação de todas as exigências sindicais.

Na sequência de uma reunião de dirigentes sindicais, Cyril Ramaphosa, secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM) informou entretanto na passada segunda-feira a disponibilidade da sua organização para discutir com a Companhia Anglo American Corporation



Os mineiros sul-africanos prosseguem corajosamente a luta em defesa das suas reivindicações

formas de pôr fim à violência, manifestando simultaneamente a sua satisfação pelo facto desta empresa estar a «ganhar bom senso e a deixar de ser arrogante».

A greve em curso, mais ampla que as de 1984 e 1985, afecta um sector que corresponde a 75 por cento do total das exportações da África do Sul, qualquer coisa como 14 milhões de dólares.

«Quando o fascismo ibérico se convenceu que continuar a apoiar o Eixo Berlim-Roma-Tóquio era jogar uma cartada perdida, procurou conquistar as boas graças do sr. Churchill enviando para Londres dois monárquicos e dois aristocratas, sabido como é que o sr. Churchill tem «um fraco» pelos monárquicos e pelos aristocratas.

Então Franco enviou para Londres o Duque de Alba e Salazar enviou o Duque de Palmela.»(...)

«O fascismo nacional tinha uma dívida de gratidão para com o Duque de Palmela, pois este plutocrata, como administrador do Banco de Portugal, tinha participado nas intrigas políticas que prepararam o advento do 28 de Maio.

O Duque tinha, além deste título genérico de gratidão, mais o de ter autorizado a artilharia governamental a bombardear o seu palácio do Rato, para expulsar dos seus jardins os revolucionários do 7 de Fevereiro af entrincheirados, e que nenhum mal lhe haviam feito.»

(...)
[«O tubarão da quinzena» — «Avante!», VI série, n.º 139, Agosto de 1949]

ANO 29 - N.º 327 - 20 AGOSTO DE 1987 - PREÇO: 1000
Publicação de todos os dias: UNI-VOS!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o conhecido poeta e médico Dr. Agostinho Neto retomou o seu lugar à frente dos patriotas angolanos.

Preso há dois anos em Luanda (maltratado pela PIDE, que dirigiu a destruição da sua aldeia Scolo Bengo e o massacre da população), trazido para o Aljube, desterrado depois para Cabo Verde e de novo encerrado no Aljube, foi libertado em Abril último em virtude dos protestos que se levantaram contra a sua prisão arbitrária.

Mantido com residência fixa em Lisboa, o Dr. Agostinho Neto conseguiu escapar à vigilância da PIDE e saiu recentemente de Portugal.

Esta importante vitória do MPLA reforçará a Unidade de todos os patriotas angolanos e a sua Acção pela independência.»

[«Agostinho Neto à frente dos patriotas angolanos» — «Avante!», VI série, n.º 320, Agosto de 1962]

ANO 29 - N.º 327 - 20 AGOSTO DE 1987 - PREÇO: 1000
Publicação de todos os dias: UNI-VOS!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(...)
«Tendo conhecimento os operários da empresa inglesa Bucknall, de Almada, de que a direcção ia despedir 320 operários, para o qual já tinham autorização das autoridades fascistas, estes juntaram-se à hora do almoço e resolveram formar uma Comissão de Unidade que se avisou com a gerência da fábrica, expondo-lhe a situação em que ficariam os operários despedidos e suas famílias, tendo em conta que desde há muito os operários estavam trabalhando só quatro dias por semana.

A gerência não desistiu dos seus propósitos, alegando razões de vária ordem que aos operários interessa secundariamente dado que, quando a empresa auferir lucros, não lhe interessa dar conhecimento aos operários, antes pelo contrário.

Em face desta situação a Comissão avistou-se com a direcção do Sindicato, exigindo que este agisse em favor dos interesses dos operários e que o seu presidente os acompanhasse junto das autoridades para exporem a situação.

(...)
[«O povo de Almada luta em massa contra o despedimento» — «Avante!», VI série, n.º 150, Agosto de 1950]

«Guerra das Estrelas»

Planos à escala da Europa



IDE?!

«**P**revenir a corrida aos armamentos no Cosmos e pôr-lhe termo na Terra, limitar e reduzir os armamentos nucleares e consolidar a estabilidade estratégica» — este compromisso está inscrito na declaração conjunta, assinada em Genebra por Gorbatchov e Reagan, em Novembro de 1985.

Faltam hoje argumentos — cada vez mais — aos defensores das teses (e da prática) belicista. De tal forma que já ninguém se parece opor, por palavras, a que um primeiro grande passo rumo ao desarmamento se concretize — a liquidação das armas nucleares de médio e curto alcance na Europa.

Mas a falta de argumentos — determinada pela dinâmica ofensiva de Paz da URSS e da comunidade socialista e um movimento de massas cada vez mais consciente — é uma coisa. A prática, outra. Na verdade, os EUA e a NATO ainda em nada renunciaram às suas teses de política baseada na força das armas, na perda superioridade militar. E para já se desdobram em novos planos armamentistas, utilizando e desenvolvendo as perspectivas abertas pelo impetuoso progresso técnico-científico.

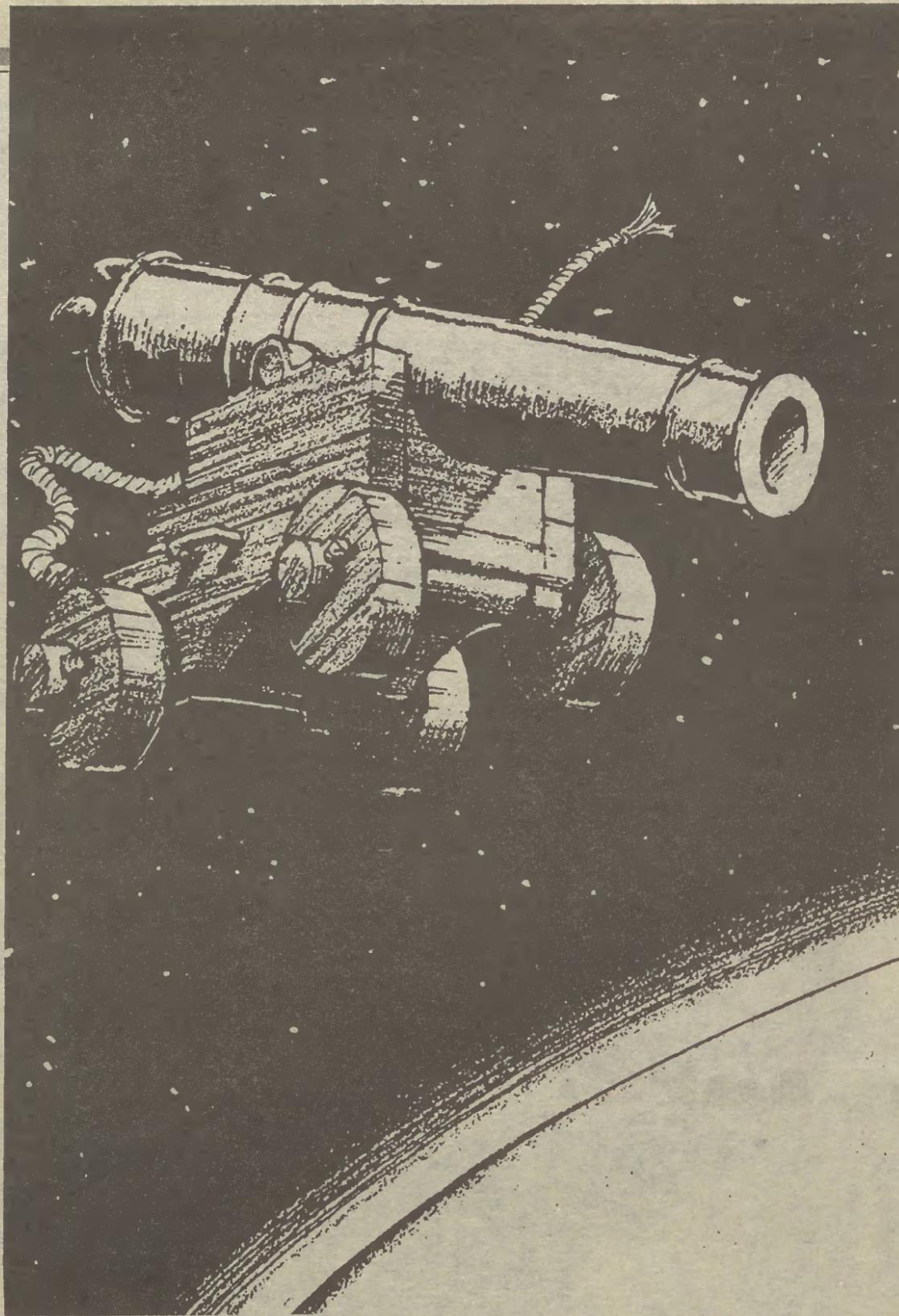
Num momento em que uma Europa livre do peso de grande parte dos mísseis nucleares (e ainda sobram que bastem!), se assume como uma perspectiva real — é particular-

mente chocante, e significativo, que em Paris, em Bona, em Londres, em Bruxelas e... em Washington, prossigam preparativos para uma «guerra das estrelas» à medida da Europa — a IDE, «Iniciativa de Defesa Europeia». Uma pretensa «defesa» que, por absurdo, estaria dirigida exactamente contra os mísseis que se pretende — com reais perspectivas — destruir.

Tudo indica, e tão pouco faltam declarações nesse sentido, a **Euro-
pa da NATO teme a perspectiva
de desarmamento**, e também muito concretamente, de desarmamento nuclear. E no entanto, apesar de todas as resistências, já muito se avançou nessa via. Trata-se de um verdadeiro cerco das forças da Paz. Reforçar e apertar ainda mais esse cerco abrirá finalmente as perspectivas de rompimento do ciclo vicioso da corrida armamentista e das teses arcaicas de uma segurança baseada nas armas.

Para isso o esclarecimento de todos nós é um elemento indispensável ■





O que é a AIDE?

AIDE é, no fundamental, um sistema de defesa anti-míssil à escala da Europa. Estaria prioritariamente virado contra mísseis de médio e curto alcance — aqueles mesmos cuja destruição está agora em negociações em Genebra.

Esta «especialização» de forma alguma se choca com os projectos de militarização do Espaço por parte dos Estados Unidos (IDS). Pelo contrário, seriam, muito significativamente, esquemas complementares, estando a IDS «especializada» na interceptação e destruição de mísseis de longo alcance.

Trata-se assim, em ambos os projectos (ou poderíamos antes falar de um mesmo esquema articulado em diferentes partes?), de dar mais um passo na escala armamentista, de promover a militarização do Espaço sob a cobertura de preocupações com a defesa.

Neste caso, em termos políticos; com a particularidade de ser praticamente impossível invocar, mesmo a curto prazo, argumentos de defesa. **Pois se trataria de defender uma parcela do nosso continente contra mísseis que se propõe — já — sejam destruídos.**

Entretanto os planos concretos avançam, já há anos. Planos que poderiam ser de mais fácil concretização — admitir-se-ia mesmo a possibilidade de, no imediato, utilizar simplesmente as tecnologias e meios já existentes. Mas que esbarram também em problemas técnicos de monta, nomeadamente o curtíssimo tempo de voo dos mísseis em presença na Europa.

Variantes de uma ameaça

Uma das facetas particularmente graves destes projectos é a possibilidade técnica da sua rápida concretização.

Trata-se de uma possível adaptação dos mísseis americanos do sistema de defesa anti-aérea da NATO na Europa — os Patriot e os Hawk — às necessidades dos novos projectos militaristas.

Já se vem a avançar em termos práticos nessa linha. No seu exercício financeiro de 1985, os Estados Unidos destinaram 92,3 milhões de dólares a tais fins. Nos termos de um acordo concluído entre os Estados Unidos e a RFA, Bona deve comprar aos Estados Unidos 12 sistemas Patriot, recebendo como «dádiva», mais 12. Fala-se mesmo em que idênticos sistemas deverão ser instalados na Holanda e na Bélgica.

Entenda-se que isto seria apenas um primeiro passo na escalada.

Fala-se também de avançar no domínio das chamadas armas «exóticas» (ou seja, ainda mais radicais, no seu poder de destruição, que as já actualmente existentes). Admitem-se variantes como a criação de um laser de alta energia, capaz de perfurar a fuselagem de aviões ou o corpo de mísseis, e destruí-los; ou a de um canhão electro-magnético com uma rapidez de tiro de 60 disparos por segundo.

Plataformas espaciais de combate, entram igualmente nos planos dos militaristas da NATO.

A conhecida organização norte-americana de direita, «The Heritage Foundation», propõe como uma variante de «guerra das estrelas» para a Europa, um sistema de três escalões.

— O primeiro escalão inclui as armas antimísseis e os elementos de detecção baseados no solo e desti-

nados a atingir os mísseis na fase activa do seu voo.

— O segundo escalão inclui estações espaciais de combate, com armas laser e de feixes (as tais armas «exóticas»).

— O terceiro escalão asseguraria a «defesa final», utilizando armas antimíssil com cargas convencionais e nucleares contra as ogivas, quando da sua entrada na atmosfera para se dirigirem aos objectivos previstos.

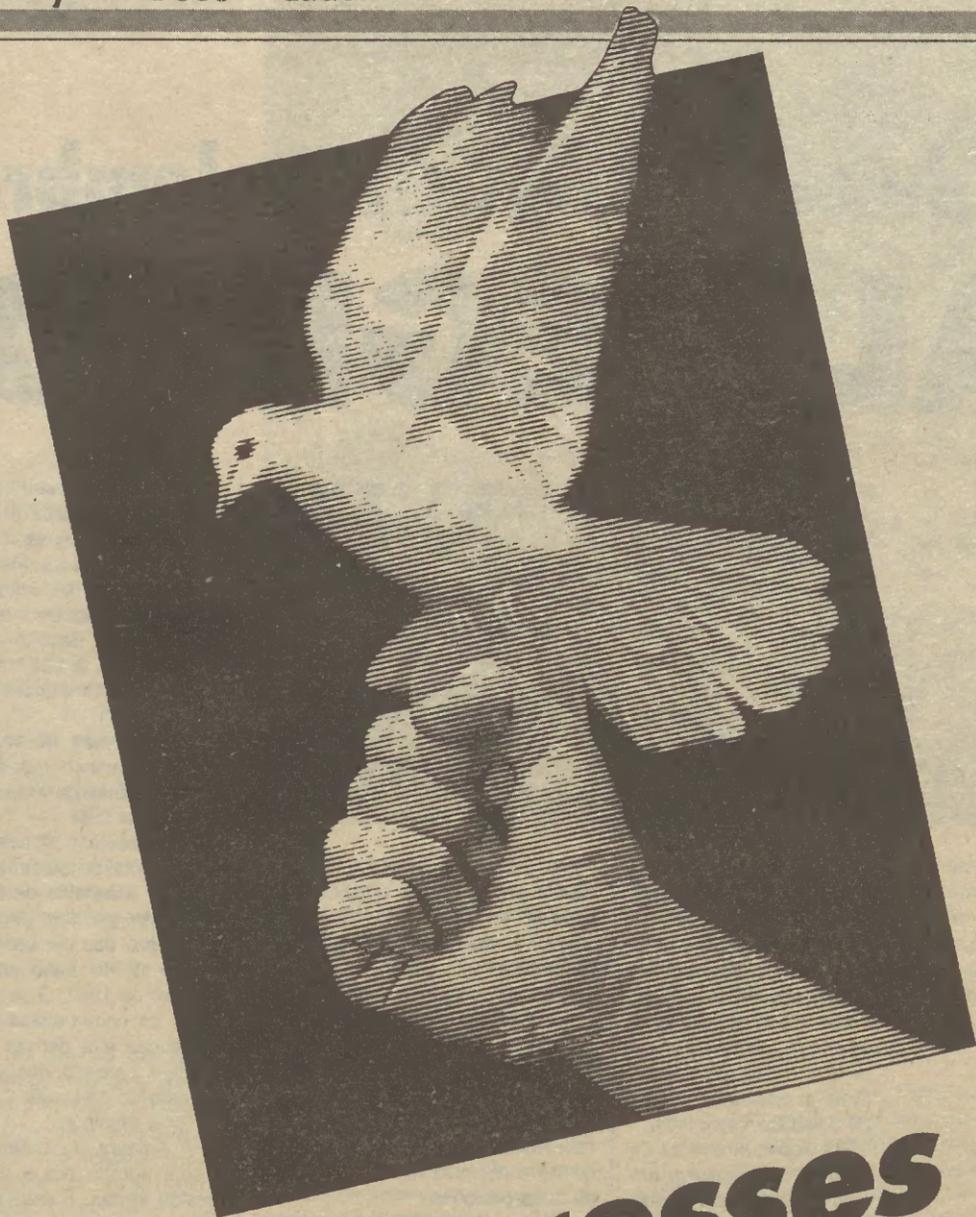
Como facilmente se pode ver, esta «guerra das estrelas» é bem uma guerra na nossa Terra, e não lá longe nos Espaços (onde necessariamente também teria as suas consequências). Mais — é de uma guerra nuclear que se trata. Onde estão as famosas promessas de Reagan de que a IDS tornaria obsoletas as armas nucleares?

Mas há ainda aqui um outro factor a sublinhar. Se inicialmente nos EUA (agora já não...) se prometia defender os cidadãos americanos

contra a arma nuclear (o que desde o início é pura e simples falsificação e escamotear de realidades já conhecidas há anos, e que passa pela perspectiva do «inverno nuclear», entre outras) — para os povos da Europa tal questão nem foi alguma vez levantada!

Primeiro, com os planos de guerra espacial dos Estados Unidos, pressupunha-se que a Europa dos aliados, a Europa da NATO, seria o alvo a oferecer aos mísseis soviéticos, quando em Washington se entendesse carregar no botão nuclear para disparar os mísseis apontados contra a União Soviética e os países socialistas.

Agora, que se trata de um «chapéu de chuva nuclear» para a Europa, diz-se com clareza meridiana, que não é a defesa da população civil que está em causa, longe disso. **O objectivo é «preservar uma parte suficiente do potencial ocidental de guerra nuclear e de guerra convencional» ■**



Interesses que se entrecruzam

Em 23 de Março de 1983, Reagan proclamou a Iniciativa de Defesa Estratégica (IDS), concretamente um projecto de militarização do espaço, devidamente enroupado de objectivos pacíficos e meramente defensivos.

Em fins de 1983, uma comissão nomeada pelo presidente norte-americano publicou um plano, segundo o qual, enquanto os Estados Unidos deveriam criar um sistema de grande envergadura, com elementos de estacionamento cósmico, a Europa Ocidental participaria na criação de uma defesa antimíssil, para o seu território. Os elementos fundamentais dessa defesa seriam os cerca de mil mísseis norte-americanos do tipo Patriot. Contratos integrados em tal programa foram já assinados pela RFA.

Em Dezembro de 1985, o ministro da Defesa da RFA, Werner, propôs uma variante europeia da IDS, que deveria utilizar os mais recentes meios técnico-militares, incluindo «lasers» e canhões electro-magnéticos. Então a revista oeste-alemã «Der Spiegel» divulgou que vários consórcios militares da RFA haviam começado a elaborar planos nesse sentido já em fins de 1982.

Em Dezembro de 1986, na reunião de Inverno da NATO em Bruxelas, o secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, convocou uma conferência de imprensa para anunciar a concessão de 14 milhões de dólares para a elaboração conjunta, no seio da NATO, e portanto com os Estados Unidos, de uma variante de IDS para a Europa.

Em Maio de 1987, numa reunião extraordinária de um grupo de peritos da NATO, são estabelecidos os detalhes de um relatório prévio sobre o projecto de militarização do Espaço para a Europa, destinado a ser apresentado em reunião posterior.

Ao que parece a decisão final está programada para Dezembro deste ano.

Uma decisão linear e irreversível? Não tem sido esse o caminho percorrido. Por um lado, entre governos e multinacionais dos diferentes países da NATO, para além da solidariedade de classe e do comum anti-comunismo, há também contradições objectivas. Por outro lado — e este é um dado fundamental da actual realidade política internacional — qualquer iniciativa, hoje, na escalada armamentista, e recusa de passos rumo ao desarmamento, esbarram com um grande e determinado movimento de massas pela Paz.

Concretamente, não é fácil, por exemplo, ao governo da RFA, proclamar formalmente uma recusa da retirada dos mísseis norte-americanos ou publicamente decidir a acumulação de mais e mais sofisticadas armas, para «defender» tais mísseis. A ofensiva de paz soviética, tende a colocar contra a parede os defensores do belicismo, esvaziar de argumentos a sua acção propagandística, esclarecer posições e responsabilidades aos olhos das massas, podendo

assim constituir um importante factor de mobilização pelo desarmamento, uma barreira às eventuras belicistas. Não esqueçamos que já ultrapassa a dezena de milhar o número de cientistas (incluindo 21 prémios Nobel) que determinadamente recusa qualquer participação nos projectos de militarização do Cosmos.

Contradições

Em Setembro de 1985, o secretário da Defesa dos EUA, Perle, declarava num encontro com jornalistas oeste-alemães, que Washington «adoptará a atitude mais favorável em relação aos europeus, se estes pedirem aos Estados Unidos para que os ajude a elaborar um projecto do seu próprio sistema de mísseis antimísseis».

Poucos meses antes, o ministro da Defesa francês de então, Charles Hernu, dizia em entrevista ao «Deutschlandfunk», que a França estava a elaborar sistemas antimísseis e que desejava que outros países da Europa Ocidental, a RFA em primeiro lugar, se associassem a tais projectos.

Trata-se naturalmente de fricções de ordem política e de poder entre governos e grupos do capital. E trata-se de lucros. Nos Estados Unidos, multinacionais empenhadas na «guerra das estrelas» americana, não desdenham também dos lucros adicionais que advirão dos trabalhos para a criação de um sistema antimísseis com base nos Patriot e nos Hawk.

Na Grã-Bretanha, são os grupos «British Aerospace», «Marconi», «Thomson-CSF», que oferecem os seus préstimos aos dois escalões — americanos e europeus — da «guerra das estrelas».

Em França, são companhias como a «Thomson-CSF», e a «Aerospatiale» Na RFA, a iniciativa, talvez mesmo o germe da ideia de um sistema europeu antimíssil, veio da Messerschmitt-Bölkow-Blöhm, o maior dos consórcios militares oeste-alemães.

Mas todos acabam coincidindo nos objectivos fundamentais — a tese comum da dissuasão nuclear, justificativa da arma nuclear como «indispensável» à paz do imperialismo, ou melhor dizendo — ao seu poder político. E assim regressamos ao fundamental. É a teoria e a prática do imperialismo que estão em causa — conducentes à lei do terror, ao fabrico de armas cada vez mais mortíferas, à permanente ameaça de um holocausto. Um círculo vicioso de morte que terá que ser quebrado. Com a urgência que nos impõe, não só a ameaça de um fim para a própria humanidade, como também o sem número de mortos, vítimas diárias de um desenvolvimento creminosamente recusado.

A acção de massas, o empenhamento na luta no dia-a-dia — é uma exigência ineludível do nosso tempo. Todos não somos demais ■

Em tempo de odiosas guerras, lembremos ESTALINEGRADO

Odiosas guerras são as guerras de invasão que no nosso tempo, neste mesmo Verão de 1987, ainda se verificam, larvares ou declaradas, em países independentes como Angola, Moçambique, em outros territórios africanos e no Médio Oriente, sob a batuta explosiva dos regimes de Telavive, Pretória e Washington. Lembrar a gloriosa batalha de Estalinegrado (17 de Julho a 19 de Novembro de 1942) é, em nosso entender, dar a palavra aos povos defensores da paz neste Verão de guerras que deveriam ter sido para sempre eliminadas com a extraordinária e ingente vitória do povo soviético na Grande Guerra Pátria de 1941-1945.

Assim, lembremos Estalinegrado em chamas e Estalinegrado vitoriosa, não apenas como exemplo da supremacia da arte militar soviética, que nada arredará da História, mas também e sobretudo como a força imbatível de um povo inteiro que a poderosa força nazi não conseguiu vergar aos seus desígnios expansionistas e opressores, que continuam a manifestar-se por meio das forças mais agressivas do imperialismo, na África, no Médio Oriente, na América Latina.

«Nem um passo atrás» e o inimigo não passou

Escreve Iuri Plotnikov:

O mundo inteiro acompanhou com enorme atenção a batalha junto ao Volga. A palavra «Estalinegrado» não saía das páginas dos jornais e revistas, ressoava constan-

temente nos programas de rádio. Tornava-se claro que o desfecho desta grandiosa batalha determinaria o desenrolar de toda a guerra. Ao rufar dos tambores na Alemanha, depois dos êxitos alcançados no Verão, sucediam-se lamentos desalentados. A propaganda nazi-fascista procurava explicar a queda da ofensiva às portas de Estalinegrado, tal como no período da derrota às portas de Moscovo, com o aparecimento de «incontáveis hordas asiáticas» que chegavam ao Volga procedentes da Sibéria. Mentindo descaradamente, afirmava-se que cada soldado alemão estaria a combater quase 20 soldados vermelhos.

As tropas soviéticas da cidade não contavam com a supremacia de forças. Mas a retaguarda

soviética alimentava intensamente com os seus reforços o exército em operações. Não se pode negar isto. O país inteiro veio em socorro dos defensores de Estalinegrado. Formavam-se novas unidades, criavam-se corpos blindados e mecanizados e exércitos aéreos. Era interminável a corrente de comboios com armas, munições, obuses e víveres.

No dia 11 de Novembro, o comando alemão tentou mais uma vez apossar-se da cidade. O inimigo atingiu as margens do Volga, a sul da empresa «Barricadas». A divisão do coronel Lúdnikov viu-se isolada do corpo principal. Com a chegada do Inverno, o rio começava a gelar. A fina camada de gelo impedia as comunicações com a margem esquerda. Os soldados de Lúdnikov lutaram durante cinco dias, apertados contra o rio, mas não abandonaram as suas posições.

Apesar de atingir as margens do

Volga, o inimigo já não estava em condições de mudar o quadro geral da batalha. Os seus ataques foram repelidos com êxito em muitos sectores. As divisões inimigas sofriram enormes baixas. De muitas das divisões apenas ficou o seu número. Por exemplo, a 305.^a e a 79.^a divisões perderam quase todos os seus efectivos.

Em meados de Novembro de 1942, o avanço das tropas nazis pelo território da cidade foi detido em toda a linha.

Mas voltemos meses atrás ao início da batalha. Dizem os especialistas que a batalha de Estalinegrado se divide em dois períodos. O primeiro é o dos combates defensivos desde 17 de Julho até 18 de Novembro de 1942. O segundo é o período da contra-ofensiva das tropas soviéticas e a derrota completa do inimigo cercado desde 19 de Novembro de 1942 até 2 de Fevereiro do ano seguinte.

A palavra de ordem geral para Estalinegrado era a de «Nem um passo atrás». E esse passo não se deu.



Combates no perímetro da fábrica «Krasni Oktlabr», no Verão de 1942

1942

Os nazis iniciaram a ofensiva geral em 17 de Julho de 1942.

Diz ainda Plotnikov que a desproporção das forças desfavorável aos soviéticos era de **1,7 vezes em efectivos; em artilharia e tanques, 1,3 vezes; em aviões, duas vezes a favor dos nazis.** Além disso, acrescenta Plotnikov, **das 38 divisões que participaram na batalha (do lado soviético) somente oito se encontravam com os seus efectivos completos.**

O exército nazi esperava ocupar Estalinegrado até 25 de Julho. A «guerra-relâmpago» (blitzkrieg) do Estado-Maior hitleriano ia sofrer aqui uma derrota decisiva.

Mas a «guerra-relâmpago» nem por isso deixou de ser posta em prática e com êxito nos primeiros dias.

Escreve Plotnikov:

No dia 25 de Julho (1942), um forte contingente inimigo atravessou o Don junto à cidade de Rostov e atacou em direcção às ricas povoações cossacas de Kuban. Debilitados pelos duros combates anteriores, as tropas soviéticas não resistiram ao golpe das forças numérica e tecnicamente superiores do inimigo e iniciaram a retirada para o Sul e o Sudoeste. Em 11 de Agosto, as unidades soviéticas foram obrigadas a abandonar a cidade de Krasnodar e a retirar-se para a outra margem do rio Kuban. Contudo, todas as tentativas das divisões nazi-fascistas para atacar em direcção do Mar Negro, na zona da cidade de Tuapsé, não foram coroadas de êxito. O inimigo foi detido.

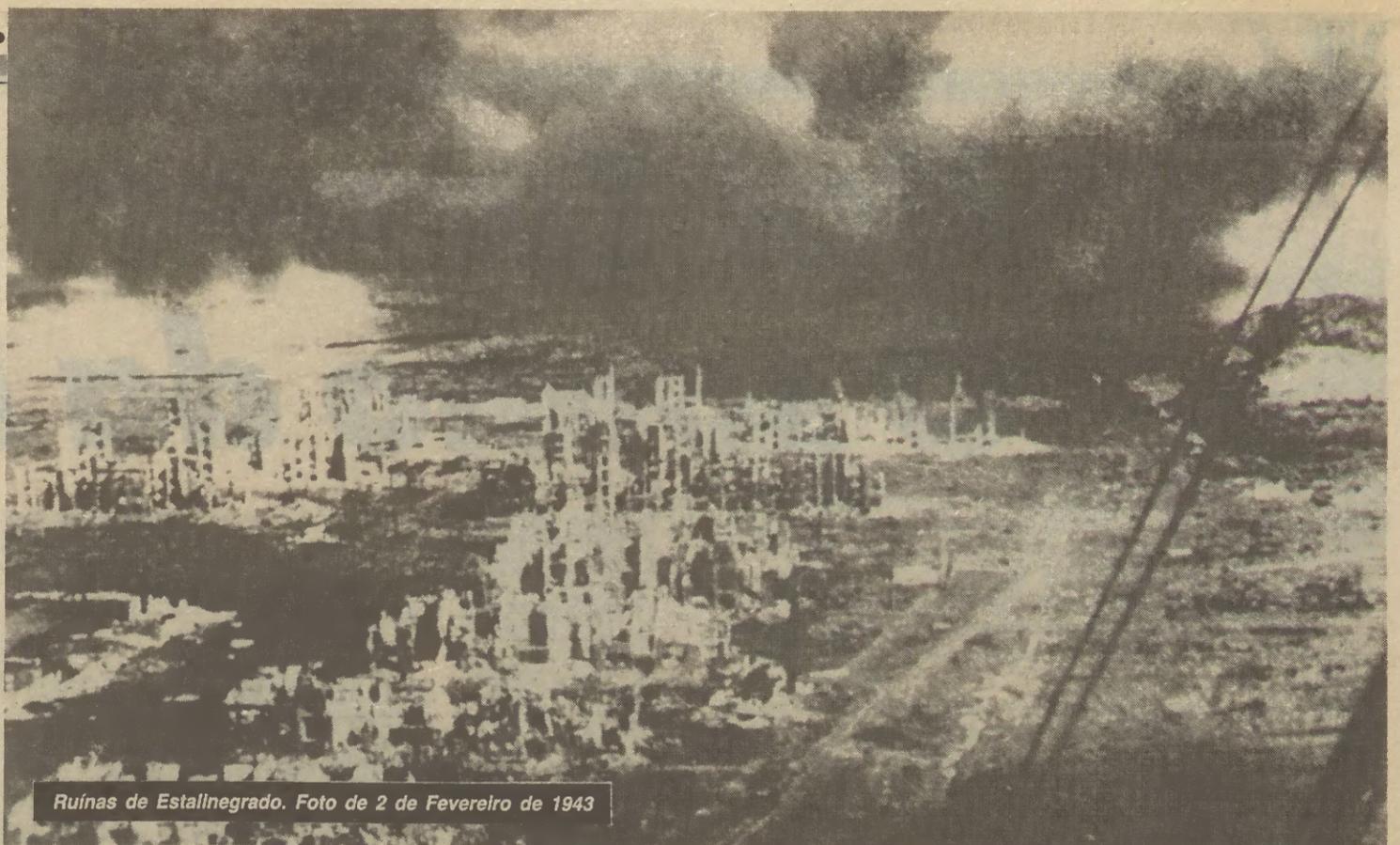
Passaram-se cerca de dois meses de combates sangrentos. Mas os nazis não conseguiram avançar pelo litoral do Mar Negro. O passo foi-lhes barrado no sector central da principal cordilheira do Cáucaso. Embora tenham alcançado Novorossiisk, as tropas alemãs eram detidas em todas as direcções em fins de Setembro no Cáucaso, não conseguindo apossar-se do petróleo da região.

Com o apoio de toda a população de Estalinegrado

Tratava-se a todo o custo de não perder Estalinegrado. Da cidade, as tropas soviéticas podiam a qualquer momento atacar, desferindo golpes sérios, a retaguarda do grupo caucasiano do inimigo. Para os nazis, facto que compreenderam muito cedo, sem Estalinegrado, era impossível dominar o Cáucaso, que significava petróleo para a indústria alemã. O grande esforço soviético incidiu assim, nesses dias do Verão de 1942, na defesa a todo o preço da actual Volgogrado. A ofensiva geral contra a cidade, iniciada em 17 de Julho de 1942, faliu.

Citemos ainda Plotnikov:

Até mesmo os alemães foram forçados a reconhecer o heroísmo



Ruínas de Estalinegrado. Foto de 2 de Fevereiro de 1943

dos soviéticos. Por exemplo, o comandante do 14.º Corpo Blindado, general von Wittesheim, participou a von Paulus que as unidades do Exército Vermelho contra-atacam, com o apoio de toda a população de Estalinegrado, a qual revela uma coragem extraordinária. As fábricas e os grandes prédios transformaram-se em fortalezas. A população pegou em armas. Jazem no campo de batalha corpos de operários com os seus fatos de trabalho, segurando frequentemente uma arma de fogo nas mãos geladas.

O combate defensivo durou um mês na cidade. **Em 17 de Agosto foi detido o avanço nazi.** Estalinegrado estava em chamas.

Testemunho da época:

No dia 23 de Agosto, escreve Plotnikov, os nazis submeteram Estalinegrado a um bombardeamento cruel. Os aviões do 4.º Exército aéreo alemão, sob o comando de Richthofen, fizeram naquele dia mais de dois mil voos. Prédios residenciais, hospitais, museus e teatros foram destruídos pelas bombas. Centenas de habitantes pacíficos sucumbiram sob os destroços dos prédios em chamas. A água canalizada, as estações telefónicas, o

transporte colectivo urbano e o entroncamento ferroviário deixaram de funcionar. O abastecimento de energia eléctrica tornou-se intermitente... O Volga estava em chamas, pois o petróleo inflamado dos reservatórios destruídos escorria para as águas.

Recorda o general Rodintsev:

«O combate nocturno nos prédios é o mais difícil dos combates. Ai deixam de existir os conceitos de frente, flancos, retaguarda. O inimigo pode estar em toda a parte — num andar acima ou abaixo, ou à nossa volta. Um rumor? De quem será esta respiração numa noite tão escura? Quem estará ali? Um dos nossos? Ou dos inimigos? Como reconhecê-lo? Chamar? E se, de repente, em resposta, se ouvir o matraquear da metralhadora?... Decide depressa! Talvez para decidir tenhamos apenas um instante, talvez uma fracção de segundo nos separe do si-

lencioso lançamento da granada inimiga, ou de uma punhalada...»

Os combatentes soviéticos decidiram depressa em Estalinegrado. Embora a batalha tenha durado quase seis meses, a decisão não se fez esperar. A resistência de vida ou de morte, os sangrentos combates de rua venceram a forte avançada nazi e o poderio do Exército alemão. No próprio dia 13 de Setembro, quando a situação foi mais crítica para os combatentes soviéticos, com os nazis na colina de Mamai e na estação ferroviária, podendo metralhar um sector inteiro da travessia central do Volga, nem mesmo nesse dia os ânimos se abateram.

Recordemos o marechal Tchouikov, quando escreve:

«Em Estalinegrado, as tropas soviéticas renunciaram à ofensiva com grandes unidades, em todos os regimentos foram criados grupos de assalto numericamente pequenos, fortes pelo golpe que desferem, irresistíveis na sua acção e hábeis como a serpente.»

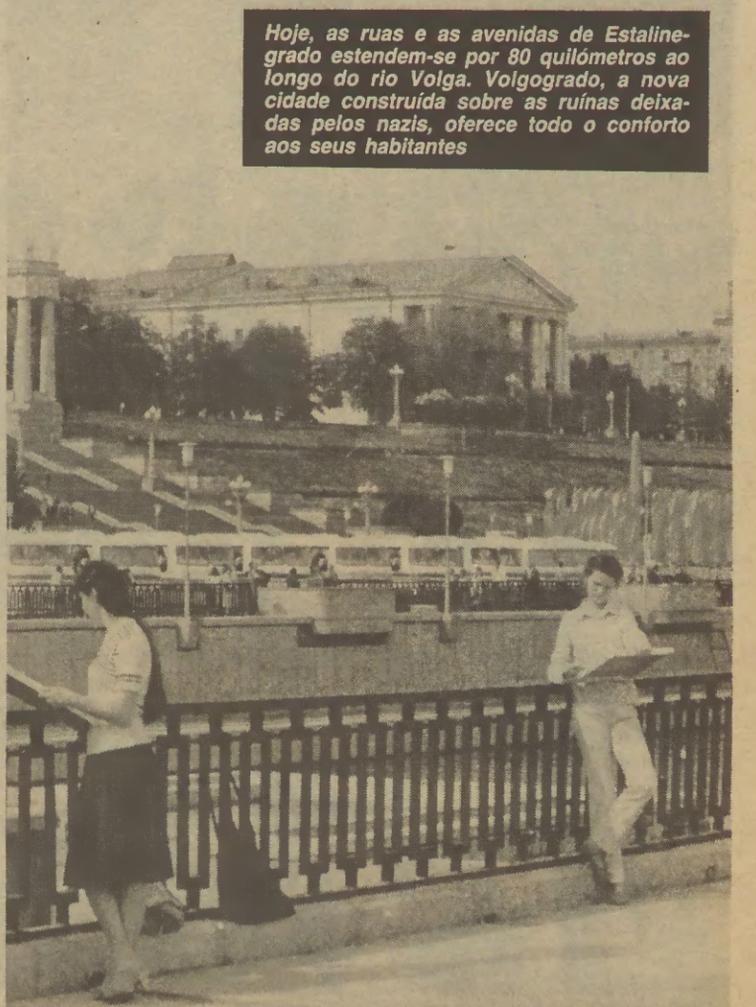
Com grandes perdas, é verdade, a batalha foi ganha; ganhou-se a guerra. Hoje, Volgogrado é um dos monumentos à valentia do povo soviético. Mas já durante a guerra e no Ocidente, mais exactamente nos Estados Unidos da América, um jornal bem conhecido como o **New York Herald Tribune** escrevia em 28 de Setembro de 1942:

«No caos incrível dos incêndios vorazes, da densa fumarada, das bombas em explosão, dos prédios destruídos e dos cadáveres, os combatentes de Estalinegrado defendem-na com o ardente propósito não só de morrer, caso seja necessário, e de repelir os ataques onde é preciso, como ainda de avançar sempre que possível, sem contar os próprios sacrifícios, os dos amigos e da sua cidade. Semelhantes batalhas não podem ser avaliadas do ponto de vista estratégico, pois são travadas com um ódio avassalador e com um fervor que Londres não conheceu, até mesmo nos dias mais difíceis dos «raids» aéreos alemães. Mas é precisamente com batalhas destas que se ganham as guerras.»

E Estalinegrado venceu. ■



Nazis capturados junto a Estalinegrado



Hoje, as ruas e as avenidas de Estalinegrado estendem-se por 80 quilómetros ao longo do rio Volga. Volgogrado, a nova cidade construída sobre as ruínas deixadas pelos nazis, oferece todo o conforto aos seus habitantes

Nat Turner

O sonho da liberdade

Trata-se, para alguns, de uma questão ultrapassada nos dias que correm. Para outros, entretanto, ela é uma determinante de toda a história dos EUA. De uma forma ou outra, sem dúvida que a luta dos negros norte-americanos pelos direitos cívicos, historicamente considerada, marca etapas decisivas da luta de todo o povo americano pela liberdade e a democracia no seu país.

A história que a seguir se conta, situa-se num tempo já distante. Na época em que, nos portos americanos de Savannah, Charleston, Wilmington e Providence, barcos «descarregavam» milhares de homens e mulheres, raptados às suas terras e aos seus povos para, anonimamente, trabalharem, procriarem e morrerem nas terras quentes do algodão americano. Herbert Aptheker, eminente historiador americano, especialista na resistência negra à escravatura, afirma numa obra já clássica dedicada a este tema (*) que, no contexto da história das revoltas dos escravos negros da América do Norte, 1800 era o ano mais importante. E isto devido, entre outros, ao facto de ter sido nesse ano que nasceu, ao que tudo indica em Southampton County, um homem de nome Nat Turner que liderou, a 21 de Agosto de 1831 (há cento e cinquenta e seis anos atrás) uma das mais violentas revoltas de escravos na história dos Estados Unidos da América do Norte.

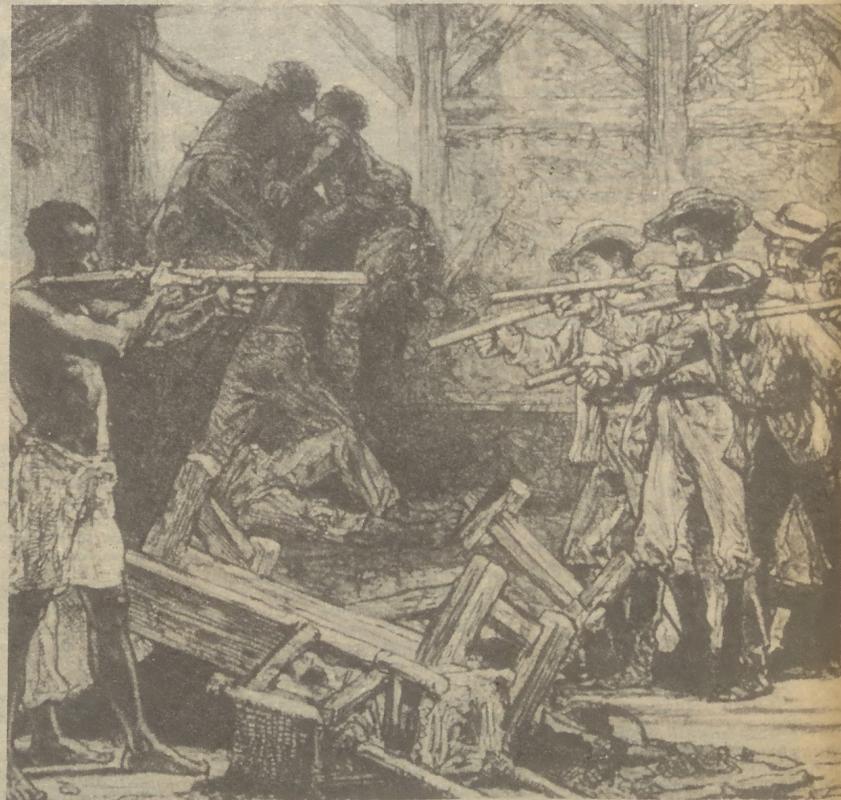
Justamente no ano de 1800, os Estados do Sul dos Estados Unidos atravessavam uma profunda depressão. As produções tradicionais das grandes plantações do sul — o tabaco principalmente, mas também o índigo, o açúcar, o arroz e o milho — defrontavam-se com uma queda da procura. A existência de uma grave crise económica fazia recair, sobre a população escrava, os maiores custos em termos de condições mínimas de vida. Com a entrada no século XIX a situação económica entretanto altera-se.

A escravatura e o comércio triangular

Na Europa, a descoberta de no-

vos processos de fiação, na sequência da revolução industrial havia aumentado de forma significativa a procura de algodão. Na Geórgia e nas Carolinas em especial, produzia-se uma variedade de algodão, o sea island, particularmente adaptada àquelas novas tecnologias. Abre-se, assim, o grande período da produção algodoeira. A colheita do algodão e a separação da fibra com o grão exigia muita mão-de-obra. Gradualmente, o algodão eclipsa todas as outras produções e com ele, a escravatura alarga-se a todo o sul dos Estados Unidos.

Desde o início, e por maioria de razão nesta altura, a utilização de mão-de-obra escrava nas plantações americanas constituía uma peça do chamado comércio triangu-



O esmagamento da revolta de Nat Turner segundo uma gravura da época



Plantação de algodão do Sul dos Estados Unidos. Em baixo, a máquina inventada em 1793 por Eli Whitney para descascar o algodão e que agravou profundamente a vida dos escravos



Um mercado de escravos numa cidade do Deep South segundo uma gravura da época

lar que ligava a América, o continente africano e a Europa. Saídos de Inglaterra em especial, ao continente africano chegavam os navios europeus carregados de tecidos baratos ou outros produtos vários de baixa qualidade, produzidos nas nascentes indústrias e de lá saíam a caminho das Américas, carregados de escravos. O regresso à Europa era feito com os navios cheios de matéria-prima para as produções têxteis exportadas depois para todo o mundo.

Esta economia do sul, vivendo em função de um mercado aberto desenvolvia-se em sentido contrário ao do norte dos EUA, onde as indústrias nascentes não suportavam a entrada livre dos produtos vindos da Europa. Tal situação encontrava-se, aliás, na raiz da Guerra da Secessão que varreria os Estados Unidos em meados do século passado.

O sistema de escravatura

Enquanto sistema social, a escravatura possui mecanismos próprios de defesa e reprodução, reforçados e adaptados consoante as circunstâncias. Os grandes senhores das plantações tinham ao seu dispor instrumentos de ordem jurídica, social, económica, militar e até psicológica, de forma a impor a sua autoridade sobre a população africana.

Por seu turno, os escravos desenvolveram ao longo dos anos, di-

As mãos

O dia de um escravo numa plantação de algodão

«As «mãos» são diariamente acordadas por um grande sino ou trompeta. Com o primeiro raio de luz, ou mais cedo ainda; desde que estejam prontos a entrar nos campos, isto é, a partir do momento em que haja luz suficiente para distinguir os casulos. Como o orvalho da madrugada é muito pesado e frio cada «mão» é provida de um casaco de cobertor ou linhagem, que é conservado bem junto do corpo até que o orvalho seja parcialmente evaporado pelo sol. Tendo trazido as refeições consigo, as «mãos» permanecem no campo até que seja tão escuro que não possam distinguir o algodão. Para colher o algodão, cada «mão» é provida de um grande cesto e dois sacos grosseiros do tamanho de um almofadão, com uma forte tira de couro para o pendurar no pescoço ou aos ombros.

O cesto é deixado no fim da fila, e ambos os sacos são transportados; quando um deles está cheio, tão cheio que transborda, é deixado na fila, e a «mão» começa a encher o segundo saco da mesma forma. Assim que o segundo está cheio ele volta ao cesto e de caminho apanha o sacco que tinha largado, vazando ambos no cesto, calcando bem, de forma a conter todo o seu trabalho. O mesmo processo é repetido até que seja noite, quando o cesto é posto sobre a sua cabeça e elas o levam para um pátio para ser pesado. Lá o capataz agrupa todas as «mãos» segundo o trabalho desenvolvido: para umas a «folha limpa», para outras o chicote. (Este para ser usado naquelas cujo trabalho for considerado insuficiente ou insatisfatório».

(texto de um residente no Mississipi partidário da escravatura, citado por Herbert Aptheker na obra já referida, págs. 124)

versas formas de resistência, activa ou passiva, individual ou colectiva. De há muito foi posto de lado o mito, antes difundido, da aceitação pacífica por parte dos escravos da sua situação. Na investigação que empreendeu, Aptheker assinalou a existência de cerca de 250 revoltas violentas de escravos, entendendo por revolta a acção violenta envolvendo no mínimo dez escravos com o objectivo manifesto entre outros de obtenção da liberdade.

Nat Turner, pode dizer-se, empenhou-se ao longo da sua vida, em várias formas de resistência. Nasceu a 2 de Outubro de 1800 e aparentemente terá vivido sempre em Southampton County, na Virgínia, na fronteira com a Carolina do Norte. Em 1840, Southampton County lideraria a produção de algodão do Estado. Contudo, na década de vinte, a Virgínia atravessava uma violenta depressão, agravada ainda pelo desequilíbrio manifesto entre a população branca e escrava, factor que concorria, na maior parte dos casos, para a eclosão de acções violentas por banda dos escravos.

Do que se conhece hoje da sua vida, sabe-se que Nat terá fugido, em 1826 ou 1827, de um dos seus antigos senhores. Sabe-se também que em qualquer altura terá aprendido a ler, facto que se revelou fundamental na sua personalidade. Nas poucas horas vagas que lhe sobravam dos trabalhos nos campos de algodão, Nat Turner embrenhava-se na leitura das histórias bí-

blicas. Terá sido por essa via, em particular, que o cristianismo constituiu a fonte onde bebia a justificação para a sua frontal oposição ao estado a que era submetido ele e o seu povo.

Nat Turner convenceu-se que teria sido ordenado pelo «Todo-Poderoso» para uma «missão divina». Nas suas confissões, contará mais tarde que, na Primavera de 1828, enquanto trabalhava nos campos, o «Espírito» surgiu-lhe chamando-o à luta contra a «Serpente».

Desde essa altura, Nat espera ansiosamente um sinal dos céus que chegará, na forma de um eclipse solar, a 12 de Fevereiro de 1831. Conta em seguida os seus planos a quatro outros escravos e decide-se a revolta para o dia 4 de Julho. No entanto, Nat adoece gravemente nessa altura e os conspiradores ficam na expectativa de outro sinal que surgirá a 13 de Agosto, no «azul esverdeado do sol».

A revolta

Na noite do dia 21 de Agosto, Nat Turner com mais seis escravos conduz um ataque contra a residência do seu senhor, Joseph Travis, que é morto. Os revoltosos levam consigo as armas e os cavalos. Vinte e quatro horas depois, eram cerca de setenta os revoltosos e, dois dias depois, a 23 de Agosto, cin-

quenta e sete brancos haviam sido mortos em confrontos registados num raio de vinte milhas.

Poucos dias depois a revolta seria sufocada. Na sequência de um ataque falhado a uma plantação onde, dizia-se, existia um grande armazém de armas, verifica-se uma assinalável concentração de tropas do Fort Monroe, requisitadas pelo Mayor de Norfolk. Três companhias de artilharia auxiliadas por três destacamentos dos navios de guerra Warren e Natchez cercam Southampton e o massacre acontece. Um massacre que horrorizou até a maioria da opinião pública branca. Diversos jornais da época expressam o repúdio generalizado pelo assassinio indiscriminado de muitos inocentes e alguns mesmo, manifestam simpatia para com a causa dos escravos.

Entretanto Nat Turner consegue, apesar disso, escapar e só a 30 de Outubro será capturado e mais tarde executado juntamente com mais sessenta escravos e três negros livres. Desde o massacre de Southampton até à prisão de Nat Turner levanta-se em todo o Estado uma enorme onda de medo e terror que levam o Governador Floyd a temer a «preparação secreta da maior revolta de sempre».

Desconhece-se se Nat terá ou não participado nas inúmeras manifestações de revolta e sabotagens que por todo o Estado se verificam nessas semanas. Na sua confissão, Nat reivindicará sempre que a revol-

ta que liderou tinha um carácter local, mas nada nos garante que, com essa afirmação, ele não procurasse afinal proteger outros seus companheiros.

Os anos que se seguirão são de medo e revolta. As numerosas manifestações de protesto sucedem-se a repressão. E, como várias vezes aconteceu, sem explicação aparente pelo lado dos escravos, a um período de grande agitação seguiram-se anos de acalmia, para depois irromperem de novo «como um vulcão» os protestos, por volta de 1835.

Na opinião de muitos, a revolta de Nat Turner terá sido a maior revolta de escravos na história EUA. A Guerra da secessão viria trazer a esperança aos campos do sul. Difícil de imaginar o que sentiriam os negros americanos quando, na manhã do dia 1 de Janeiro de 1863, os primeiros soldados invasores do Norte chegaram às grandes plantações do sul. E no entanto, diria precisamente nessa altura um intelectual negro, William Du Bois, «tanta alegria e, no entanto, para este povo era o Apocalypse».

As esperanças que a guerra civil tinha levantado entre os negros americanos cedo se frustrariam. A alforria seguia-se a segregação. Era (é) ainda longa a Marcha Para a Liberdade. ■

(*) American Negro Slave Revolts, Columbia University Press, 1943

AGRICULTURA

Os problemas não são fatalidades — existem soluções

Os problemas graves com que se debate o nosso país — sejam de âmbito político, económico, social ou cultural — não são propriamente uma fatalidade a que os portugueses tenham de estar condenados. Para todos eles existem soluções, propostas objectivas, alternativas viáveis, saídas possíveis. Será, pois, uma questão de vontade, conclui-se. Sem dúvida: de vontade política e também de força suficiente — por parte dos portugueses — para impor esses novos rumos.

O sector da agricultura é um expressivo exemplo do que atrás se referiu. Há, de facto, uma política possível para o desenvolvimento da nossa agricultura e para a melhoria das condições de vida dos agricultores e trabalhadores agrícolas.

Trata-se, naturalmente, de uma política democrática assente em princípios basilares do **interesse nacional**. E que se poderá construir através de quatro eixos fundamentais:

1 Reforço da estabilidade e a melhoria do rendimento dos que trabalham na terra, factores necessários para o progresso social e económico nos campos, para a fixação dos jovens e para incentivar o investimento produtivo.

2 Aumentos da produção e da produtividade, e a melhoria da qualidade, tendo em vista:

— a redução da nossa dependência agro-alimentar face ao exterior; a defesa do nosso mercado interno e dos nossos agricultores face à concorrência comunitária; e o incremento das exportações.

3 Protecção, recuperação e aproveitamento integral e integrado dos recursos naturais, bem como a criação de infra-estruturas básicas, visando: — a intensificação da produção; a preservação da área de uso agrícola, sem prejuízo da sua racional ocupação, e das necessárias medidas de protecção e melhoria da estrutura dos solos; a correcção das profundas desigual-

dades entre regiões; e a utilização de todas as suas potencialidades de produção e criação de trabalho.

4 Valorização dos recursos humanos e o máximo aproveitamento das suas capacidades de trabalho e criatividade.

Estes quatro eixos fundamentais estão intimamente ligados a uma posição de firmeza perante a CEE, recusando todas as orientações e medidas que não tenham em conta a estrutura económico-agrícola e produtiva e a realidade social da agricultura portuguesa. Os três deputados comunistas eleitos para o Parlamento Europeu vão prosseguir também nesta área a defesa intransigente do interesse nacional, sem vacilações nem ambiguidades. Portugal não pode ser um apêndice da CEE.

Reforço da estabilidade

O reforço da estabilidade passa

desde logo pelo rigoroso respeito pela propriedade da terra dos agricultores e pela melhoria da «Lei do Arrendamento Rural», reforçando a estabilidade dos rendeiros, impedindo a sua descapitalização, designadamente pondo cobro às rendas especulativas que premeiam o absentismo e penalizam fortemente os que produzem, e condicionando os aumentos máximos anuais das rendas à taxa de inflação.

Para além da adopção de medidas de protecção dos senhorios pobres, é fundamental a defesa e consolidação da Reforma Agrária — reposição de legalidade, cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, viabilização das UCP's/Cooperativas através do apoio técnico e económico e do rigoroso acerto de contas entre estas e o Estado.

Falar de **estabilidade** implica também falar do **emparcelamento agrícola**, cuja condução deveria ser subordinada a três princípios essenciais: **protecção** dos que trabalham a terra, sejam proprietários ou rendeiros, não permitindo a concentra-

ção coerciva da terra à custa da liquidação das pequenas explorações; **melhoria** da estrutura económico-agrícola das pequenas explorações; **valorização** dos recursos e da estrutura produtiva, designadamente através da realização de melhoramentos fundiários e do fomento do associativismo de produção.

A melhoria do regime de segurança social e garantia de uma efectiva protecção perante a doença, os acidentes de trabalho, e a invalidez, por um lado, e a constituição de um **fundo** de protecção aos agricultores em casos de catástrofe, por outro, são outras prioridades no âmbito de uma política responsável e dinâmica para a agricultura portuguesa.

Rendimento, produção, produtividade

Como já referimos, um segundo eixo da política agrícola que o País



O reforço da estabilidade e a melhoria do rendimento dos que trabalham a terra são factores necessários para o progresso social e económico nos campos, para a fixação dos jovens e para incentivar o investimento produtivo

EM PORTUGAL

Conclusão

necessita estaria relacionado com a melhoria do rendimento dos produtores e com o aumento da produção e da produtividade. Também aqui se podem apontar objectivos muito concretos. Vejamos alguns deles:

- Correção dos desequilíbrios nas relações entre a agricultura e os demais sectores; encurtamento dos circuitos comerciais e eliminação do parasitismo neles instalado; orientação dos recursos técnicos e financeiros no sentido do reforço da organização dos produtores, da correção das assimetrias regionais; da valorização e potencialização da pequena e média agricultura e do associativismo de produção de pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas;

- Criação de mecanismos e meios necessários — para ultrapassar os problemas da dispersão da produção; para que a valorização dos produtos se faça na produção e seja esta a beneficiária do valor acrescentado; para possibilitar que os produtores controlem os volumes da oferta, mantendo o equilíbrio entre esta e a procura e tenham, con-



sequentemente, uma participação efectiva na formação dos preços; para um mais fácil escoamento dos produtos e uma mais fácil e directa ligação aos mercados;

- Dinamização e fomento do associativismo agrícola nas áreas da produção, prestação de serviços, comercialização e transformação, garantindo-lhes o necessário apoio técnico e económico;

- Consolidação das dívidas resultantes de investimentos produtivos realizados por Cooperativas em situação económica difícil, mediante o estabelecimento de contratos-programa que permitam o seu relançamento, dinamização e adequada prestação de serviços aos agricultores, sem prejuízo da sua legítima autonomia;

- Reforço das infra-estruturas de apoio à produção (armazenagem — conservação, acondicionamento e comercialização), incluindo a implantação de uma rede nacional de concentração, tratamento e embalagem de produtos agrícolas, com unidades distribuídas por núcleos de produção. Estes núcleos deverão ser definidos não apenas em função dos volumes de produção disponíveis e potenciais, mas também da necessidade de desenvolvimento e dinamização das regiões, sobretudo das mais pobres e interiores.

A implantação das referidas infra-estruturas deverá ser dinamizada pelo Estado, garantindo o apoio técnico e financeiro necessários, aproveitando, sempre que possível, as cooperativas já existentes nas zo-

nas de produção, fomentando a sua constituição quando estas não existam, ou lançando as infra-estruturas e constituindo empresas mistas com os produtores.

- Criação de condições que assegurem o acesso directo da produção organizada aos mercados abastecedores e retalhistas.

- Correção das concepções e da estratégia de implementação da Rede Nacional de Abate, e da Rede Nacional de Mercados de Origem, respeitando os direitos e interesses legítimos dos produtores e adaptando-se eficazmente às necessidades de desenvolvimento das regiões;



AGRICULTURA



Proteger, recuperar e aproveitar integralmente os recursos naturais é ponto essencial numa política democrática e realista para a dinamização da agricultura nacional



Um povo é a maior riqueza de um país. Há que valorizar os recursos humanos na agricultura

criando áreas e volumes de produção homogénea;

- Apoio técnico e económico à reconversão dos pomares, incluindo medidas fortemente incentivadoras para a plantação ordenada de pomares intensivos de frutos secos, assentes em tecnologias que assegurem produções normalizadas e com elevadas produtividades;

- Lançamento de programas nacionais de sanidade animal, estruturando e mobilizando os serviços veterinários e as organizações dos produtores;

- Substituição do actual sistema das guias de circulação dos gados, por um sistema mais eficaz, e adaptado à estrutura produtiva, compatível com os direitos e legítimos interesses dos produtores.

- Criação de um sistema de seguro agrícola que cubra, efectivamente, os riscos da produção e garanta o rápido pagamento dos prejuízos aos agricultores.

Gestão integral e integrada dos recursos naturais

Um terceiro eixo de uma política realista para a agricultura portuguesa seria dedicado, como já observamos, à protecção, recuperação e aproveitamento integral e integrado dos recursos naturais, e à criação de infra-estruturas básicas.

Em síntese, os pontos fundamentais nesta área de actuação deveriam ter em linha de conta:

- A protecção, recuperação e melhoria do solo agrícola, tendo em vista a preservação da área de uso agrícola — lançamento de programas e incentivos para a drenagem, correcção da acidez, melhoria do fundo de fertilidade e dessalinização dos solos. Apoio à adopção de culturas rotativas e práticas de mobilização dos solos adequadas à sua estrutura e riscos de erosão. Obrigatoriedade do cumprimento dos níveis mínimos de uso dos solos;

- O desenvolvimento de uma política florestal compatível com as funções social, económica e ambiental que a floresta deve assumir. Preservação e alargamento da floresta de uso múltiplo. Impedimento da expansão anárquica da floresta industrial, designadamente do eucalipto. Medidas e acções eficazes de protecção, detecção e combate aos incêndios florestais. Arborização das áreas de incultos nas regiões serranas, fomentando a utilização agro-florestal, a pastorícia, a cinegética, etc.;

- O aproveitamento integral dos recursos hídricos, sem prejuízo da sua racional gestão. Recuperação, melhoria e manutenção das obras hidro-agrícolas e sistemas de irrigação, incluindo os regadios tradicionais. Rápida conclusão dos empreendimentos em curso. Lançamento e aceleração de novos empreendimentos (designadamente do Alqueva). Programa de ajudas e dinamização à construção de pequenas barragens, priorizando as de benefício colectivo. Apoio técnico e económico à correcta utilização da água (técnicas e equipamentos de rega). Obrigatoriedade de uma correcta ocupação cultural dos regadios;

- Medidas eficazes de combate à

- Estruturação de serviços e incremento de acções para o estudo, informação permanentemente actualizada e penetração dos nossos produtos nos mercados externos, designadamente no comunitário. Apoio técnico e económico à exportação.

- Adequação dos preços dos meios e factores de produção (máquinas, equipamentos, adubos, pesticidas, combustíveis, energia) à realidade e necessidades inerentes ao desenvolvimento acelerado da nossa agricultura e à evolução dos preços agrícolas no produtor;

- Condições de acesso aos financiamentos comunitários adequadas à realidade da nossa estrutura social e económico-agrícola, rejeitando a marginalização dos pequenos agricultores e das UCP's/Cooperativas. Reforço da componente do crédito interno, e adequação das taxas de juro e amortização às características dos investimentos (períodos de carência, rentabilidade previsível, etc.);

- Apoio técnico e económico que promova a melhoria das tecnologias, da produtividade e qualidade da produção, dando particular importância às produções em que somos deficitários e àquelas em que se oferecem boas perspectivas de exportação;

- Selecção, zonagem e fomento de espécies e variedades económicas e qualitativamente mais aconselháveis, tendo em vista minimizar deficiências da estrutura produtiva,

EM PORTUGAL



dores agrícolas, não só através de cursos nos centros de formação profissional, como através de acções regulares de formação, divulgação e vulgarização a nível das freguesias;

- Desconcentração e responsabilização efectivas das Direcções Regionais de Agricultura, conferindo a necessária eficácia às direcções de serviços e respectivas divisões e dotando as zonas agrárias dos meios humanos, técnicos e logísticos necessários para a cobertura das regiões;

- Estruturação eficaz e responsabilização dos serviços de extensão, produção agrária e apoio à produção, a nível concelhio, incluindo a constituição de brigadas técnicas móveis;

- Adequada formação e actualização dos técnicos dos serviços;

- Estabelecimento de uma relação directa e actuante entre a investigação e experimentação aplicadas e a vulgarização.

Será possível?!

Agora que este apontamento está a chegar ao fim, muitos dos nossos leitores poderão comentar e interrogar: «Bem, isto são propostas do Partido. Mas será mesmo possível que o País venha a ter uma política agrícola como esta, ou que no essencial respeite estas preocupações?». Pela nossa parte, respondemos com um **sim** carregado de firmeza. É — como já dissemos — uma questão de vontade. Uma vontade colectiva, poderosa, construída na luta e na acção, alicerçada na justeza destas propostas. Uma vontade que passa pelo esclarecimento e a mobilização do povo português e em especial de todos os que estão ligados à terra. Uma vontade que passa pela união de esforços dos democratas e pela sua acção consequente. Ninguém pode negar o futuro deste País ■

poluição dos cursos de água superficiais e subterrâneos;

- O reforço de todo o sistema de infra-estruturas básicas (estradas e caminhos, electrificação rural, equipamentos colectivos);

- A recuperação, viabilização e criação de indústrias nos sectores

agro-alimentar e dos produtos florestais, visando a dinamização e diversificação da actividade económica nas regiões produtoras da matéria-prima, a valorização dos produtos, a redução dos desperdícios e o aproveitamento integral dos subprodutos.

Valorização dos recursos humanos

A principal riqueza de um País é o seu Povo. No sector da agricultura

essa riqueza precisa ser defendida, apoiada e valorizada. Daí que um quarto eixo aponte claramente para essa preocupação, avançando desde já alguns objectivos de primeiro plano.

- Intensificação da formação profissional dos agricultores e trabalha-



Há que aumentar a produção e a produtividade, há que melhorar a qualidade dos produtos. Assim se conseguirá a redução da nossa dependência agro-alimentar face ao exterior, a defesa do nosso mercado interno e dos nossos agricultores face à concorrência comunitária e o incremento das exportações

A «velha guarda»

Muito preocupados connosco — os comunistas — estão sempre os apoiantes e os fás dos nossos adversários e inimigos. Chega a parecer paradoxal. Parecer, porque não é. O que é preocupante, para eles, é o facto de não terem conseguido, ao longo dos anos (e qualquer um é capaz de verificar que esta distância no tempo é tão grande quanto o tempo histórico do PCP, entrando pelo tempo do fascismo dentro), arranjar uma ideia nova que dê crédito às suas «preocupações». Todos os anos desenterram o fantasma. Que o PCP está num gheito. Que os comunistas estão isolados. Que o marxismo está gasto. Que o partido já deu o que tinha a dar. Que a direcção do PCP envelheceu. Chegam ao ponto — mas também nada disso é novo — de «informar» sobre os conflitos de gerações que sacudiram internamente o Partido Comunista. Agora vem o «Expresso» com a estafada «notícia» de um «conflito» entre a «velha guarda» e a «nova». E, para se dar o crédito que ninguém lhe confere, inventa «fontes partidárias». O processo é demasiado velho para que um partido jovem, mas com a experiência que lhe dá a sua «velhice» de 66 anos, se preocupe. A preocupação é toda deles...

A «nova guarda»

Um político «novo», tão novo que ninguém o leva a sério e tem pago essa «juventude» com um apagamento significativo, escreve esta semana num semanário velho, cuja «novidade» é continuar a aparecer nas bancas com tanto papel e tão pouco que ler, uma tese «nova»: a de que a tese marxista da luta de classes já não dá resultado. Ao longo de mais de cem anos se ouviu e leu isso. Ao longo de muitos anos, a luta de gerações aparece, na especulação política de direita, como a mola da História. Ou, como o articulista, José Ribeiro e Castro, escreve no «Tempo», que «o motor da História» não é «mais do que a sucessão natural das gerações». Chega a apregoar, para defender esta antiga tese, a «ideologia da juventude». E tudo para, «velhamente», pretender afundar o PCP na «gerontologia» ideológica da luta de classes. Velha política, velhos argumentos.

Foguetórios

À hora prefixa da tomada de posse do Governo de Cavaco — remodelado à maneira do possível, apesar da confortável maioria de que dispõe — o foguetório rebentou. Morteirada e foguetes abalaram as fachadas dos prédios de Lisboa, ali para os lados da cidade universitária; fizeram vibrar o ar quente deste Verão. Mas decerto deixaram apenas atónitos os transeuntes que ouviram rebentar as salvas. Porque

alegria não vimos. Nem sequer o discurso de Cavaco, tão prudente como aquele que debitou na noite da sua vitória, denotava a alegria e a festa. O alarido dos foguetes deixa, pois, em suspenso, a questão: se a festa triste que vai desenrolar-se no País ainda nem sequer começou, não será cedo para deitar foguetes?

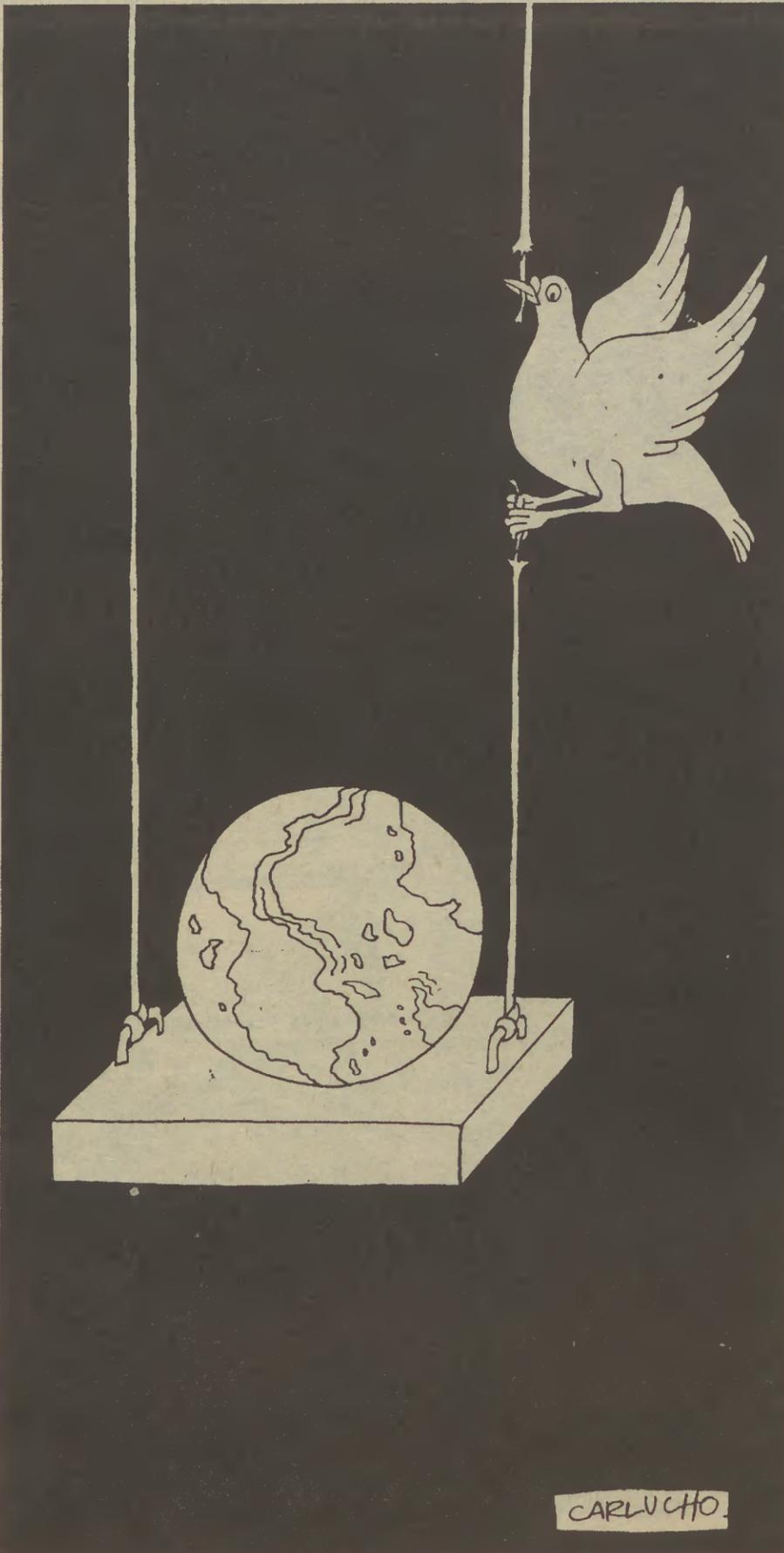
Não dar confiança

Não é sob o signo da confiança que este novo Governo de Cavaco toma posse. Se a prudência do discurso sugere a esperteza de não espantar um eleitorado conjuntural, mais significativos são os comentários e artigos sobre a formação do executivo. O tom geral não é triunfalista. Alguns amigos desta maioria não deixam mesmo de augurar ao Governo apenas dois anos (não se pode acusar os comunistas, por exemplo, de

Pontos Cardeais

anunciar fora de tempo a queda do Governo). Até os horóscopos de algumas revistas predizem o trambolhão breve do chefe do PSD. Curioso é ainda constatar que, ainda os ministros não se sentaram nas cadeiras — lustrosas embora das mesmas calças e saias — e já os amigos da maioria fazem questão de anunciar as querelas internas que presidiram à escolha e nomeação de cada um dos detentores das pastas. Grupos triunfadores, grupos perdedores, grupos derrotados, gente de confiança e consequente gente de desconfiança do 1.º Ministro, pontos «fortes, médios e fracos», aí estão os títulos e os subtítulos das

prosas que se podem ler nos jornais da direita, com o «Semanário» a dar o tom. Curioso também é verificar o acento posto numa «das principais decisões» a tomar pelo Governo Cavaco — a «televisão privada». Enquanto prossegue a ofensiva contra as empresas nacionalizadas e a Reforma Agrária e se prepara a ofensiva contra a Constituição, não lhes sai da ideia a multiplicação de suportes de autopropaganda. A TV privada volta à ordem do dia. Se a coisa se apresenta feita em termos de respeito pela legalidade e pela Constituição, não deixa de ser bom sinal que este inchado PSD tema não ter a propaganda suficiente...



Gazetilha

por Ignotus Sum

Nem as crianças escapam!

Vida breve e sem esperança!
Na oficina desastrada
ficou a pobre criança
com uma perna decepada.

Governo que vai fazer
nesses casos tão sinistros?
Ora, não vai fazer nada
pois os filhos dos ministros
não correm perigo de ter
a perninha decepada.

Mais outra do Chico esperto

O Chico Esperto está sempre à espreita.
A última invenção:
O Cavaco não é de direita
mudou de condição...

O Chico Esperto já se deita
no provável colchão
Pois se a direita já não é direita
a esquerda pode, sem pecado, aliar-se então...

O Chico Esperto longamente enfeita
a própria tese. Em vão.
A direita continua direita
e a esquerda que se ajeita
é a esquerda entre aspas. Outra, não.

Férias?

Metade da população portuguesa, pois
não gozou férias este ano. E depois?

Não têm férias os trabalhadores? Bem,
não vejo como ainda se admira alguém.

Não querem gozar férias? À vontade!
Nós somos um país de liberdade!

Uns querem ir para férias: pois que vão.
Outros, porém, não querem: pois que não.

A praia. O campo. O sol é uma brasa.
Ná. O melhor ainda é ficar em casa.

Quando se tem casa, evidentemente.
Mas também se muita gente
não quer ter casa, isso é lá com ela.
Não quer, não quer. O resto é bagatela.

O melhor é ficar a trabalhar
truca, truca, na oficina, a dar, a dar.

Quando se tem emprego, não o nego,
mas se quinhentos mil preferem desemprego,
pois muito bem, faça-se a sua vontade
Portugal é um país de liberdade.

Cavaco é fome, desemprego? Lérias...
o que o povo não quer é gozar férias.

Férias são estopadas. Hoje em dia
fique tal sacrifício só para a burguesia...

O País à venda

Uma transnacional
(foi agora sabido)
diz que vai aplicar em Portugal
um capital
de lucro garantido:
cinco milhões de contos (fico absorto
a cismar nestas fintas!)

empregados serão a comprar quintas
na região do Porto.

Não é ao Norte só que roi o rato.
já é longo o cortejo
das terras a vender ao desbarato
na Estremadura, Algarve e Alentejo.

Não vou graciosamente prosseguir.
É perigoso de mais para a gente rir.

Agenda

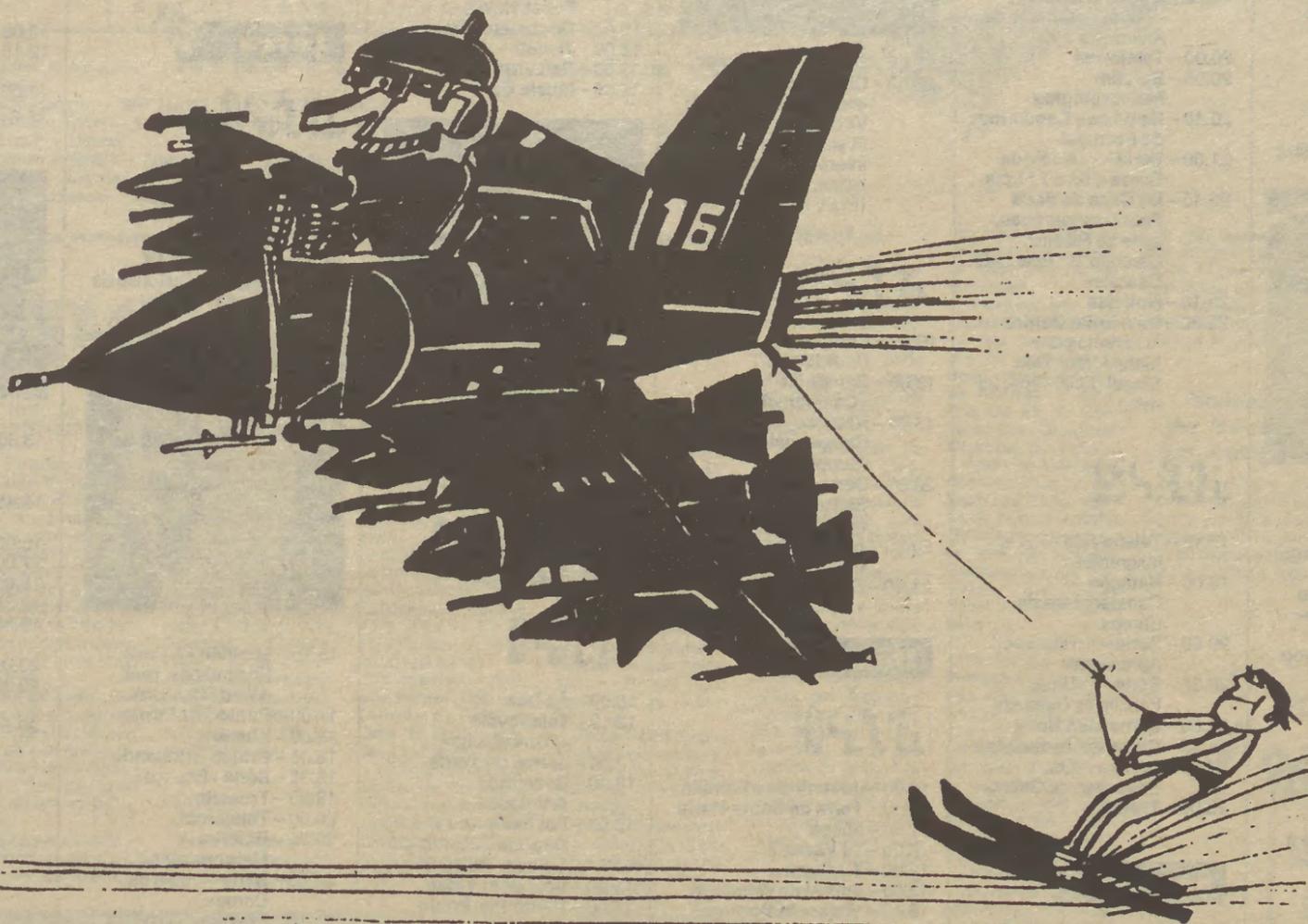
Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 712

20 de Agosto de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



BENEV, Bogdan-Bulgária, in «Szpilki», revista polaca, 1985

Leia nas férias

Editorial Caminho...



Desta vez trazemos-lhe sugestões, sobretudo para os seus jovens. Mas, comecemos por aquilo que pode interessar a todas as idades. Trata-se de «INCISÕES OBLÍQUAS-Estudo Sobre Poesia Portuguesa Contemporânea», de António Ramos Rosa. É uma obra que estuda 26 poetas portugueses do nosso tempo. Dentre eles, pelo menos dois são completamente inéditos e pouco conhecidos. Não é um livro polémico. A sua abordagem é muito diferente da que faz habitualmente a crítica de poesia actual. Esta, muitas vezes sobrepõe a teoria à análise e perde completamente de vista o texto. É um livro que, certamente, vai gostar de ler no seu tempo de férias.



«UMA ILHA DE SONHO», de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, com ilustrações de Arlindo Fagundes é a primeira sugestão que lhe fazemos, desta feita, para os seus filhos. É o quarto volume da colecção «Viagens no Tempo», que em muito pode contribuir para aprofundar o hábito de ler e desenvolver o gosto pela História. Só uma breve transcrição: — «Estava apavorado. Julguci que era o último dia da minha vida. Mas com medo ou sem ele, meti-me num batel com o meu amo para rebocar o navio através do nevoeiro. E lá fomos avançando, avançando... pensava eu que avançávamos para cair no inferno!»



A terminar as sugestões de desta vez temos para os mais novos, recordamos «AS MONTANHAS DOS LÍRIOS EM FLOR», de Vera e Bill Cleaver, com ilustrações de Pedro Morais e numa tradução de José Ervedosa. É um livro da Colecção «Caminho Jovens» e os autores, Vera e Bill Cleaver, são casados e vivem na região dos montes Apalaches, nos Estados Unidos. Os seus livros para jovens estão publicados em vários países.



E, a finalizar este conjunto de sugestões, temos mais uma para si. Trata-se de «CAÇADORES DA LUA VERMELHA», de Marion Zimmer Bradley. É um livro da Colecção Caminho de Bolso, da série Ficção Científica. Marion Zimmer Bradley é uma escritora que o público português já conhece. Figura actualmente nos «tops» de Nova Iorque e Paris.

TV **O Programa**

Quinta **20**
RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
 12.15 - **Telenovela** — «Cambalacho», 162.º Epis.
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Foi Êxito na TV** — «O Novo Pacífico», últ.º epis.
 14.30 - **Matinée** — «Charade», real. Stanley Donen, interpr. Gary Grant, Audrey Hepburn (EUA/1963, 114 min.)



- 16.15 - **Natação** — Campeonato da Europa (Estrasburgo)
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.30 - **Série** — «Espaço»
 19.15 - **A Prática das Coleções**, 5.º Progr.
 19.40 - **Desenhos Animados**
 20.00 - **Telejornal**
 20.35 - **Boletim Meteorológico**
 20.45 - **Série** — «A Jóia da Coroa»
 21.40 - **Telemundo**
 22.05 - **Série** — «Terna é a Noite», último epis.
 23.00 - **Notícias.**

RTP2

- 17.15 - **Telenovela** — «Os Imigrantes», 67.º Epis.
 18.00 - **Atletismo** — Meeting Internacional de Zurique
 20.00 - **Série** — «Hitchcock Apresenta»
 20.30 - **Série** — «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.35 - **Série** — «O Tempo e o Vento», 20.º Epis.
 22.15 - **Série** — «Soldados».

Sexta **21**
RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
 12.15 - **Telenovela** — «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**

- 13.30 - **Desenhos Animados**
 13.50 - **Foi Êxito na TV** — «Capitais Culturais da Europa». 1.º Epis.: Veneza
 14.50 - **Desenhos Animados**
 15.00 - **Seja Bem Vídeo**
 17.00 - **Ponto por Ponto**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.35 - **Série** — «Espaço»
 19.25 - **Memória Audio-Visual** — Cinema de Animação
 20.00 - **Telejornal**
 20.35 - **Boletim Meteorológico**
 20.40 - **Mobil nos Caminhos de Portugal**
 21.00 - **Série** — «A Jóia da Coroa», 6.º e 7.º Epis.
 22.45 - **De Casa de Seus Pais Desapareceu**, série de Ribeiro Cardoso, 3.º Epis.: «O Cascais»
 23.10 - **Notícias**
 23.20 - **Pela Noite Dentro** — «Contrato para Matar», real. Don Siegel (EUA/1964, 95 min.).

RTP2

- 17.15 - **Telenovela** — «Os Imigrantes»
 18.00 - **Natação** — Campeonatos da Europa
 20.00 - **Série** — «Hitchcock Apresenta»
 20.35 - **Série** — «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.35 - **Clube de Jornalistas**
 22.05 - **Série** — «Os Desastres da Guerra»
 23.00 - **Troféu.**

Sábado **22**
RTP1

- 10.00 - **Juventude e Família**
 10.50 - **Série** — «He Man»
 11.10 - **Programa Infantil**
 12.10 - **Série** — «O Tempo e o Vento»
 12.45 - **Desenhos Animados**
 13.00 - **Jornal de Sábado**
 13.10 - **Série** — «Lucky Luke»
 13.35 - **Série** — «Akagera»
 14.05 - **Supertrinta**
 14.50 - **Série** — «Vida Nova para Comboio Velho»
 15.15 - **O Recreio dos Lisboaetas**
 17.20 - **Série** — «Cindy», últ.º epis.
 18.25 - **Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa**
 18.50 - **Quem te Viu e Quem TV**
 19.45 - **Totoloto**
 20.00 - **Jornal de Sábado**
 21.00 - **Boletim Meteorológico**
 21.05 - **7 Folhas**

 21.35 - **E o Resto São Cantigas** (Marchas Populares)


- 22.55 - **Série** — «Hill Street»
 23.50 - **Cinema da Mela-Noite** — «O Anjo da Violência», real. John Frankenheimer, interpr. Brandon de Wilde, Warren Beatty (EUA/1962, 110 min.).

RTP2

- 10.00 - **Compacto Countdown**
 13.00 - **Compacto «Cambalacho»**
 16.00 - **Natação** — Campeonato da Europa
 20.00 - **Série** — «Quem Sai aos Seus...» (últ.º epis.)
 20.25 - **Série** — Louvre (reposição)
 21.20 - **RTP/Ano 30.**

Domingo **23**
RTP1

- 10.00 - **Juventude e Família**
 11.00 - **Terra de Santa Maria**
 11.15 - **Missa**
 12.05 - **70 Vezes 7**
 12.30 - **TV Rural**
 13.00 - **Jornal de Domingo**
 13.10 - **Viajar em Portugal** — Miranda do Douro
 13.35 - **Série** — «Os Roberts»
 14.05 - **Vamos Dançar**
 14.30 - **Série** — «Lovejoy»
 15.20 - **Série** — «A Rota da Seda»
 16.10 - **Que profissão? — «Engenheiro Civil»**
 16.40 - **Primeira Matinée** — «Os Cavaleiros da Távola Redonda», real. Richard Thorpe, interpr. Robert Taylor, Ava Gardner (EUA/1953, 115 min.)
 18.30 - **Informação Desportiva**
 18.55 - **Série** — «O Justiceiro»
 20.00 - **Jornal de Domingo**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - **Série** — «Trovas Novas» (António Nobre)
 21.00 - **Série** — «O Optimista»
 21.30 - **Série** — Dallas»
 22.25 - **Domingo Desportivo.**

RTP2

- 10.00 - **Troféu**
 12.30 - **Caminhos**
 12.55 - **Novos Horizontes**
 13.25 - **Entre Barreiras**
 13.55 - **Série** — «Destino e Aventura»
 14.50 - **Fantasia e Realidade**
 15.15 - **Festas e Romarias de Portugal** — «Ponte de Lima — Feiras Novas»
 15.40 - **Documentário**
 16.00 - **Troféu**
 19.00 - **Palavras Ditas**
 19.30 - **Music Box**



- 20.30 - **Artes e Letras** — Jean Gabin
 21.30 - **Cine-Clube** — «Cluny Brown», o último filme de Ernst Lubitsch (EUA/1946)
 23.15 - **Top Vídeo.**

Segunda **24**
RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
 12.15 - **Telenovela** — «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Desenhos Animados**
 13.50 - **Foi Êxito na TV** Capitais Culturais da Europa: Vaticano
 15.00 - **Seja Bem Vídeo**
 17.00 - **Ponto Por Ponto**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.35 - **Série** — «Espaço»
 19.30 - **Baús da Cinemateca** 6.º e último epis.
 20.00 - **Telejornal**
 20.35 - **Boletim Meteorológico**
 20.50 - **Série** — «A Jóia da Coroa»
 23.15 - **Notícias**

RTP2

- 17.15 - **Telenovela** «Os Imigrantes»
 18.00 - **Countdown**
 19.00 - **Simon Show**

- 20.00 - **Série** «Hitchcock Apresenta»
 20.30 - **Série** «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.35 - **Arturo Benedetti Michelangeli** «O pianista interpreta uma obra de Ravel, acompanhado pela Orquestra Sinfónica de Londres»
 22.00 - **Não Faça Cenas**

Terça **25**
RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Desenhos Animados**
 14.30 - **Foi Êxito na TV** «Capitais Culturais da Europa: Atenas»



- 15.10 - **Matinée** «A Casa Encantada», real. Alfred Hitchcock
 17.00 - **Ponto Por Ponto**
 18.00 - **Sumário**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.35 - **Série** — «Espaço»
 19.30 - **Trânsito**
 20.00 - **Telejornal**
 20.35 - **Boletim Meteorológico**
 20.55 - **Série** — «A Jóia da Coroa»
 21.40 - **Portugal Sem Fim**
 22.40 - **Série** — «Brigada Especial»
 23.40 - **Notícias**

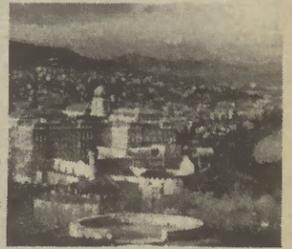
RTP2

- 17.15 - **Telenovela** «Os Imigrantes»
 18.00 - **Countdown**
 19.00 - **Simon Show**
 20.00 - **Série** «Hitchcock Apresenta»
 20.30 - **Série** «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Montra de Livros**

 21.35 - **Cinemadols** «Projeção Privada» real. François Leterrier (França/1974)

Quarta **26**
RTP1

- 10.00 - **Às Dez**
 12.15 - **Telenovela** — «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Desenhos Animados**



- 13.50 - **Foi Êxito na TV** «Capitais Culturais da Europa: Budapeste»
 14.45 - **Desenhos Animados**
 15.00 - **Clipomanias**
 17.00 - **Ponto Por Ponto**
 18.05 - **Brinca Brincando**
 18.35 - **Série** — «Espaço»
 19.30 - **Série** — «Ciência — Invenção do Futuro»
 20.00 - **Telejornal**
 20.35 - **Boletim Meteorológico**
 20.50 - **Vamos Jogar no Totobola**
 21.05 - **Lotação Esgotada** «Um Amor Simples» real. Martin Ritt (EUA/1972)
 22.50 - **Notícias**

RTP2

- 17.15 - **Telenovela** «Os Imigrantes»
 18.00 - **Countdown**
 19.00 - **Simon Show**
 20.00 - **Série** «Hitchcock Apresenta»
 20.30 - **Série** «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Montra de Livros**
 21.35 - **Série** — «Coração a Quanto Obrigas»
 22.05 - **Clube de Imprensa**
 22.35 - **O Som da Surpresa**

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. De 3.º a sáb. às 21.30, dom. às 17.00.
O Conde de Novion, de Almeida Garrett, enc. de Paulo Lages, pelo Grupo Persona.
Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.º a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às

16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César de Oliveira, Solnado e Fialho Gouvea, enc. de César de Oliveira.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.º a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco

Nicholson.
Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entecampus. De 3.º a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Felras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.º a dom. às 21.30, dom. também às 16.00.

Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. De 3.º a dom. às 21.45. **Os Rústicos**, de Goldoni, enc. de José Peixoto, pelo Teatro da Rainha.



Almeida Garrett

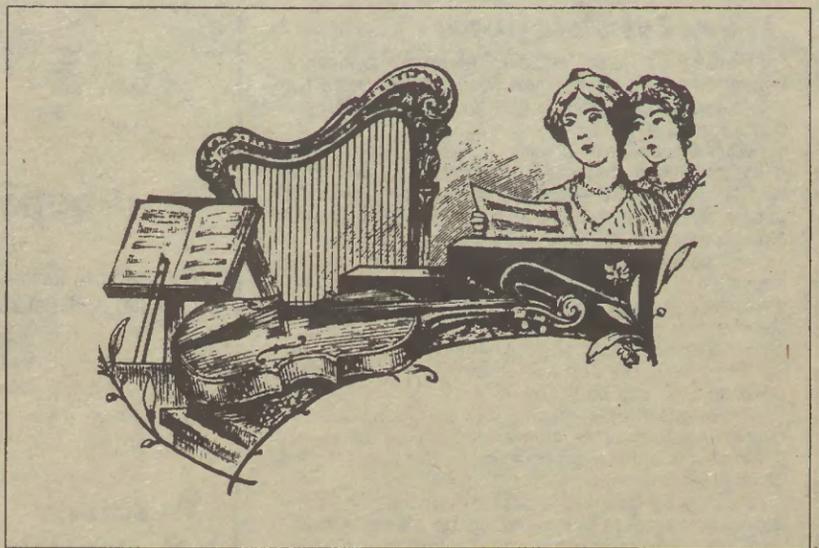
Cinema A selecção

...e ainda Música, debates, etc.

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Combol em Fuga	—	★★★	★★★	★★★	—
B Curto Circuito	—	★★	★★	—	★★
C O Navio	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D Piratas	—	★★	★★★	★★	★★
E Taxi Driver	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

A — Real. Andrei Konchalovsky — Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).
 B — Real. John Badham — Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Federico Fellini — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Roman Polanski — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — City Cine (14.80, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de ★★★★★



Exposições

LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).

«A Arte da Embalagem Tradicional Japonesa». Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 6/9).

Colectiva — «Seis rostos e seis gestos diferentes». Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1.

Colectiva — Pintura Boavida Amaro, Ilda Reis, Paulo Ossião, Ruth Tavela de Sousa. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª. Das 10.00 às 20.00 (até 28/8).

Colectiva — Pintura. Galeria Bertand, Chiodo (até 31/8).

Colectiva — Pintura de Dina Moura, Margarida Martins, Paulo Fonseca, Rui Vasconcelos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. Das 11.00 às 16.00 (até 4/9).

Colectiva — Serigrafia de artistas portugueses contemporâneos. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 87 (até 29/8).

Colectiva — «Terras», cerâmica portuguesa contemporânea, Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 29/8).

Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).

Colectiva de pintura — Gal. R 75, R. Castilho, 75. Das 21.00 às 24.00 (até 30/8).

Colectiva — Serigrafia e gravura de artistas portugueses contemporâneos. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30 (até 7/9).

Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Figueiredo Sobral e Zita — Escultura e textilografia. Gal. Da Vinci, R. de Belém, 77.

Das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 20.00 (até 30/8).

A Fundação Gulbenkian Vista pelas Crianças — Trabalhos premiados num concurso promovido junto das escolas oficiais do Ensino Básico entre crianças dos 5 aos 12 anos. Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Todos os dias, excepto 6.ª, das 15.00 às 17.00 (até 25/9).

Galil Biblena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Gil Teixeira Lopes — «Gitelo — um retorno». Refeitório do Mosteiro

17, 2.ª De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 31/8).

Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Stuart Carvalhais — Ilustrações para revistas, livros, capas de música; óleos e aguarelas. Centro de Arte Moderna da Gulbenkian (Gal. de Exposições Temporárias). 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 13/9).

PORTO

Arte Medieval — Peças de escultura, arte do metal e mobiliário,

nacional e estrangeiro dos séculos XII e XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/8).

«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

Colectiva — Arte para Férias. Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

VII Exposição Colectiva da Árvore — Pintura, escultura, artes gráficas dos sócios da «Árvore». R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 14.00

às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 31/8).

OUTRAS LOCALIDADES

Artistas Portugueses Contemporâneos — Gal. Municipal de Oeiras, Palácio Anjos. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 (até 15/9) — ALGÉS.

João Cutileiro — «Amantes», escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 21/8) — ALMANSIL.

Corela — Artesanato e Livros. Da República Popular da Coreia, no ex-Cine Plaza — AMADORA.

Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.

Colectiva — Pintura: Braga vista pelos seus artistas. Gal. da Universidade, Av. Central (Até 30/9) — Braga.

Bienal de Escultura e Desenho. Pavilhões do Parque (até 20/9) — CALDAS DA RAINHA.

Colectiva de pintura e escultura — de David de Almeida, Luís Cruz, Joaquim Bravo, Jorge Martins, Rui Matos. Convento dos Capuchos. De 4.ª a dom. das 16.00 às 19.30 (até 30/8) — CAPARICA.

Rui Matos — Escultura. Até 29/8, Palácio da Cidadela — CASCAIS.

III Bienal de Chaves — Os trabalhos premiados. Pavilhão do GATAT, Av. dos Aliados. Das 16.00 às 19.00 e das 20.00 às 23.00 (até 15/10) — CHAVES.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Miranda Justo e Tília Saldanha — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.

Colectiva — Pintura, escultura, desenho, etc. Museu Municipal (até 30/8) — ESTREMOZ.

Artistas alemães contemporâneos — Pintura, gravura, desenho. Museu Municipal (até 30/8) — ÉVORA.

Colectiva — Pintura, desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitel (até 26/9) — LEIRIA.

Música

A semana musical é de novo dominada pelo jazz. Sobretudo em Lisboa e seus arredores, mas também noutras zonas, onde grupos que já actuaram ou vão actuar em Lisboa realizam concertos.

Na Gulbenkian, no Anfiteatro ao Ar Livre, última apresentação, hoje, do quarteto de Jan Barbarek, com Barbarek nos saxofones, Eberhard Weber em contrabaixo e blitz, Lars Jansson nas teclas e Nana Vasconcelos nas percussões.

Os concertos de encerramento deste «Jazz em Agosto» realizam-se nos dias 25 e 26 (terça e quarta-feira) com actuações do notável (e rodadíssimo) Art Ensemble of Chicago formado por Lester Bowie, Joseph Jarman, Roscoe Mitchell, Malachi Favors Maghostus e Famosoudou Don Moybe — trompete, sax's, clarinetes, flauta, sintetizador, contrabaixo, bateria e percussões.

Bilhetes a 600\$00, com 50% de desconto aos jovens e estudantes devidamente identificados como tal.

Jazz também no Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria. Nos dias 21, 22 e 23, Trio de Paul Stocker; hoje, dia 20, e nos dias 24 e 25, Quinteto de Ellen Demos e Mike McMullen.

Este quinteto tocará nos próximos dias fora de Lisboa: dia 21

em Valado de Frazes, dia 22 em Monte Real, dia 23 em Monsaraz.

O Festival dos Capuchos também deriva esta semana para o jazz com Maria João Cantando Billie Holiday. É amanhã, dia 21, no Convento dos Capuchos, Caparica, às 21.30.

Ainda no Convento dos Capuchos, no sábado, às 21.30, recital de piano por Nella Maissa, que interpreta obras de Scarlatti, Bomtempo, Liszt, Debussy, Luís Costa, Ravel e Cláudio Carneiro.

E, já agora, uma «antecipação» que interessará a muitos: nos dias 28 e 29 o Festival dos Capuchos vai encerrar com recitais de piano por Maria João Pires — o primeiro a solo, o segundo com Husseyin Sermet num concerto a quatro mãos.

Outros concertos: Na Igreja dos Salesianos, encerramento do XIII Festival de Música da Costa do Estoril com a Camerata da Academia de Música do Estoril com direcção do maestro Tibor Varga, obras de Bach, Mozart e Grieg. No sábado às 21.30.

No Palácio de Sintra teve início uma série de concertos de música de câmara em que intervêm o Trio Da Vinci (Max Rabinovitsj, Donald McCall e Elisabeth Allen) e os Broyhill Chamber Players. Espectáculos nos dias 20, 21, 22, 25 à noite.

E não esqueça: todos os domingos, das 16 às 17, concerto de carrilhões em Mafra por Francisco Alves Gato com obras dos séculos XVII/XX.

Noites de Verão em Loures

Neste mês e no próximo, no jardim de Santo António dos Cavaleiros e no Jardim Municipal de Loures, a Câmara local

organizou uma série de manifestações de animação cultural — que incluem nomeadamente cinema, espectáculos musicais, projecções de vídeo em ecrãs gigantes — para as noites de sexta e sábado.

Em St.º António dos Cavaleiros, no próximo sábado à noite haverá um convívio em que participa o grupo musical «Os Três do Oeste»; na sexta-feira, no Jardim Municipal de Loures, cinema.



Pintura de Gil Teixeira Lopes



Gravura em madeira na Europa no Forum Picoas

Tempo Fim de Semana

Céu pouco nublado ou limpo, temporariamente pouco nublado nas regiões do Norte, onde poderão ocorrer aguaceiros fracos. Vento fraco a moderado de Noroeste, pequena descida de temperatura.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

«A Talha em Portugal» — peças, fotos, documentos. Até 30/9, Castelo — LEIRIA.

Eduarda Filho — «Os Saloios», Cerâmica. Sala de Exposições Temporárias da Casa do Adro/Museu Municipal (até 31/8) — LOURES.

«Um Olhar Sobre Caneças» — Etnográfica, sobre a vila de Caneças. Casa do Adro/Museu Municipal (Até 28/9) — LOURES.

João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.

Colectiva — Bio-87, Bienal Inter. de Cerâmica: Solar da Pç. de St.ª Maria. Das 10.00 às 20.00 (até 30/8) — ÓBIDOS.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00.

Entrada: 200\$00 — QUELUZ.

Colectiva — (pintores franceses da Provénça). Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 4/9) — SETÚBAL.

Maria João Franco — Pintura. Casa de Bocado/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 6/9) — SETÚBAL.

Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.

Mirela Marini (Itália) — Desenho. Av. Mateus Teixeira de Azevedo (até 23/8) — TAVIRA.

Nicolau Tudela — Pintura e desenho. Galeria Forum. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 (Até 23/8) — VISEU.

a TV

A decisiva opção

Eleições na Nova Zelândia. **Telejornal** dá a reportagem filmada, a reportagem convencional neste tipo de situações: os ministros que votam, o vencido que cumprimenta o vencedor, etc, etc.

Da situação real, política, social, económica daquele país, os portugueses não ficaram a saber nada. Não haveria tempo — embora tempo sobejasse para uma extensa notícia sobre a moda das mini-saias. A sala dele já nós conhecemos...

Um pormenor foi, no entanto, mencionado de passagem, a correr: o êxito do Partido Trabalhista justificou-se pela sua atitude de condenação das armas nucleares e da política belicista.

Telejornal poderia parar aqui um pouco, e conversar um pouco com a audiência sobre o significado geral de um facto particular.

A verdade é esta: os povos de todo o mundo não querem nem a guerra, nem a imposição, nem as hegemonias; querem a negociação, o diálogo e o entendimento.

Assim se explica a simpatia de que de todo o mundo gozam a pessoa e a política de Mikhail Gorbachov. Hoje, de facto nítida, se estabelece a fronteira entre quem quer a paz e quem ameaça com armas na mão.

Reflectir sobre este assunto vital é, agora, de essencial importância. Mas para essa função o **telejornal** só conhece o Virgílio de Carvalho.

O peixe na água

Informar correctamente é a primeira função... da informação. Mas no **telejornal** há desde há muito a preocupação não de iluminar mas de confundir.

Veja-se o caso do muro de Berlim. **Telejornal** não deixa de assinalar a efeméride. Quase sempre com as mesmas imagens, num *pot-pourri* bem pobre, acompanhado de palavras igualmente tiradas a papel químico, apodrecidas ao longo dos ominosos tempos da guerra fria...

Este ano, a tónica foi posta no sonho da unificação das duas Alemanhas. Alemães ocidentais, em sinal da **esperança** nessa reunificação, e de **protesto** (protesto de quê?!), pintavam no muro inscrições ofensivas para a RDA. Estamos mesmo a ver qual o sentido que, para a RTP, assume a palavra «reunificação»...

Vejam agora o caso dos **guerrilheiros**. Para a RTP são «guerrilheiros» os homens da Renamo e do banditismo afegão...

Nada mais falso. Guerrilheiros são combatentes do povo que, por definição, e por coerência com as suas raízes e os seus objectivos, lutam contra os inimigos da sua pátria. Repito: contra esses e não contra o seu próprio povo. Recorde-se uma expressão que permanece válida: o guerrilheiro está no seu povo como o peixe dentro da água.

Ora a **renamo** (veja-se o massacre de Monjazeze), ora os fascistas afegãos (veja-se o derrube de mais um avião civil, onde morreram mulheres e crianças), ora os «contras» da Nicarágua (vejam-se os crimes diariamente praticados contra as populações) voltam-se contra o seu povo o que, num guerrilheiro, seria paradoxal. Era como se um peixe envenenasse a água onde devia estar...

As agências de notícias, com a preciosa ajuda de alguns meios de comunicação, semeiam a confusão. Sistemáticamente.

E intencionalmente.

O logro dos subsídios

TV Rural lá se arrasta ao longo dos anos, género «nem o pai morre nem a gente almoça». É o programa mais antigo. Como se diz dos bêbados que estão conservados em álcool, assim se dirá da **TV Rural** que está conservado na mediocridade. Mas ginástica após ginástica, lá se vai mantendo, sem quaisquer esperanças de melhoras.

Às vezes, porém, olhando pelo seu vidro fosco, lá se vai vendo um pouco da realidade, como no último, em que se deslocou ao Vale do Sousa. O.K. a cultura do *quivi*, apesar dos orvalhos, as ajudas da CEE, enfim, que já beneficiam **três por cento** (ena tanto!) da propriedade agrícola do Vale. No arranque das cepas é que vai haver problemas, porque se trata, em especial no vinho branco, de uma exploração tradicional. Não se soube que problemas. Talvez numa futura emissão...

Eis que prosseguimos com uma reunião de agricultores na **Expolixa**. Os agricultores colocam questões bem directas — mas, por pouca sorte deles, pertenciam a outros serviços e a mesma não estava habilitada.

A certa altura, um agricultor refere os tão propagandeados subsídios da azeitona e do gado. Eles fartavam-se de correr para os grémios, e até agora, nicles. «Escusavam de andar a enganar a gente...» — disse ele.

Resposta da mesa: ficassem descansados. Os tais subsídios seriam pagos até 31 de Outubro. Ver-se-á...

Pois é, amigo. Escusavam de andar a enganar a gente, mas isso só acontecerá quando nós nos recusarmos a ser enganados.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O «hospital político»

O nosso primeiro recorte levanta novamente o caso do Hospital do Restelo, «menina dos olhos» da Ministra da Saúde e imagem bem viva da demagogia governamental. Escolhemos ainda um outro recorte que alerta para a questão da alienação da terra agrícola portuguesa a estrangeiros, também uma imagem bem viva do que pode ser o Portugal da CEE.

Hospital do Restelo: imagem de uma política

«Faltavam 48 horas para o acto eleitoral de 19 de Julho quando o banco de urgência do Hospital de S. Francisco Xavier foi dado como aberto. Doze semanas antes, a 24 de Abril, as instalações do novo hospital haviam sido formalmente inauguradas com a presença do primeiro-ministro, concretizando-se assim uma cerimónia que fora sucessivamente adiada ao longo de muitos meses. Para trás ficara um moroso e conturbado período de instalação que terá deixado profundas feridas, a principal das quais motiva pela gradual subversão do projecto inicialmente traçado para esta unidade hospitalar.

Hoje, embora se sabido que não se pode pôr um hospital a trabalhar em pleno num curto espaço de tempo, o nível dos cuidados prestados no Restelo estará mesmo assim abaixo do que seria normal, precisamente porque várias das tais feridas ainda vão demorar a cicatrizar — explicam-nos alguns dos poucos técnicos do hospital que se dispuseram a falar ao **EXPRESSO**, sempre com a condição de ser respeitado o seu anonimato.

(...)

Chamados à realidade pelos técnicos, que, entretanto, numa primeira e superficial análise, tinham já detectado inúmeras deficiências nas instalações adquiridas, os responsáveis pelo Ministério da Saúde depressa perceberam que nem tudo iria ser tão fácil...

«Caldeiras podres, esgotos mal montados, instalação eléctrica deficiente, foram alguns dos defeitos encontrados e devidamente explicitados num relatório entregue à ministra», refere-nos um técnico, recordando que foi nessa altura que começaram a surgir na Comunicação Social notícias que punham em dúvida se a compra da Clínica do Restelo não teria sido, afinal, um negócio ruinoso.

(...)

Também pouco optimistas estão aqueles que, embora reconhecendo uma lenta e gradual melhoria verificada na urgência do Restelo, graças à recente contratação de médicos mais qualificados, temem que as deficiências de raiz possam em breve provocar novo colapso:

«A deficiente impermeabilização de algumas instalações e a errada concepção dos esgotos, por exemplo, poderão provocar, quando chover, inundações numa unidade hospitalar que é altamente sofisticada e que já terá custado mais de quatro mil-

lhões de contos aos contribuintes», sustentam.»

(«**Expresso**», 15 de Agosto)

Estrangeiros compram solo agrícola português

«Nos últimos anos, segundo as informações disponíveis, tem aumentado muito a procura do solo agrícola português por estrangeiros, através de aquisição de propriedade ou de arrendamento.

O aumento da procura, fazendo elevar os preços relativamente ao valor dos terrenos para uso agrícola, prejudica os agricultores portugueses. A desigualdade de oportunidades é agravada pelo facto de a lei portuguesa nada impedir quanto às ajudas directas ou indirectas dos Estados de proveniência, que falseiam as condições de estabelecimento.

Há notícias de que, em muitos casos, nem sequer se trata de agricultores mas antes de sociedades ligadas à indústria que alteram as produções em relação à aptidão agrícola dos solos e às necessidades do País em produtos agrícolas, nomeadamente, promovendo o plano indiscriminado de eucaliptos.

O controlo nacional sobre a terra — como sobre os principais meios de produção — é indispensável para garantir a independência nacional. O que está a passar-se com o acesso irrestrito de estrangeiros à propriedade e uso da terra é preocupante, desde logo, porque traduz uma substancial perda do controlo dos portugueses sobre o seu próprio território.»

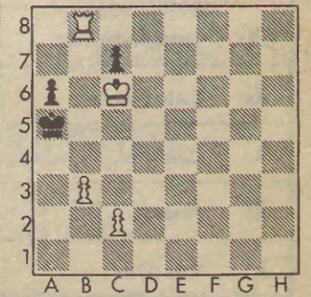
(J. Barros Moura, «o diário/Fim de Semana», 15 de Agosto)

Xadrez

CXV — 20 de Agosto de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 115
Por: A. d'Orville, 1842

Pr.: [3]: Ps,a6,c7-Ra5



Br.: [4]: Ps,b3,c2-Tb8-Rc6

Mate em 4 (quatro) lances

JOGO N.º 115

Memorial Capablanca
Cuba, 1987

Br.: A. Rodríguez (Cuba) — Pr.: Ubilawa (Suécia).

1. e4,c5; 2. Cf3,d6; 3. d4,c;d4; 4. C:d4,Cf6; 5. Cc3, Cc6; 6. Bc2,e5; 7. Cf3,h6; 8. O-O,Bc7; 9. Td1, O-O; 10. h3,Bc6; 11. Bf1,Tc8; 12. Cd5,B:d5; 13. e:d5,Cb8; 14. c4,Cbd7; 15. Bc3,Ch7; 16. b4,a5; 17. a3,Cg5; 18. Cd2,f5; 19. f3,Cf7; 20. Bd3,e4; 21. f:e4,Cf6; 22. Bc2,f4; 23. Bd4,Bf6; 24. Tc1,Cd3; 25. B:f6,D:f6; 26. B:d3,Dd4+; 27. Rh1,D:d3; 28. c5d,c5; 29. Cf3,D:d1; 30. Tc:d1,c:b4; 31. a:b4,a:b4; 32. e5,Cc5; 33. e6,Tf6; 34. e7,b3; 35. d6,b2; 36. Te2,Cd3; 37. d7,Rf7; 38. Cc5+; 39. d:c8=D,T:c8; 40. T:e5 e as Pr. abandonam.

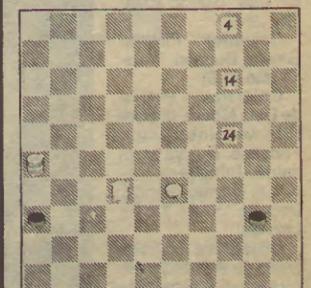
SOLUÇÃO DO N.º 115

1. Tb6l,c:b6; 2. c3,b5; 3. Rc5,b4; 4. c:b4++

A. de M.M.

Damas

CXV — 20 de Agosto de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 115
Por Isidore Weiss (1867-1936)
Pr.: [2]: 36-40

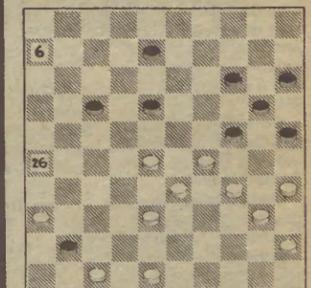


Br.: [3]: (26)-(32)-33

Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 115
Por: Isidore Weiss

Pr.: [9]: 8-14-15-17-18-20-24-25-41



Br.: [11]: 28-29-33-34-35-36-38-40-45-47-48

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CXV

N.º 115 (I.W.): 32-16 (40-45) 16-32 (36-41)
se: (45-50) 32-27+ 32x46 (45-50) 26-37+

Golpe N.º 115 (I.W.): 36-31 (41-46) 28-22 (17x30) 40-34 (24x42) 48x37 (46x40) 35x24 (20x29) 45x31+

A. de M.M.

Proletários de todos os países. UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Lê e divulga

